

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

FERNANDA TEIXEIRA FRADE ALMEIDA

CONCEITO E PRÁTICA DE AGROECOLOGIA PARA O MST: A EXPERIÊNCIA
DO ASSENTAMENTO CUNHA (GOIÁS)

BRASÍLIA
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

FERNANDA TEIXEIRA FRADE ALMEIDA

CONCEITO E PRÁTICA DE AGROECOLOGIA PARA O MST: A EXPERIÊNCIA
DO ASSENTAMENTO CUNHA (GOIÁS)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Linha de Pesquisa: Educação e Políticas públicas para o Meio Ambiente e o Campo.

Orientador: Sérgio Sauer

BRASÍLIA
2014

Agradecimentos

Agradeço, em especial, ao meu orientador Sérgio Sauer por ter me ensinado a fazer pesquisa. Agradeço sua contribuição criteriosa, já que vivenciei muitos dos acontecimentos narrados nesta dissertação, como militante do MST e pesquisador/professor.

Agradeço a minha família pela compreensão por minhas ausências e incentivo a permanecer na pesquisa.

Agradeço aos assentados do Grupo Eldorado Carajás por terem me recebido tão bem e aceitado a contribuir com esta pesquisa.

Agradeço às lideranças do MST pelas entrevistas concedidas.

Agradeço aos companheiros do trabalho, militantes da Agroecologia, que tive a honra de citar na pesquisa e conhecê-los pessoalmente no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo.

Agradeço ao Grupo de orientandos do Professor Sérgio Sauer, do qual faço parte, pela leitura da dissertação e contribuições teóricas.

Agradeço aos professores da Faculdade Planaltina pelo pioneirismo em criar um Programa interdisciplinar sobre desenvolvimento rural e meio ambiente.

Agradeço, em especial, a dois queridos colegas de trabalho no MEC. Valdir Alves, por ter tirado todas as fotos da pesquisa e Julieta Borges por ter me inspirado a escrever meu memorial de aproximação com a Agroecologia.

*A ciência pode classificar
e nomear os órgãos de um sabiá,
mas não pode medir seus encantos.*

(Manoel de Barros)

*A ciência é muito boa – dentro de seus
precisos limites. Quando transformada
na única linguagem para se conhecer
o mundo, entretanto, ela pode produzir
dogmatismo, cegueira e, eventualmente,
emburrecimento.*

(Rubem Alves)

*O que é que se encontra no início?
O jardim ou o jardineiro?
É o jardineiro. Havendo um jardineiro,
mais cedo ou mais tarde um jardim
aparecerá. Mas, havendo um jardim
sem jardineiro, mais cedo ou mais
tarde ele desaparecerá.
O que é um jardineiro?
uma pessoa cujo pensamento
está cheio de jardins. O que faz
um jardim são os pensamentos
do jardineiro. O que faz um povo são
os pensamentos daqueles que o compõem.*

(Rubem Alves)

RESUMO

A., F. (Almeida, Fernanda). **Conceito e prática de Agroecologia para o MST: a experiência do Assentamento Cunha (Goiás)**. 2014. 32 folhas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2014.

Esta pesquisa estuda a relação entre a concepção de Agroecologia do MST e a experiência agroecológica do Assentamento Cunha. A permanência na terra, a reprodução social dos camponeses e a própria natureza encontram-se gravemente ameaçadas pelo modelo tecnológico dominante, que é a base do agronegócio. Os conflitos por terra e território estão na raiz da problemática ambiental e implicam significados sociais, distintos interesses e formas diferenciadas de se relacionar com/sobre a terra e a natureza. Portanto, é importante compreender e reconhecer as concepções e as práticas de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, seus conhecimentos sobre o ecossistema, suas formas de preservar a biodiversidade, baseados na adoção da Agroecologia. A metodologia foi essencialmente qualitativa e utilizou técnicas de diário de campo, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, gravação em áudio e fotografias. A primeira etapa da pesquisa de campo consistiu na realização de entrevistas estruturadas com lideranças nacionais do MST e a segunda etapa consistiu na realização de entrevistas estruturadas com membros do Grupo Eldorado Carajás, principal ator de resistência do processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha, e na realização de entrevista semiestruturada com pesquisador da Embrapa. A pesquisa demonstrou que a reterritorialização camponesa provocou a emergência de diversos conflitos territoriais que impactaram negativamente na experiência agroecológica, provocando a retomada do projeto territorial de desenvolvimento da agricultura capitalista. Apesar disso, a pesquisa identificou que o processo formativo em Agroecologia no Assentamento Cunha, realizado pelo MST e pela Embrapa, durante a realização do Programa Biodiversidade Brasil-Itália, foi o aspecto mais positivo de toda a experiência. Também demonstrou que, embora o discurso nacional do MST sobre sua concepção de Agroecologia ainda não esteja unificado, está ancorado em princípios e conceitos defendidos por importantes instituições e teóricos da Agroecologia.

Palavras-chave: MST. Agroecologia. Assentamento rural.

ABSTRACT

A., F. (Almeida, Fernanda). **Concept and practice of Agroecology for the MST: the experience of the settlement of Cunha (Goiás)**. 2014. 32 paper sheets. Dissertation (Masters) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2014.

This research studies the relationship between the theory of Agroecology of the MST and the practice of Agroecology in the settlement of Cunha. The sojourn on earth, the social reproduction of peasants and nature itself are seriously threatened by the dominant technological model, which is the basis of agribusiness. Conflicts over land and territory are at the root of environmental problems and involve social meanings, different interests and different ways of engaging with / on the earth and nature. Therefore, it is important to understand and recognize the concepts and practices of farmers and agrarian reform settlers, their knowledge about the ecosystem, their ways of preserving biodiversity, based on the adoption of Agroecology. This research applies a qualitative methodology, using techniques such as observation in locus, journal field notes, structured and semistructured interviews, audio recordings, and photographs. The first phase of fieldwork consisted of structured interviews with national leaders of the MST and the second stage consisted of structured interviews with members of the Carajás Eldorado Group, leadman resistance of the territorialization of Agroecology in the settlement of Cunha, and in conducting semi-structured interviews with Embrapa researcher. The research shows that peasant repossession caused the emergence of several territorial conflicts that impacted negatively on the agroecological experience, causing the resurgence of capitalist agriculture. Nevertheless, the research identified that the training process in Agroecology in the settlement of Cunha, held by the MST and Embrapa, with the Program Biodiversity Brazil-Italy was the most positive aspect of the whole experience. The project also showed that while the MST discourse on Agroecology is not yet unified, is anchored in principles and concepts espoused by major institutions and theorists Agroecology.

Keywords: MST. Agroecology. Rural settlement.

RESUMEN

A., F. (Almeida, Fernanda). **Concepto y práctica de la Agroecología para el MST: la experiencia del asentamiento Cunha (Goiás)**. 2014. 32 hojas. Tesis (Master) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2014.

Esta investigación estudia la relación entre el concepto de Agroecología del MST y la experiencia agroecológica del Asentamiento Cunha. La estancia en la tierra, la reproducción social de los campesinos y la propia naturaleza están seriamente amenazadas por el modelo tecnológico dominante, que es la base del agronegocio. Los conflictos por la tierra y el territorio son la raíz de los problemas ambientales y implican significados sociales, diferentes intereses y diferentes formas de comprometerse con / en la tierra y la naturaleza. Por lo tanto, es importante entender y reconocer los conceptos y las prácticas de los agricultores y asentados de la reforma agraria, sus conocimientos sobre el ecosistema, sus formas de preservación de la biodiversidad, con base en la adopción de la Agroecología. La metodología utilizada fue esencialmente cualitativa, utilizó diario de campo, entrevistas estructuradas y semiestructuradas, grabación de audio y fotografías. La primera fase del trabajo de campo consistió en entrevistas estructuradas con líderes nacionales del MST y la segunda etapa consistió en entrevistas estructuradas con miembros del Grupo Eldorado Carajás, principal actor de la territorialización de la Agroecología en el Asentamiento Cunha, y en la realización de entrevistas semiestructuradas con un investigador de la Embrapa. La investigación demostró que la reterritorialización de campesinos provocó la aparición de muchos conflictos territoriales que impactaron negativamente en la experiencia agroecológica, lo que provocó la reanudación del proyecto de desarrollo territorial de la agricultura capitalista. Sin embargo, el estudio identificó que el proceso de formación en Agroecología en el Asentamiento Cunha, conducido por el MST y por la Embrapa, durante el Programa Biodiversidad Brasil-Italia, fue el aspecto más positivo de la experiencia. También demostró que, si bien el discurso nacional del MST en su concepción de la Agroecología aún no está unificado, está anclado en los principios y conceptos adoptados por las principales instituciones y los teóricos de Agroecología.

Palabras clave: MST. Agroecología. Asentamiento rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Assentamento Cunha durante a formação inicial (1998)	90
Figura 2 – Perda territorial do Grupo Eldorado Carajás.....	91
Figura 3 – Agroindústria Agrocarajás.....	98
Figura 4 – Centro de Formação (Sala de aula e Dormitório)	101
Figura 5 – Centro de Formação (Galpão e Cozinha)	102
Figura 6 – Trator.....	104
Figura 7 – Caixas de abelhas no Centro de Formação, presente no lote coletivo da família Barfknecht.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas de Exploração Coletivas (AEC) do Assentamento

Cunha.....88

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AEASP	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
AEC	Área de Exploração Coletiva
AEPAGO	Associação Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás
AGE	Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANDEF	Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas
APP	Área de Preservação Permanente
APROVE	Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CCA	Cooperativa Central Estadual
CEASA	Central de Abastecimento do Brasil
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CGEC	Coordenação-Geral de Educação do Campo
CGEJA	Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos
CIMAS	Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLADES	Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CMA	Cúpula Mundial sobre Alimentação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERAL	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.
COOTRADFE	Coop. de Trab. e Prestação de Serv. da Ref. Agrária do DF e Entorno
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPA	Cooperativa de Produção Agrícola

CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPECIRER	Dir. de Pol. de Ed. do Campo, Indíg. e para as Relações Étnico-raciais
DPEJA	Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos
DPEPT	Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECO 92	Conf. das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FAEAB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASE	Federação dos Organismos para a Assistência Social e Educacional
FEAB	Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FETADFE	Federação dos Trab. na Agricultura do Distrito Federal e Entorno
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IAO	Instituto Agronômico per l'Oltremare
IBAMA	Instituto Bras. do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISEC	Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses
MCP	Movimento dos Camponeses Populares
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPBI	Programa Biodiversidade Brasil- Itália
PROCERA	Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVE	Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SECADI	Secretaria de Ed. Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA	26
2.1	As correntes americana e europeia de Agroecologia	30
2.2	O Movimento Agroecológico Brasileiro	32
2.2.1	A Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (Rede PTA)	40
2.2.2	A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia)	46
3	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A AGROECOLOGIA	49
3.1	A aproximação histórica do MST da Agroecologia	52
3.2	As concepções de Agroecologia do MST	68
3.2.1	Respeito ao meio ambiente	69
3.2.2	Cooperação	70
3.2.3	Relação entre ruptura e transição agroecológica	71
3.2.4	Soberania alimentar	72
3.2.5	A Agroecologia como diretriz política do MST	79
4	O ASSENTAMENTO CUNHA	81
4.1	A conquista da Fazenda Cunha e a formação do assentamento	81
4.2	A formação em Agroecologia no Assentamento Cunha	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	119
	ANEXO I.....	126
	ANEXO II	128
	ANEXO III.....	130
	ANEXO IV	132

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa emerge de minha vivência em família e, principalmente, de minhas experiências no mundo do trabalho. Desde o momento em que comecei a enxergar, e isso se deu aos dois anos quando ganhei óculos, passei a ler o mundo pelos gestos, olhares, toques e pude vivenciar que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade de leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente [...]”. A compreensão crítica do texto implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p. 9).

Durante esta escrita, me permiti reler meus primeiros momentos de aproximação com as populações do campo. Uma lembrança vívida ficou na memória: os cheiros e barulhos de feiras. Meu pai acompanhava as Centrais de Abastecimento do Brasil (Ceasas), pois trabalhava na Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), atual Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e por isso me lembro do modo gentil como os comerciantes nos ofereciam alimentos na feira.

No mundo do trabalho, a primeira aproximação com as populações do campo se deu, em 1997, com a participação no Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE). Trabalhei, durante o ano de 1997, na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, órgão gestor dessa política e, em 1998, na Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar (APROVE), formalizada após a derrota do então Governador Cristóvam Buarque na disputa pela reeleição ao governo do Distrito Federal. A APROVE foi criada pelos gestores do antigo PROVE, com o objetivo de prestar assistência técnica a pequenos agricultores familiares na criação e desenvolvimento de agroindústrias familiares. Nesse período, tive o primeiro contato com a luta travada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passei a admirar.

O trabalho realizado no Ministério da Educação (MEC), desde 2003, me permitiu, definitivamente, não só admirar, mas conviver com populações historicamente excluídas dos processos formais de educação, entre elas, as populações do campo, indígenas, quilombolas. Entre 2003 e 2010, atuei na Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos (CGEJA), da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

(Secadi). As atividades desenvolvidas com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) me permitiram conhecer um Brasil excluído, que minha formação burguesa, não me permitiria (re) conhecer. Realizei muitas viagens de acompanhamento pedagógico do Programa Brasil Alfabetizado e, assim, pude desenvolver laços afetivos com alfabetizando de diversas origens, como indígenas, assentados de reforma agrária, populações excluídas residentes em comunidades de periferias urbanas e favelas.

Durante os anos de 2010 a 2012, atuei na Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais (DPECIRER), da Secadi/MEC. Nessa coordenação, travei contato com outros movimentos sociais e sindicais do campo e pude conhecer a realidade de agricultores familiares, extrativistas e indígenas de diferentes localidades.

Desde 2013, atuo na Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (DPEPT) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Setec/MEC e acompanho o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Esse Programa é uma iniciativa interministerial que busca implementar programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica.

A luta das populações do campo por educação, por terra, por outros direitos e pela transformação social despertou minha curiosidade para entender o sentido de uma educação realizada dentro de um movimento social como o MST; e como essa “pedagogia do enraizamento em uma coletividade” (CALDART, 2004, p. 350) poderia impactar na realidade educacional formal do país.

Para tanto, cursei a disciplina “Fundamentos da Educação do Campo”, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde conheci as professoras Mônica Molina e Laís Mourão, que me apresentaram as bases conceituais de uma perspectiva marxista de análise de políticas públicas de educação. Além da experiência de cursar essa disciplina, a Faculdade de Educação, durante todos esses anos, foi uma referência para o meu trabalho no MEC, pois convivi com professores militantes da área de EJA, como Maria Luiza Angelim e Renato Hilário dos Reis, que trabalham na perspectiva da educação popular, em articulação com movimentos sociais e sindicais. Toda essa vivência contribuiu para uma ressignificação do meu papel no mundo que me levou ao encontro do meu primeiro objeto de estudo, ou seja, “a dimensão educativa das práticas produtivas coletivas de famílias do MST na construção da identidade Sem Terra”.

Em decorrência do meu processo seletivo no Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na Faculdade de Planaltina, da Universidade de Brasília, adequiei meu projeto inicial à linha de pesquisa “Educação e políticas públicas para o meio ambiente e o campo”. Como o mestrado possui um olhar interdisciplinar sobre as problemáticas socioambientais e um foco nas regiões Centro-Oeste e Norte, busquei estabelecer interfaces epistemológicas entre a concepção de Agroecologia do MST e a experiência agroecológica no Assentamento Cunha, localizado na Cidade Ocidental, no estado de Goiás.

Consequentemente, esta pesquisa parte de diversas ramificações. Além das raízes pessoais e profissionais, a escolha pela análise de uma experiência agroecológica em um assentamento de reforma agrária partiu do reconhecimento desta como possibilidade para “um novo modelo de produção na agricultura brasileira, que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola em outros parâmetros” (STEDILE, 2014), como os da Agroecologia.

O modelo dominante de desenvolvimento da agropecuária brasileira baseia-se na noção de que o progresso é um processo linear e distributivo, do qual resulta um crescimento da renda, do conhecimento e de tecnologia, implicando a melhoria do bem-estar de todas as camadas da população e de todos os países de forma igualitária. Essa noção pode ser contrariada pelo modelo de desenvolvimento socialmente excludente brasileiro, que produz contradições socioeconômicas e ambientais marcantes (DUARTE e WEHRMANN, 2008). Mas também crises de paradigma, como a atual crise civilizatória que se “manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do meio ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado” (LEFF, 2000, p. 19).

A permanência na terra, a reprodução social dos camponeses e a própria natureza encontram-se gravemente ameaçadas pelo modelo tecnológico dominante, que é a base do agronegócio. A forma de exploração da natureza e a expropriação dos camponeses são reflexos das estratégias de poder pela apropriação da natureza e da cultura do agronegócio. As agressões ambientais e a reprodução social do campesinato impõem uma mudança na forma de se fazer agricultura, diferente daquela imersa no paradigma capitalista (COSTA e CARVALHO, 2012).

Os conflitos por terra e território estão na raiz da problemática ambiental e implicam significados sociais, distintos interesses e formas diferenciadas de se

relacionar com/sobre a terra e a natureza. A racionalidade científica e econômica do modelo de desenvolvimento dominante é condicionada por um conhecimento universal e disciplinar que implantou o regime de dominação da natureza por meio da ciência, que pretende situar-se acima dos saberes e identidades culturais (LEFF, 2000).

Por outro lado, é mister compreender e reconhecer as práticas e as representações de agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Conseguiram criar um conhecimento sobre o ecossistema, que lhes garantiu a reprodução de seu sistema cultural e social e a preservação da biodiversidade, a partir de suas relações com a natureza (GUZMÁN e MOLINA, 2005).

Iniciamos o percurso desta pesquisa situando o Assentamento Cunha na microrregião do Entorno do Distrito Federal, localizado em área rural do município de Cidade Ocidental, no estado de Goiás, na mesorregião do Centro Goiano, próximo do povoado ABC e do Condomínio residencial Alphaville. Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (PRA CUNHA, 2011), está localizado a uma distância de 60 Km de Brasília e 21 Km de Cidade Ocidental. Faz divisa ao norte com Brasília, ao oeste com Valparaíso de Goiás, ao sudeste com Cristalina e ao sul com Luziânia (PRA CUNHA, 2011).

Hoje, a forte expansão imobiliária da região é marcada pela proximidade do Condomínio Alphaville do Assentamento Cunha, distantes apenas por 12 Km. Segundo a concepção urbanística desse projeto, o lançamento do Residencial 1, como é chamado o condomínio nessa localidade, será o “marco inicial de um novo polo de desenvolvimento altamente qualificado e a primeira etapa de ocupação planejada de toda uma região”. Localizado em uma área apontada como vetor de expansão de Brasília – a 24 km da ponte JK, com acesso pela rodovia DF-140 – o projeto estabelece um modelo de ocupação com forte “viés ambiental”. A primeira fase do empreendimento ocupará uma área total de 871.341 m² e reunirá 498 lotes residenciais de alto padrão, parque, clube, área de comércio e serviços, além de estrutura de lazer própria (ALPHAVILLE BRASÍLIA, 2013).

A proximidade de Cidade Ocidental de Brasília, a 48 km de distância, a configura como uma cidade dormitório. Na área rural do município, predomina o agronegócio com criação de rebanho bovino de corte, produção de soja e de leite, segundo os padrões da Revolução Verde. O único assentamento de reforma agrária do município é o Assentamento Cunha (SILVA, 2013).

Desde o século XVII, com o início da ocupação dessa região, foram instaladas grandes fazendas de gado para o desenvolvimento da pecuária extensiva, que mantinham núcleos de agricultura de subsistência, configurando um padrão de dependência entre latifundiários e agricultores, colonos, posseiros (PRA CUNHA, 2011). Durante os anos 1960, com a criação de Brasília, ocorreu um intenso fluxo migratório para essa região, que resultou na valorização das terras próximas à capital, no aumento populacional e de municípios. Nesse período, investimentos governamentais incentivaram projetos de modernização da agricultura, que fortaleceram a tendência de concentração fundiária dessa região (PRA CUNHA, 2011).

Atualmente, as fazendas de exploração agrícola que empregam trabalhos sazonais, os latifúndios improdutivos e as fazendas agroindustriais, grandes e médias, na linha do agronegócio, são as formas de ocupação características das áreas rurais do Entorno do DF, especialmente de Goiás (PRA CUNHA, 2011). “O restante da população do campo se distribui em pequenas propriedades e assentamentos rurais produzindo para subsistência e para o mercado local, além de sítios como áreas de lazer para finais de semana” (PRA CUNHA, 2011, p. 20).

A concentração fundiária em Goiás, mantida por meio da manutenção da estrutura agrária baseada no latifúndio e pelos vastos incentivos à expansão da fronteira agrícola por meio da produção patronal, deflagram muitos conflitos e a oposição entre latifundiários e trabalhadores rurais. Na década de 1970, começaram a surgir as primeiras mobilizações de agricultores, mediadas pela Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra) e pelo movimento sindical, em especial pelo Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nos anos de 1980, com a intensificação desses conflitos, ocorreram as primeiras ocupações de terras improdutivas pelas Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais, entidades sindicais ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em Goiás e Minas Gerais, criando os primeiros assentamentos na região (SAUER, 1999).

As disputas pela posse da terra são marcadas, por um lado, por sujeitos sociais, que se reproduzem em luta, em processos de organização, de resistência e de ocupação de terra, como os assentados da reforma agrária. Por outro lado, são promovidas por latifundiários, empresários rurais e urbanos, especuladores, por novos atores globais, como investidores do setor financeiro, empresas estrangeiras e países, que atualizam aspectos da questão agrária (LEITE e SAUER, 2011).

Na região do Distrito Federal e Entorno, um dos exemplos atuais de resistência

que reconduz a questão camponesa para o centro do debate é a recampanização (PLOEG, 2006) dos Sem Terra. Existem diversos movimentos sociais e sindicais do campo que, em determinados momentos, canalizam suas ações e pautas e, em outros, disputam espaço entre si (BERTOLINI, 2005), como o MST, presente no Assentamento Cunha, na Cidade Ocidental/GO.

Nesse contexto de exclusão, vivenciada por agricultores no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo, Manggini (2012) afirma que o MST surgiu na Região do DF e Entorno na década de 1990. Apesar de ser uma dificuldade encontrar estudos de referência sobre a história do MST nessa região, Manggini (2012) identificou a existência de, aproximadamente, duas mil famílias assentadas e 1.300 famílias acampadas, ligadas ao MST, a partir de informações coletadas com membros da Direção do MST/DF. Essas informações foram apresentadas durante o Encontro Estadual do MST, realizado em dezembro de 2012, e constam do relatório geral de assentamentos do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), de 2011, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A realidade de exclusão vivenciada pelos agricultores Sem Terra no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo e sua proximidade com mediadores religiosos e ONGs ambientalistas contribuíram para que o MST buscasse um modelo alternativo de desenvolvimento em assentamentos. Dentro do MST ganhou corpo então a ideia proferida no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2003, de que “a reforma agrária, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável são lutas que se complementam. Uma não existe sem a outra” (VERAS, 2005).

Como o MST é um movimento que tem sua raiz nas lutas do campesinato brasileiro (CALDART, 2004; FERNANDES, 1999) e adota estratégias específicas de resistência à exclusão e à expropriação (FERNANDES, B., 1999; WANDERLEY, 1996), a Agroecologia tornou-se uma dessas estratégias de resistência e de alternativa nos assentamentos.

Segundo Fernandes (1999), o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. Por essa lógica se pode compreender a gênese do MST e a formação do sujeito Sem Terra, construídas pela coletividade (sujeito social) no processo de organização, luta, resistência e ocupação da terra por um projeto de futuro.

Alguns autores, como Wanderley (1996) e Fernandes (1999; 2000), construíram suas análises sobre a formação do campesinato brasileiro, a partir da resistência dos

agricultores frente ao processo hegemônico de desenvolvimento da agricultura brasileira. Fernandes (2000) e Wanderley (1996) concordam que a luta pela terra é o cerne do processo de (re) criação do campesinato, que se realiza a partir de formas de luta e de resistência contra a exploração, expropriação e exclusão dos camponeses.

Wanderley (1996) privilegia três estratégias de resistência em sua análise, dentre outras que parecem permanecer ao longo da história do campesinato brasileiro. Essas são lutas e trabalho por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família. A autora afirma que uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses é o esforço em constituir um território familiar capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores (WANDERLEY, 1996).

No mesmo sentido, Fernandes (1999) aponta que o MST procura ressocializar outros Sem Terra nos processos de organização e ocupação de terra. Com isso, são construídas condições sociopolíticas para (re) criar o campesinato nos processos de territorialização e formação, que se constituem como a essência do MST, pois é por meio deles que este se cria, resiste para não ser expropriado e luta para conquistar a terra.

As dimensões do espaço social do MST analisadas por Fernandes (1999, 2000, 2005), ou seja, a espacialização e a territorialização, têm sua origem no desenvolvimento de ações concretas no processo de luta por direito à terra, ao trabalho, à educação, enfim às condições básicas da cidadania (FERNANDES, 2000; 2005). O MST se espacializa por meio de ocupações, manifestações, passeatas, caminhadas, negociações. Os “trabalhadores organizados conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST” (FERNANDES, 1999, p. 120). Ao se apoderar de um espaço social, esse ator territorializa o espaço e o transforma em território, como “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Fernandes (2000, p. 286), “os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam, latifúndios, propriedades capitalistas, terras de negócio e exploração, terras devolutas e ou griladas”. Assim, os assentamentos são uma fração do território conquistado e “representam um processo de territorialização na conquista de terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000, p. 286).

O campesinato, ao se apropriar de parcelas do território, inscreve nele um uso próprio constituído no processo de territorialização, que difere do uso capitalista por ter basicamente seu fundamento na terra de vida e trabalho; não é terra utilizada como exploração do trabalho dos outros (PAULINO, 2010). Assim, o território ganha destaque como conceito explicativo da realidade: a terra em disputa transforma-se em território, que é compreendido a partir do conflito social (espaço em disputa), em que configura-se como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (PAULINO, 2010).

Essa convergência entre as ideias de Fernandes (2000, p. 286) de que assentamentos são uma fração do território conquistado e, por isso, “representam um processo de territorialização na conquista de terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” e de Stedile (2014) de que experiências agroecológicas são uma possibilidade para “um novo modelo de produção na agricultura brasileira, que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola em outros parâmetros”, nos conduziu a compreender a experiência do Assentamento Cunha como um processo de territorialização da Agroecologia.

A existência de experiências agroecológicas nesse território, e principalmente, por ter sido um polo irradiador da agrobiodiversidade, nos fez despertar para a principal pergunta da pesquisa, que é o objetivo geral: Qual a relação entre a concepção de Agroecologia do MST e a experiência agroecológica do Assentamento Cunha?

Essa questão se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: Qual a concepção das práticas de Agroecologia do MST? Quais os diferentes momentos históricos e estágios pelos quais passou a Agroecologia no MST e na experiência do Assentamento Cunha? Qual foi o papel e a contribuição do MST na trama que constituiu a experiência agroecológica no Assentamento Cunha?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos uma teoria do conhecimento capaz de explicar a realidade, expor as contradições e apontar as possibilidades de superação. Assim, utilizamos como referencial teórico-metodológico a dialética materialista histórica, pois funda-se sobre a concepção da realidade como totalidade concreta. Segundo Kosik (1976, p. 32), é “o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.

Essa realidade a ser analisada, a totalidade concreta, tem uma existência objetiva, que independe da consciência de quem pesquisa. É uma existência dinâmica, pois seu

movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que a compõe. Portanto, o que a análise registra é sua contínua transformação, a natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites (NETTO, 2011). Assim, “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2011, p. 45), pois a realidade concreta é a síntese de muitas determinações, é a unidade do diverso.

Como “a dialética é um modo de compreensão, de interpretação da realidade que fornece as bases para uma compreensão dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de seus múltiplos condicionamentos políticos, econômicos, culturais, históricos, éticos, estéticos, ecológicos, etc” (GIL, 2007), a pesquisa buscará compreender a experiência agroecológica de forma multidimensional, complexa, relacional e histórica. Para o materialismo histórico dialético, a realidade concreta tem uma existência dinâmica e, portanto, o que a análise registra é sua contínua transformação, a natureza de suas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites (NETTO, 2011).

Assim, a partir da dialética e dos objetivos, a pesquisa estabelece a seguinte temporalidade:

1ª temporalidade: A memória do passado buscará apresentar o contexto sociohistórico de formação do assentamento, a contribuição do MST para essa formação e os conflitos territoriais, desde os primeiros anos na terra;

2ª temporalidade: O tempo presente buscará analisar a experiência agroecológica no assentamento, a partir dos diferentes momentos e estágios pelos quais passou a experiência. Buscará analisar também a contribuição do MST, com destaque para o processo formativo em Agroecologia e seus principais atores;

3ª temporalidade: O tempo futuro buscará compreender a resistência dos assentados para viverem e produzirem na terra, as alternativas de desenvolvimento comunitário, as perspectivas de futuro, as limitações e os desafios.

A partir dos objetivos da pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas para o desenvolvimento deste trabalho: pesquisa bibliográfica e entrevistas estruturadas e semi estruturadas. Primeiramente, foram entrevistados três lideranças da Coordenação Nacional do MST: Luiz Zarref, Milton Fornazieri (Rascunho) e Francisco Dal Chiavon (Chicão). O quarto entrevistado, José Maria Tardin, é integrante da coordenação da

Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) do Paraná, instituição de referência em educação em Agroecologia para o MST. A opção por essas entrevistas estruturadas surgiu em função da carência de textos do MST sobre sua própria concepção de Agroecologia. As entrevistas foram realizadas no período de 24 de junho a 4 de agosto de 2013.

No Assentamento Cunha, o principal ator de resistência, que luta por um processo de territorialização da Agroecologia, é o Grupo Eldorado Carajás. Assim, esta pesquisa realizou entrevistas com membros desse Grupo. Além disso, com o objetivo de contribuir com informações sobre o contexto sociohistórico de formação do assentamento, foi realizada entrevista domiciliar estruturada com o líder do Grupo Eldorado Carajás, em 11 de dezembro de 2013. O tempo presente e o tempo futuro foram pesquisados a partir de entrevistas domiciliares estruturadas, realizadas com os membros do Grupo Eldorado Carajás, em 26 de dezembro de 2013.

Utilizamos os seguintes instrumentos de coleta de dados: fotografia para registro de momentos que ilustram o cotidiano documentado, anotação e gravação em áudio para o registro das falas dos sujeitos. Também foi utilizado um diário de campo, em que foram anotadas percepções, questionamentos e outras informações que se agregaram às informações obtidas pela realização das técnicas de trabalho de campo.

Foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, pois a intenção do Capítulo 1 foi entender o processo histórico de construção do conceito de Agroecologia. Nesse sentido, identificamos e realizamos a leitura de autores que vêm pesquisando as origens e a evolução histórica do pensamento agroecológico. A partir dessas leituras, situamos historicamente e temporalmente as diferentes concepções de Agroecologia; apresentamos o conceito de Agroecologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e identificamos as correntes americana e europeia de Agroecologia que exercem forte influência sobre cientistas e agricultores ao redor do mundo.

Ainda no capítulo 1, procuramos entender o surgimento do debate agroecológico no Brasil que culminou com a defesa por um Movimento Agroecológico brasileiro atualmente. Identificamos que a origem da Agroecologia no Brasil esteve envolvida diretamente com movimentos baseados na defesa das práticas da agricultura tradicional e, principalmente, da agricultura alternativa e não com a ciência, como nos Estados Unidos. Então, traçamos um histórico do movimento da Agricultura Alternativa, desde

a publicação de obras importantes pelos pioneiros da agricultura alternativa no Brasil até a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS).

Identificamos também outros atores, cuja atuação pioneira, contribuiu para a criação do Movimento Agroecológico brasileiro, como a Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (Rede PTA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia).

No capítulo 2, buscamos traçar uma síntese da gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também procuramos descrever a aproximação histórica do MST da Agroecologia. Para tanto, identificamos os principais momentos históricos dessa aproximação. Contribuíram para essa análise autores que apontaram que o processo de (re) organização produtiva do MST, baseado na Agroecologia, começou com a crise do cooperativismo, nos anos 1990. Por isso, também, analisamos as três fases de organização da produção no MST. As entrevistas estruturadas, com perguntas previamente elaboradas, realizadas com quatro lideranças do MST, que convivem com a prática da Agroecologia dentro do movimento, foram importantes para entender o último período de aproximação do MST da Agroecologia.

Ainda no capítulo 2, buscamos entender a concepção de Agroecologia do MST, a partir das entrevistas estruturadas com as lideranças do MST e dos aportes de diversos teóricos da Agroecologia. Também situamos historicamente como a Agroecologia se tornou diretriz política do MST e como ela foi inserida na proposta de Reforma Agrária Popular do MST. Para tanto, analisamos a Carta do V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, e a Carta do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000. Também analisamos a Proposta de Reforma Agrária Popular do MST, que foi o documento base do VI Congresso Nacional do MST, realizado, em Brasília, em 2013.

Na tentativa de entender a experiência agroecológica do Assentamento Cunha, realizamos uma entrevista semiestruturada com Altair Toledo Machado, em 15 de maio de 2014, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), responsável pelo principal projeto desenvolvido no Assentamento Cunha, o Projeto Brasil/Itália, e realizamos entrevistas estruturadas com membros do Grupo Eldorado Carajás, durante o mês de dezembro de 2013. Portanto, o Capítulo 3 reflete nossa busca pelo entendimento da experiência agroecológica do Assentamento Cunha, a partir das temporalidades estabelecidas, ressaltando as contribuições do MST. Iniciamos com a memória do passado que traça a ocupação da Fazenda Cunha, a formação do Assentamento e seus conflitos territoriais; o tempo presente que resgata os principais

estágios da experiência agroecológica no Assentamento, com destaque para o processo formativo em Agroecologia e seus principais atores e o tempo futuro que ressalta a resistência dos assentados para viverem e produzirem na terra, as alternativas de desenvolvimento comunitário, com destaque para as limitações e desafios da experiência agroecológica do Grupo Eldorado Carajás.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA

Alguns autores vêm pesquisando as origens e a evolução histórica do pensamento agroecológico (HECHT, 1999; MOREIRA e CARMO, 2004; WEZEL *et al*, 2009). Pretende-se apresentar uma síntese de suas contribuições e destacar o conceito-chave de agroecossistema que a Agroecologia se utiliza na crítica ao modelo convencional de desenvolvimento da agricultura.

Wezel *et al* (2009) realizaram um estudo sobre a evolução dos diferentes conceitos de Agroecologia ao longo da história. Segundo eles, o termo Agroecologia foi usado pela primeira vez na década de 1930 e, até a década de 1960, referia-se somente a uma disciplina científica. Depois desse período, diferentes conceitos emergiram. A Agroecologia surgiu como um movimento social e político, seguindo os movimentos ambientais da década de 1960 contra a agricultura industrial até, nos anos 1990, promover a criação do Movimento Agroecológico. Emergiu como uma prática social, nos anos 1980 e, hoje, o termo Agroecologia significa tanto uma disciplina científica, como um movimento social e político, assim como uma prática social (WEZEL *et al*, 2009).

Wezel *et al* (2009) distinguiram dois períodos de análise da evolução do conceito de Agroecologia. O primeiro período se estendeu de 1930 a 1960, quando a Agroecologia foi, preliminarmente, definida como a aplicação da ecologia na agricultura e aceita como uma disciplina científica. Esse conceito estava relacionado à evolução de duas disciplinas, agronomia e ecologia, das quais a Agroecologia derivou, sem esquecer da zoologia e da botânica e de suas aplicações na agricultura e no estudo do meio ambiente. Para Hecht (1999), o marco conceitual da Agroecologia também foi essencialmente ecológico.

Para Hecht (1999), a Agroecologia seria mais que uma disciplina específica, seria muito mais um enfoque que integra ideias e métodos de vários subcampos do conhecimento. Ela seria um desafio normativo às formas em que várias disciplinas enfocam os problemas agrícolas. Assim como para Wezel *et al* (2009), sofreu influência de diversas áreas de investigação e teve suas raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental da década de 1960, na ecologia, na análise dos agroecossistemas indígenas e nos estudos sobre desenvolvimento rural (HECHT, 1999).

O termo Agroecologia surgiu pela primeira vez no livro “Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties chorotype”, do agrônomo russo Bensin, publicado em 1928. Esse autor sugeriu o termo para descrever o uso de métodos ecológicos na pesquisa sobre o cultivo de plantas comerciais (WEZEL *et al*, 2009).

Durante esse primeiro período de análise (1930 a 1960), outros autores utilizaram o termo Agroecologia em suas publicações ou apenas utilizaram o conceito, sem explicitamente usarem o termo. Podem ser citados o ecologista/zoologista alemão Tischler, o zoologista alemão Friederichs, o agrônomo americano Klages, o agrônomo francês Hénin e o cientista italiano Azzi (WEZEL *et al*, 2009).

Durante o segundo período de análise de Wezel *et al* (2009), que se estende de 1970 até hoje, a Agroecologia continua a ser definida como uma disciplina científica, mas gradualmente emerge como uma prática social, a partir dos anos 1980, e como um movimento social e político a partir dos anos 1990. Entre os anos 1960 e 1970, houve um grande interesse na aplicação da ecologia na agricultura, devido ao aumento da pesquisa sobre ecologia de populações e comunidades, à crescente influência do enfoque sistêmico¹ e a ampliação da consciência ambiental (NETO, 2000). Segundo Hecht (1999), o movimento ambiental dos anos 1960 e 1970 teve uma influência importante no discurso agroecológico, que adquiriu uma atitude mais crítica sobre a agronomia orientada para a produção, incluindo as metas de desenvolvimento agrícola; provocou uma maior sensibilidade sobre assuntos relacionados aos recursos naturais; gerou uma preocupação com a contaminação pelos produtos agroquímicos, tanto em função dos fracassos tecnológicos, como da relação estabelecida entre degradação ambiental/esgotamento dos recursos e o crescimento populacional e estimulou a crítica ao uso excessivo dos recursos energéticos. Hecht (1999) ainda sinalizou que, durante esse período, a esses problemas encampados pelo discurso agroecológico, foram acrescentados os efeitos relacionados aos projetos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia de zonas temperadas, de países do primeiro mundo sobre as ecologias e sociedades de países de zonas tropicais do terceiro mundo. Assim, para Neto (2000. p. 88) a Agroecologia situou-se dentro das questões ambiental e ecológica das

¹ O enfoque sistêmico é o principal aporte conceitual e metodológico da Ecologia. É utilizado no estudo de fluxos de matéria e energia no ecossistema, unidade de análise da Ecologia. Quando aplicado à Agroecologia ele se volta para o estudo do agroecossistema (PETERSEN, 2013b).

décadas de 1960 e 1980 ao considerar o “referencial técnico-científico e sociocultural da relação com os sistemas tradicionais de cultivo”.

Segundo Altieri (2000), o conceito-chave de agroecossistema surgiu nos anos 1970, sugerido pelo ecologista Odum, em 1969, que definiu agroecossistema como um “ecossistema domesticado”, intermediado por um ecossistema natural e fabricado. Para Petersen (2013b, p. 84), a manutenção e o manejo de agroecossistemas biodiversificados constitui o “princípio fundador do enfoque agroecológico”, em que se procura “efeitos de sinergia e sincronia entre componentes e subsistemas, gerando crescentes níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica”. Pode-se apreender agroecossistema, também, como um sistema socioeconômico, em que interagem “subsistemas de produção de bens e serviços voltados tanto para o mercado quanto para o consumo da família produtora” (PETERSEN, 2013b, p. 84) ou como um sistema ecossociológico, “resultado do equilíbrio dinâmico entre várias dimensões da vida material e simbólica das famílias agricultoras e suas comunidades. Em função desse caráter dinâmico e multidimensional, qualquer alteração em uma das dimensões implica o deslocamento do equilíbrio do conjunto” (PETERSEN, 2013b, p. 84). Devido a essa complexidade, o estudo de agroecossistemas necessita da integração de conhecimentos das ciências naturais e sociais (PETERSEN, 2013b, p. 85).

Desde o início dos anos 1980, a Agroecologia emergiu como um sistema conceitual que possuía métodos holísticos sobre o estudo dos agroecossistemas. Foi definida então como um meio de proteger os recursos naturais, com princípios básicos para desenhar e administrar agroecossistemas sustentáveis² (WEZEL *et al*, 2009).

Segundo Hecht (1999), a Agroecologia também foi conceituada de muitas formas ao longo da história. A partir de uma visão ecológica, o propósito da Agroecologia era desvendar a forma, a dinâmica e as funções das relações ecológicas da agricultura. Assim, muitos estudiosos começaram a considerar a agricultura como um tipo especial de ecossistema, como um agroecossistema, e a formalizar a análise do conjunto de processos e interações que intervêm em um sistema de cultivo. O marco analítico estava focado na teoria de sistemas e nas pesquisas sobre a integração dos numerosos fatores que afetam a agricultura. Podem ser citados os trabalhos de Spedding

² “O enfoque agroecológico corresponde à aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, da agronomia, da sociologia, da antropologia, da comunicação, da economia ecológica e de outras áreas do conhecimento científico, no redesenho e manejo de agroecossistemas que sejam sustentáveis ao longo do tempo” [...]. A sustentabilidade para o enfoque agroecológico possui seis dimensões: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. (MOREIRA e CARMO, 2004, p. 47).

(1975), (Conway) 1981, (Gliessman) 1982, (Conway) 1985, (Chambers) 1983, (Ellen) 1982, (Altieri) 1983 e (Lowrance et al (1984). Em alguns desses trabalhos estava implícita a ideia de que, por meio do conhecimento desses processos e relações, os sistemas agroecológicos poderiam ser melhor administrados, com menores impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, com mais sustentabilidade e com menor uso de insumos externos.

Na mesma linha de análise de Wezel *et al* (2009), segundo Hecht (1999), ao fim da década de 1970 e começo dos anos 1980, o componente social começou a ganhar maior destaque na literatura sobre agricultura, em grande parte como resultado dos estudos sobre desenvolvimento rural nos Estados Unidos.

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 o termo Agroecologia não foi usado para descrever um movimento. A Agroecologia começou a ser conceituada como um **movimento** nos anos 1990, especialmente, nos Estados Unidos e na América Latina, quando o termo começou a ser usado para expressar uma nova forma de considerar agricultura e sua relação com a sociedade (WEZEL *et al*, 2009). Porém, desde a década de 1980, um conceito já emergira, reconhecendo a Agroecologia como uma **prática social**, cujo objetivo era uma agricultura mais “sustentável” (WEZEL *et al*, 2009).

Nos anos 2000, a Agroecologia como uma disciplina científica sofreu uma grande mudança de foco, movendo-se da escala do agroecossistema em direção a um foco ampliado em todo o sistema alimentar, definido como uma rede global da produção, distribuição e consumo alimentar (GLIESSMAN, 2007). Nessa perspectiva, produtores e consumidores se tornaram partes conectadas desse sistema. Essa perspectiva permitiu a emergência de uma nova conceituação para Agroecologia como o estudo integrado da ecologia de todo o sistema alimentar, abrangendo as dimensões ecológicas, econômicas e sociais (FRANCIS *et al*, 2003). Porém, as definições mais restritas de Agroecologia como uma disciplina focada no campo do agroecossistema, ainda são utilizadas (WEZEL *et al*, 2009).

Atualmente, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), instituição que procura fomentar a interação entre os diferentes atores sociais que atuam na construção e disseminação de saberes necessários à fundamentação teórica da prática agroecológica, adota um conceito de Agroecologia plural, que reconhece a Agroecologia simultaneamente como ciência, movimento e prática (PETERSEN, 2013a). Assim, a Agroecologia materializa-se como um movimento político/social, organizado por uma diversidade de organizações e redes sociais que lutam pela “defesa

da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades” (PETERSEN, 2013b, p. 99); como um enfoque científico, construído a partir de concepções, princípios e métodos diferenciados do modelo cartesiano-positivista (FÁVERO e PACHECO, 2013), que questiona a agricultura industrial e promove o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis (PETERSEN, 2013b); e como uma prática social vivenciada, reinventada e transmitida por diversas populações do campo e comunidades tradicionais (FÁVERO e PACHECO, 2013).

Outro recorte importante para entender o processo histórico de construção do conceito de Agroecologia, embora não temporal como o estabelecido por Wezel *et al* (2009), é a existência de duas correntes de pensamento agroecológico que exercem forte influência sobre cientistas e agricultores ao redor do mundo (MOREIRA e CARMO, 2004).

2.1 As correntes americana e europeia de Agroecologia

Moreira e Carmo (2004) identificam duas correntes de pensamento agroecológico, a escola norte-americana, com concentração de cientistas no estado da Califórnia, e a escola europeia, com destaque na Espanha. Ambas possuem suas origens em estudos realizados no México (MOREIRA e CARMO, 2004).

A escola norte-americana é representada, especialmente, por dois autores bem conhecidos no Brasil, Miguel Altieri e Stephen Gliessman (MOREIRA e CARMO, 2004). O conceito de agroecossistema é o elemento fundante dos princípios da Agroecologia para essa corrente. Seus estudos referem-se a experiências agroecológicas em regiões tropicais, mexicanas e andinas e a críticas ao modelo de agricultura convencional dos países latino-americanos (SOUSA e MARTINS, 2013).

Altieri é professor da Universidade da Califórnia e articulou a criação do Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades) (SOUSA e MARTINS, 2013). Segundo Clades (2014, tradução nossa), em janeiro de 1989, onze organizações não governamentais latino-americanas criaram o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, que possui três principais objetivos: a) a pesquisa sobre soluções técnicas para a preservação de recursos naturais e o respeito pela natureza e a identidade cultural de várias populações camponesas; b) a disseminação do conhecimento agroecológico e de metodologias para

a promoção do desenvolvimento rural; c) a aproximação de instituições envolvidas nesses objetivos. A decisão de se criar o Clades veio da necessidade de se organizar um Movimento Latino-americano que não somente ajudasse as comunidades camponesas a sobreviverem, mas possibilitá-las de fazer sua própria contribuição para toda a sociedade. A missão do Clades pode ser definida em um esforço de converter a agricultura familiar, que passa por um colapso, em um modo de vida viável, criando possibilidades produtivas locais, baseadas em objetivos de desenvolvimento sustentável.

Para Altieri (1999), a Agroecologia é uma disciplina científica que promove os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores de recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Para Gliessman (2000, p. 54), a Agroecologia é definida “como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” e “proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”. Atualmente, Gliessman (2007), realiza seus estudos com um foco mais ampliado em todo o sistema alimentar.

Os estudos pioneiros de Agroecologia na Espanha aconteceram na Universidade de Córdoba e Granada, mais especificamente, no Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC), da Universidade de Córdoba. Esses estudos foram impulsionados pela confluência entre o movimento ecologista, a luta do movimento camponês e as reflexões da Nova Tradição dos Estudos Camponeses, com foco na caracterização do campesinato (MOREIRA e CARMO, 2004).

Segundo Guzmán e Molina (2005), aquele o principal autor da escola espanhola e fundador do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses da Universidade de Córdoba, a Agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva que apresentem alternativas para a atual crise civilizatória. Ela apresenta-se como uma resposta à lógica do neoliberalismo e à globalização econômica cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia participativa e de caráter político.

Os estudos da vertente agroecológica europeia focalizam a Agroecologia em uma dimensão de confluência entre o movimento ecologista e as reflexões dos estudos camponeses, abrindo caminho para uma caracterização agroecológica do campesinato (CASADO et al, 2000). Segundo esses autores, a Agroecologia reivindica a necessária

unidade entre as distintas disciplinas naturais entre si e com as ciências sociais, a fim de compreender as interações existentes entre os processos agronômicos, econômicos e sociais.

Após essa síntese do processo histórico de construção do conceito de Agroecologia, os próximos subitens tratam do surgimento do debate agroecológico no Brasil que culmina com a defesa por um Movimento Agroecológico brasileiro. Os principais atores que contribuíram para a criação do Movimento Agroecológico e suas ações são retratados a partir de um enfoque histórico.

2.2 O Movimento Agroecológico Brasileiro

No Brasil, em contraste com os Estados Unidos, a origem da Agroecologia esteve envolvida com diferentes movimentos, baseados na defesa das práticas da agricultura tradicional e não com a ciência. Em especial com o movimento da agricultura alternativa que emergiu nos anos 1970, como uma crítica aos efeitos da modernização da agricultura e, posteriormente, promoveu as práticas da agricultura familiar, a soberania alimentar e a autonomia (WEZEL *et al*, 2009).

Petersen e Almeida (2006), Padula *et al* (2013) e Fávero e Pacheco (2013) associam o surgimento do Movimento Agroecológico brasileiro à adoção da agricultura alternativa, principalmente, por estudantes e profissionais de Agronomia, no início da década de 1980. Segundo eles, “embora as práticas de experimentação voltadas para fazer frente aos problemas produtivos e econômicos vivenciados pelas famílias de produtores tenham se disseminado na década de 1970, sobretudo como expressão da capacidade de iniciativa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³”, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 17).

³ “As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou de capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 [...] De natureza religiosa e caráter pastoral, elas são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) [...] As CEBs se orientam pelo método ver-julgar-agir. Apesar do método não ser aplicado de forma linear, em muitas comunidades ele funciona em três etapas. A primeira parte, “o ver” é o relato pelos participantes de seus problemas e dificuldades. O seguinte passo é “o julgar”, quando se relaciona o problema a alguma passagem do Evangelho para iluminar o tema em discussão. A última etapa é “o agir”, quando se planeja de forma concreta como enfrentar o problema de forma coletiva” (BETTO, 2014).

Assim, as origens do debate agroecológico no Brasil datam do início da década de 1980 e situam-se em espaços distintos de organização sócio-políticos, porém comprometidos com uma proposta de agricultura alternativa. Inicialmente, o debate estava restrito entre a comunidade acadêmica e os profissionais das ciências agrárias, focado predominantemente em questões técnicas, como as críticas ao padrão tecnológico da Revolução Verde⁴ e o desenvolvimento de tecnologias alternativas (LUZZI, 2007). Essa discussão se fortaleceu nos Congressos Brasileiros de Agronomia e nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), realizados ao longo da década de 1980 (PADULA *et al*, 2013).

A agricultura alternativa também ganhou adeptos nos espaços criados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), articulados por Organizações Não Governamentais (ONGs), integrantes da Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (Rede PTA), por organizações de trabalhadores do campo, por setores acadêmicos e de pesquisa (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

A implantação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pela Igreja Católica⁵, na década de 1970, constituiu esses espaços de ação política contestadores das transformações na agricultura impostas pelo Governo Militar, o que provocou a emergência de lideranças que renovaram o movimento sindical de trabalhadores rurais. Com a abertura política no início dos anos 1980, muitas lideranças egressas das CEBs e, principalmente, da CPT, conseguiram renovar os movimentos e organizações populares e sindicais do campo, que foram se transformando em movimentos de massa, “orientadas a partir dos grandes temas polarizadores do debate político no plano nacional”, desvinculando-se dos processos sociais locais tão fomentados pelas CEBs (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 23).

Na década de 1990, a Agroecologia evoluiu para um conjunto integrado de experiências produtivas (PETERSEN e ALMEIDA, 2006) e passou a ser incorporada por diversos movimentos sociais rurais, organizações de trabalhadores e instituições

⁴ Segundo Pereira (2012, p. 687), a Revolução Verde foi “a introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade”. Ela foi elaborada como um pacote tecnológico, composto por insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra, aliado ao difusionismo tecnológico e a uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

⁵ Com isso, a Igreja oferecia uma alternativa organizativa aos pobres do campo, com suas metodologias de trabalho de organização de comunidades e, principalmente, com a concepção de ação social nelas embutida, gestava-se também uma aguda crítica a uma determinada forma de ação sindical que vinha se consolidando. (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 23).

estatais (LUZZI, 2007). Exemplos desse processo foram experiências de sindicatos de trabalhadores, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo Padula *et al* (2013), alguns sindicatos vinculados originalmente à CUT, parceiros das ONGs antes vinculadas à “Rede PTA” e hoje articuladas com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), são considerados precursores das práticas agroecológicas no país.

Movimentos sindicais, em particular a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), vêm, hoje em dia, articulando suas pautas de lutas em defesa de um novo projeto de desenvolvimento para a agricultura brasileira, com foco na organização social da agricultura familiar e na produção agroecológica (LUZZI, 2007).

Atualmente, a defesa por um Movimento Agroecológico brasileiro ganha força. Para Petersen e Almeida (2006), a Agroecologia é um movimento que possui expressão nacional e que articula em redes processos sociais locais e regionais autônomos de inovação agroecológica. Apesar da diversidade e da autonomia dos atores envolvidos e dos diferentes contextos ambientais onde são desenvolvidos esses processos sociais, os autores afirmam existir uma identidade entre as experiências, defendendo que a articulação em redes favorece a construção técnica, metodológica, conceitual e política do Movimento Agroecológico.

É importante aprofundar a análise sobre o movimento da agricultura alternativa brasileira, pois em contraste com os Estados Unidos, a origem da Agroecologia esteve envolvida diretamente com movimentos baseados na defesa das práticas da agricultura tradicional e, principalmente, da agricultura alternativa e não com a ciência (WEZEL *et al* 2009). Inclusive, atualmente, fruto dessa origem, a Agroecologia é um movimento que possui expressão nacional e que articula em redes processos sociais locais e regionais autônomos de inovação agroecológica (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

No Brasil, o movimento da agricultura alternativa teve seu início na década de 1970, embora sua disseminação como prática contestadora do modelo da Revolução Verde tenha ocorrido no início da década de 1980, a partir do encontro de experiências locais inovadoras com os setores acadêmicos e da pesquisa (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

A origem da agricultura alternativa antecede a chamada revolução verde. Surge na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural (VOGT, 1999), na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica (REED, 2002) e na França, em 1940, com a "agriculture biodynamique d'alimentation normale" (CEZAR, 1999). Em sua origem, a agricultura alternativa, hoje agricultura ecológica, está associada a um pensamento filosófico, antroposófico ou esotérico (orientada por Steiner, Alemanha), de contestação política (Soil Association, Inglaterra) ou de reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos (como GABO, na França). Quer seja associado à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos (BRANDENBURG, 2002, p. 12).

Durante os primeiros anos da década de 1980, a construção da agricultura alternativa se delineou com as críticas de engenheiros agrônomos e intelectuais brasileiros que passaram a denunciar os impactos da agricultura baseada no pacote da Revolução Verde e a defender a agricultura alternativa (LUZZI, 2007).

Segundo Ehlers (1996), destacaram-se algumas publicações⁶ pioneiras de agricultura alternativa por intelectuais brasileiros, apesar de sua recepção ter sido hostilizada e ridicularizada por escolas de agronomia, órgãos públicos de pesquisa e extensão rural e entidades representativas do setor químico, como a Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas (Andef). Apesar disso, dentro de um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) essas ideias foram acolhidas e levaram à formação, em 1976, de um "Grupo de Agricultura Alternativa", cujo objetivo era discutir os problemas sociais, ambientais e econômicos da agricultura convencional.

Em 1981, em Curitiba/PR, a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR), o Grupo de Agricultura Alternativa da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP) e a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) promoveram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) (PADULA *et al*, 2013). O público que participou do I EBAA era formado basicamente por engenheiros agrônomos e os palestrantes eram os pioneiros da agricultura alternativa no Brasil (Ana Primavesi, José Lutzenberger, Luiz Carlos Pinheiro

⁶ São citadas por Ehlers (1996) as seguintes publicações brasileiras: "O Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?", de José Lutzenberger (1976); "Pragas, praguicidas e crise ambiental", de Adilson Paschoal (1979); "O Manejo ecológico do solo", de Ana Maria Primavesi (1980); "Agropecuária sem veneno", de Sebastião Pinheiro (1985), e os trabalhos de Luiz Carlos Pinheiro Machado.

Machado, Adilson Paschoal), pesquisadores de universidades e profissionais de instituições de pesquisa e extensão rural. Além de palestras, eles expuseram algumas experiências práticas desenvolvidas em suas instituições (LUZZI, 2007).

Como a pesquisa sobre agricultura alternativa estava no início no Brasil, nesse período, praticamente inexistiam experiências de agricultura alternativa. As duas experiências brasileiras pioneiras desenvolveram-se em São Paulo, na Estância Demétria, em Botucatu, e em um sítio particular em Cotia. A primeira experiência foi criada, em 1972, por jovens predominantemente europeus seguidores da agricultura biodinâmica e a segunda experiência foi desenvolvida pelo engenheiro agrônomo Yoshio Tsuzuki que, desde 1973, plantava hortaliças e frutas com base na agricultura orgânica (LUZZI, 2007).

Apesar de essas pesquisas introduzirem inovações técnicas, a fim de reduzir os efeitos ambientais negativos provocados pela Revolução Verde, elas não conseguiram colocar em xeque essa lógica de produção, mesmo porque havia um “amplo domínio do paradigma da química agrícola no enfoque das instituições oficiais de pesquisa” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 18).

Outros atores nesse período foram as associações de agricultores orgânicos, constituídas por “produtores neo-rurais de classe média e por profissionais das ciências agrárias críticos ao modelo produtivo dependente de insumos industriais contaminantes” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 18). Embora tenham provocado a preocupação da população urbana com a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, a partir da consolidação de nichos de mercado, não atuavam no enfrentamento dos processos de expropriação⁷ dos agricultores (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

O II EBAA aconteceu, em 1984, em Petrópolis/RJ, e seu público também era formado basicamente por engenheiros agrônomos, apesar da participação expressiva de secretários estaduais e, também, de estudantes de agronomia, ambientalistas e agricultores (PADULA *et al.*, 2013). Nos dois primeiros EBAA, os debates foram mais técnicos, concentrados nas consequências do pacote tecnológico e na apresentação de tecnologias alternativas. Além disso, as experiências apresentadas eram muito teóricas e

⁷ “A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos” (MARTINS, 1991, p. 50).

o conhecimento tecnológico era produzido para a substituição de insumos (LUZZI, 2007).

Durante esse período, a apresentação de tecnologias alternativas para a substituição de insumos era a tônica dos encontros. Não era evidente nos EBAAAs a importância do desvelamento da dimensão sociocultural dos processos produtivos baseados no manejo ecológico dos recursos naturais e a perspectiva da transformação social do agricultor, tão importantes hoje para a Agroecologia (GUZMÁN, 2013). Com isso, a apresentação de tecnologias alternativas era realizada ainda na perspectiva do difusionismo⁸, praticamente, sem a contribuição do potencial endógeno dos agricultores.

Como isso, não se percebia, naquele momento, a perspectiva permanente da Agroecologia em conjugar teoria e prática. A análise de Guzmán (2013) evidencia a importância do manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação social coletivas. Com isso, a relação entre técnicos e agricultores se constitui em um elemento central para a Agroecologia, na perspectiva permanente de se conjugar teoria e prática. Segundo Guzmán (2013), fica evidente, pois os sistemas de conhecimento (local, camponês e/ou indígena) são os portadores do potencial endógeno que permite estimular a biodiversidade ecológica e sociocultural. Essa diversidade seria o ponto de partida para o desenho participativo de métodos endógenos de melhora socioeconômica para o estabelecimento de dinâmicas de transformação para sociedades sustentáveis.

Guzmán (2013) ainda sinaliza para outra dimensão da Agroecologia que também não estava presente nos dois primeiros EBAAAs, que é o da transformação social. Nesse sentido, como a apresentação de tecnologias alternativas era realizada ainda na perspectiva do difusionismo, não se tratava de dar a voz ao agricultor (ao reconhecer a lógica de suas práticas produtivas) e nem de aceitar que este adquirisse o papel de “investigador” (tomando a responsabilidade e iniciativa das ações), como condutor do curso dinâmico de suas práticas econômicas, sociais e políticas (GUZMÁN, 2013).

Durante o II EBAA, apesar da predominância de trabalhos sobre tecnologias poupadoras de insumos e de baixos impactos ambientais, surgiram discussões pioneiras

⁸ A partir de 1960, começaria o período do difusionismo ou produtivismo no Brasil. Baseado na modernização agrícola com o objetivo de desenvolver ações mais orientadas para aumentar a produção e a produtividade da agricultura, em especial, dos produtos destinados à exportação. A orientação teórica era a “difusão de inovações” técnicas na agricultura, introduzindo fortes mudanças na base técnica da agricultura. Buscavam-se resultados econômicos imediatos, a partir da adoção de pacotes tecnológicos e de insumos químicos, baseados em uma política de crédito que privilegiava os médios e grandes agricultores. Com isso, houve uma profunda redução da preocupação com a família rural (CAPORAL, 2014).

sobre os problemas sociais da adoção do pacote tecnológico; sobre o comprometimento das instituições de pesquisa com o pacote tecnológico e sobre a análise das transformações do setor agroindustrial em relação ao avanço das multinacionais no domínio das sementes e na área de biotecnologia (LUZZI, 2007).

O III EBAA aconteceu, em 1987, em Cuiabá/MT, e foi organizado pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), pela Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), pela Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), da Federação dos Organismos para a Assistência Social e Educacional (FASE) (PADULA *et al*, 2013).

A presença majoritária foi de estudantes, mas ainda com participação expressiva de engenheiros agrônomos. Uma participação inovadora foi a presença de aproximadamente 300 agricultores de movimentos sociais e sindicais do campo, convidados pelo PTA/FASE e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Mato Grosso, além de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o que marcou o início da aproximação entre o movimento da agricultura alternativa e dos movimentos sociais e sindicais do campo (PADULA *et al*, 2013).

Durante o III EBAA, houve uma abertura para a discussão de questões sociais. As discussões técnicas passaram a ser discutidas em pequenos grupos de interesses e as questões mais gerais foram discutidas em cinco painéis: a) perspectivas da agricultura alternativa; b) o ensino, a pesquisa e a extensão frente ao novo modelo tecnológico para a agricultura; c) caminhos para o movimento de agricultura alternativa; d) comunicação social e agricultura alternativa; e) recursos naturais e agricultura (LUZZI, 2007).

Nesse sentido, os problemas ambientais existentes na agricultura convencional passam a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. As discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde – que provocava degradação do meio ambiente e contaminação dos alimentos e do agricultor – para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento – que era excludente e causava dependência tecnológica aos agricultores, favorecendo apenas uma parcela pequena de grandes e médios produtores que tinham melhores condições financeiras e de infraestrutura (LUZZI, 2007, p. 24).

Com a ampliação do debate e a inclusão das questões sociais de produção, o movimento da agricultura alternativa elegeu o “pequeno produtor”⁹ como o destinatário das tecnologias alternativas, em função da inadequação das tecnologias modernas às suas necessidades. Além disso, a luta da agricultura alternativa passou a ser a luta de classes, ou seja, passou a fortalecer a luta dos pequenos agricultores contra os latifundiários (LUZZI, 2007).

Ainda durante o III EBAA ficou explícita a divergência entre as distintas vertentes do movimento de agricultura alternativa, embora houvesse convergência em muitos pontos, e certo consenso em torno do significado e do valor cultural da agricultura alternativa. O primeiro grupo, representado por José Graziano da Silva, defendeu o socialismo e para eles a questão principal não era a tecnologia em si, mas o controle das forças produtivas e a coletivização dos meios de produção. A segunda vertente era mais técnica, representada pelos pioneiros do movimento, responsáveis pela formulação teórica e divulgação da agricultura alternativa, e pelas correntes (biodinâmica, natural e orgânica), detentores de experiência prática em nichos de mercado e importantes divulgadores da contaminação dos alimentos por agrotóxicos (LUZZI, 2007).

Conforme relata Luzzi (2007), a primeira vertente, representada pela FAEAB e pela FEAB, tinha representação em órgãos públicos e seus membros criticavam o padrão tecnológico moderno em defesa da agricultura alternativa. A segunda vertente era de cunho mais social, representada pelo PTA/FASE, que buscava identificar, sistematizar, difundir e valorizar as tecnologias alternativas, criadas pelos próprios agricultores. Procurava trabalhar com os movimentos sociais rurais, divulgando e estimulando que eles incorporassem as propostas alternativas. Segundo Ehlers (1996), a divergência entre esses enfoques dentro do Movimento de Agricultura Alternativa contribuiu para que não fosse criada uma representação nacional.

O IV EBAA aconteceu em Porto Alegre em 1989. Participaram da coordenação do encontro movimentos sociais, a FAEAB e a FEAB. O PTA/FASE chegou a participar, mas diante de desentendimentos com relação à participação de agricultores no encontro, saiu da organização. O PTA/FASE buscava influenciar uma mudança na estrutura do evento, ao dar espaço para apresentação das experiências de agricultores, o que já tinha sido apontado no III EBAA (PADULA *et al*, 2013). Os outros membros da

⁹ O uso do termo pequeno produtor estava presente no Estatuto da Terra. Nos anos 1990, foi substituído por agricultor familiar.

coordenação do IV EBAA queriam manter a estrutura acadêmica do encontro, o que resultou na não participação de muitas instituições membros do PTA/FASE, exceto as do sul (LUZZI, 2007). O IV EBAA encerrou a experiência desses encontros de agricultura alternativa. Segundo Luzzi (2007), para compreender esse encerramento deve-se considerar que a disputa pela coordenação do evento afastou o PTA/FASE e que a FAEAB¹⁰ não conseguiu dar continuidade aos encontros, pois foi retomada pelos conservadores.

2.2.1 A Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (Rede PTA)

Um ator importante desse período, cuja atuação pioneira contribuiu para a criação do Movimento Agroecológico, foi a Rede PTA, constituída originalmente pela Federação dos Organismos para a Assistência Social e Educacional (FASE). A FASE foi uma ONG fundada em 1961, que “desenvolveu de modo pioneiro uma articulação nacional no tema das tecnologias apropriadas e, a partir da identificação de experiências bem sucedidas de assessoria técnica a organizações locais de produtores familiares em diversos estados do país, inaugurou o Projeto Tecnologias Alternativas” (CORREA, 2007, p. 9).

O Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), criado em 1983, organizava-se em equipes estaduais e ficou conhecido como “Rede PTA”. Permaneceu na FASE até 1990, quando, em 1989, após uma reunião nacional da Rede PTA, desenhou-se um novo modelo institucional que prevalece até hoje (WEID, 1997).

A saída da Rede PTA da FASE inaugurou um desenho de coordenação regional (Nordeste, Sudeste e Sul), assumida de forma rotativa pelos membros da Rede, constituindo uma ONG, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), responsável pela coordenação nacional (WEID, 1997), e hoje conhecida como AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

No início da década de 1980, a “Rede PTA” identificava a existência de dois modelos distintos da agricultura brasileira: o modelo de agricultura moderna e o modelo de agricultura tradicional (WEID, 1997). Não questionava a viabilidade do modelo da

¹⁰ Embora, historicamente, a FAEAB tenha sido sempre conservadora, em 1981, assumiu sua presidência Valter Lazzarini, presidente da AEASP em 1978, progressista, crítico do modelo tecnológico vigente, que possuía uma orientação política de esquerda, pertencente ao “Grupo de Agricultura Alternativa” da AEASP (LUZZI, 2007).

agricultura moderna (baseado na produção agroquímica), mas constatava sua inadequação aos pequenos agricultores. Por outro lado, também constatava que o modelo da agricultura tradicional (baseado no sistema de plantio sobre queimada, com pousios para recuperação da fertilidade dos solos), nunca permitiu aos pequenos agricultores distanciar-se dos limites da pobreza, apesar de lhes garantir segurança alimentar, com exceção dos períodos de seca (WEID, 1997).

Uma das estratégias utilizadas pela equipe da “Rede PTA” frente à “insustentabilidade do sistema tradicional e inviabilidade da adoção de uma agricultura moderna com altos custos de insumos é buscar um pacote tecnológico alternativo para enfrentar a problemática nacional da pequena produção” (WEID, 1997, p. 11). Para isso, primeiramente, procurou acadêmicos, técnicos e estudantes que desenvolviam trabalhos com tecnologia alternativa em unidades da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e em instituições de ensino superior. Apesar do contato com pequenos grupos de produtores orgânicos e biodinâmicos, a falta de experiência concreta de transição de tecnologias dos modelos tradicional/moderno para tecnologias alternativas ficou evidente (WEID, 1997).

Os pioneiros da agricultura alternativa, como os professores Luiz Carlos Pinheiro Machado (então da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), Adilson Paschoal (então da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da USP - ESALQ), José Lutzemberger (ambientalista que chegou a ser Ministro do Meio Ambiente, entre 1991-1992, no então Governo Collor), Ana Maria Primavesi (então da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM) e Manoel Baltasar Baptista da Costa (agrônomo da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da USP - ESALQ) eram referências no início da AS-PTA (WEID, 1997).

Outra estratégia foi a identificação e o resgate de experiências de agricultores para posterior difusão pelos técnicos da “Rede PTA”. O trabalho com os agricultores era realizado, preferencialmente, em articulação com a Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base e com cooperativas, associações de produtores e sindicatos (WEID, 1997), buscando legitimidade do trabalho junto às lideranças dos movimentos populares e junto aos agricultores (LUZZI, 2007).

As CEBs provocaram uma “revitalização da sociabilidade” nas comunidades rurais, a partir da participação das famílias nas dinâmicas locais baseadas na reflexão e ação sobre a realidade imediata. Além disso, aspectos gerais sobre o desenvolvimento nacional eram interpretados a partir da vivência das próprias famílias, o que provocou o

surgimento de uma consciência crítica nas comunidades (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 13).

Do ponto de vista sócio-organizativo, disseminaram-se diversificados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos ou para a execução de serviços comunitários. As casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes, os mutirões e outras modalidades de associativismo são alguns exemplos dessas iniciativas. Do ponto de vista técnico, irradiaram-se processos de experimentação de práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, tais como a adubação orgânica, a adubação verde, as plantas medicinais, os métodos naturais de controle de pragas etc [...] O auto-abastecimento das famílias foi fortemente estimulado em meio às CEBs, seja porque ele minimiza a dependência com relação aos mercados, seja porque a produção alimentar doméstica é mais saudável por ser livre de agrotóxicos (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 14).

É importante ressaltar que, segundo Petersen e Almeida (2006), o Movimento Agroecológico no Brasil, os principais movimentos sociais do campo, grande parte das ONGs (hoje dedicadas à promoção da Agroecologia) tiveram suas origens ligadas à valorização desses ambientes locais de organização sócio-política criados pelas CEBs, com apoio da CPT.

Com a finalidade de difundir a circulação de informações sobre agricultura alternativa, o intercâmbio e a ajuda mútua, foram criadas pela “Rede PTA” as Redes de Intercâmbio envolvendo diversas organizações de agricultores, entidades de apoio aos movimentos populares e técnicos. Essas Redes começaram a ser estruturadas em cinco estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Paraíba), considerados pólos dinamizadores de experiências, onde a “Rede PTA” acompanhava experiências mais avançadas em agricultura alternativa. As Redes de Intercâmbio trabalhavam em duas frentes prioritárias: identificação de experiências e sensibilização de organizações de assessoria para as potencialidades de um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola (LUZZI, 2007).

Além das Redes de Intercâmbio, foram criados pela “Rede PTA” os Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs) (CORREA, 2007). O objetivo era testar e sistematizar sistemas produtivos inovadores, baseados em tecnologias alternativas e realizar experimentos e demonstrações de técnicas alternativas em ambientes que reproduzissem a realidade dos agricultores familiares (CORREA, 2007).

Os CTAs foram criados paralelamente às Redes de Intercâmbio e tinham uma atuação complementar a elas. Funcionavam como centros de pesquisa que reproduziam as condições da pequena propriedade familiar, com áreas de experimentação e demonstração de tecnologias, buscando soluções a problemas levantados por agricultores e desenvolvendo tecnologias apropriadas. Assim buscava-se um intercâmbio entre o conhecimento empírico do agricultor e o conhecimento acadêmico e de instituições de pesquisa. Além de centros de pesquisa, os CTAs funcionavam como espaços para a realização de cursos intensivos de capacitação de agricultores, técnicos e assessores de movimentos sociais. O objetivo era formar lideranças dos movimentos e dos agricultores para que se tornassem agentes multiplicadores das tecnologias alternativas (LUZZI, 2007).

Segundo Weid (1997),

os CTAs significavam um avanço já que buscavam uma visão sistêmica da propriedade, mas os sistemas não partiam da realidade dos agricultores. Sua proposta era demonstrar a viabilidade de um sistema alternativo ideal, cuja apropriação posterior pelos agricultores seria objeto de adaptações variadas segundo cada caso. Embora tenham acumulado inúmeras propostas técnicas interessantes, os CTAs, sobretudo, nas zonas de maiores dificuldades como o semi-árido nordestino, não conseguiram efetivamente criar o modelo ideal viável (WEID, 1997, p. 17).

Apesar do grande alcance da “Rede PTA”, que estava presente em 10 estados da Federação, em 1988, os procedimentos metodológicos adotados nessa primeira fase de assessoria ainda eram baseados na perspectiva de transferência de tecnologias adotada pelos órgãos públicos de extensão rural, embora a natureza das tecnologias alternativas fosse bem diferente dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Com o passar do tempo, esse enfoque metodológico foi sendo modificado (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

No final dos anos 1980, o movimento de agricultura alternativa adotou o enfoque agroecológico. Com isso, a agricultura alternativa adquiriu consistência conceitual e metodológica, a partir das contribuições científicas de textos¹¹ sobre Agroecologia, assim como a partir da conexão entre ONGs brasileiras e organizações de outros países da América Latina, especialmente, aquelas pertencentes ao Consórcio Latino-

¹¹ Notadamente, de dois livros publicados em português: “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável”, de Miguel Altieri (1989) e “Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável”, de Gliessman (2000).

Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades). Essas contribuições teóricas também chegaram ao Brasil, por meio de profissionais que estudavam Agroecologia em universidades americanas e europeias (PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013).

Em 1990, com a fundação da AS-PTA, definiram-se dois objetivos estratégicos para a instituição, um de curto e o outro de longo prazo (LUZZI, 2007).

No curto prazo o objetivo era “conter o processo de concentração fundiária e esvaziamento do campo pelo apoio aos pequenos e médios produtores para a melhora de suas condições de produção e de vida, ampliar o processo de organização e conscientização acumulando forças para mudar o modelo atual de desenvolvimento” (AS-PTA, 1992, p. 9). No longo prazo, “[...] a implantação no Brasil de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia e apoiado numa base social de pequenos e médios agricultores livremente organizados para produzir, transformar e comercializar” (WEID, 1991d, p. 2) (LUZZI, 2007, p. 73).

A adoção do enfoque agroecológico pelo movimento de agricultura alternativa contribuiu com o debate e com mudanças significativas nas bases metodológicas dos trabalhos das ONGs vinculadas à “Rede PTA”. Incorporou-se ao debate, o enfoque sistêmico e o conceito de agroecossistema e as técnicas que priorizavam aspectos qualitativos foram adaptadas à realidade brasileira, contribuindo para a substituição da transferência de tecnologias por processos de “intervenções participativas em que a realidade sociocultural dos agricultores passou a ser valorizada como fonte de conhecimento e de novas tecnologias” (PADULA *et al*, 2013, p. 49).

Ao invés de trabalhar a tecnologia de forma isolada, passou-se a buscar uma intervenção mais complexa trabalhando a unidade produtiva como um todo. O agricultor passa a ser visto como sujeito, com conhecimentos e racionalidades próprias que precisam ser respeitados e incorporados, conjuntamente com o conhecimento técnico/científico, na construção de estratégias de desenvolvimento rural (LUZZI, 2007, p. 77).

Petersen e Almeida (2006) informam que o processo avaliativo da “Rede PTA”, o Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e o Seminário sobre Reforma Agrária e o Meio Ambiente, realizados em 1999, apontaram para a necessidade de um encontro nacional, que culminou com a realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002. Esse encontro deu “visibilidade, pela primeira vez, em escala nacional, à riqueza e diversidade das experiências em Agroecologia existentes no

país” (ANA, 2013).

O processo avaliativo da “Rede PTA”, realizado entre 1997 e 1999, evidenciou o caráter local/regional de sua organização, que, por um lado, apresentava “processos sociais enraizados nos contextos locais e regionais”, mas, por outro lado, evidenciava o risco de fragmentação do movimento nacional (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 40).

O Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, promovido pela AS-PTA e pela Embrapa-Agrobiologia, em 1999, também evidenciou o baixo grau de articulação entre os diferentes atores envolvidos com a inovação agroecológica. Nesse encontro, pesquisadores de instituições oficiais e entidades da “Rede PTA” propuseram a realização de uma Conferência Nacional de Agroecologia, a fim de promover o avanço do paradigma agroecológico nas instituições oficiais dedicadas à pesquisa e à assistência técnica agropecuária (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

O paradigma dominante nas instituições oficiais dedicadas à pesquisa e à assistência técnica agropecuária era a transferência de tecnologias. Nesse sentido, a promoção do enfoque agroecológico previa a adoção de processos sociais de inovação agroecológica, procurando enfoques metodológicos inovadores que se voltassem para o processo social que os gerava, procurando estimulá-los (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Em substituição à noção de difusão de tecnologias, introduz-se a noção de difusão dos processos sociais de experimentação. Em lugar da sistematização e difusão de técnicas desenvolvidas por agricultores, procura-se sistematizar os processos de experimentação de famílias e grupos comunitários. Em vez da procura por soluções geniais, procura-se incentivar os gênios criativos que se encontram em estágio de latência e desprestígio nas comunidades rurais. Com esse procedimento, desloca-se a atenção exclusiva dos produtos da inovação (as técnicas alternativas) para que a ação dos agentes de inovação técnica também seja focalizada. De passivas receptoras de tecnologias, as famílias são estimuladas a assumirem um papel ativo como agentes de inovação e disseminação tecnológica. Com essas mudanças de enfoque, as tecnologias deixam de ser abordadas como se fossem elementos externos às relações socioculturais e ecológicas locais e são reintroduzidas no universo histórico-cultural das comunidades dos produtores familiares. Restaura-se assim o sentido ativo contido no sufixo “cultura” presente no termo “agricultura”, ou seja, o cultivo da criatividade humana em busca de inovações orientadas para a convivência com contextos ecológicos e socioeconômicos sempre em mutação (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 29).

Assim, também, durante o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)¹² e pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA)¹³, foi proposta a realização de um encontro nacional sobre modelos alternativos para o desenvolvimento rural.

2.2.2 A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia)

A criação da ANA aconteceu em dezembro de 2002, após o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), realizado na cidade do Rio de Janeiro. A realização do I ENA¹⁴ teve como objetivo dar visibilidade às experiências concretas de promoção da Agroecologia e buscar a formulação progressiva de sínteses compartilhadas sobre avanços e desafios que refletissem a “unidade na diversidade” do campo agroecológico, em diferentes regiões e estado (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 44).

É importante destacar, também, a participação dos movimentos sociais do campo no fortalecimento da ideia de realização do I ENA, pois alguns movimentos como o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul) e segmentos importantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) “manifestavam de forma cada vez mais explícita uma crítica ao modelo tecnológico da Revolução Verde e passaram a incorporar em suas referências propostas convergentes

¹² O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) é uma coalizão fundada em 1990 para facilitar a participação de grupos da sociedade civil brasileira durante o processo da Rio 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED). Desde então, o FBOMS se tornou uma rede com cerca de 500 grupos-membros, incluindo organizações não-governamentais, redes e federações de ambientalistas, sindicatos, associações populares, seringueiros, grupos de mulheres, jovens e consumidores engajados em políticas e ações locais, nacionais e globais para a sustentabilidade e o meio ambiente” (FBOMS, 2014, p. 1).

¹³ O FNRA foi criado em 1995, com o objetivo de transcender as lutas mais corporativas dos movimentos sociais, através de uma articulação nacional do conjunto dos movimentos sociais do campo, de entidades e pessoas comprometidas com a reforma agrária e a questão da democratização da terra. O fórum não é uma organização formalmente localizada, mas um espaço estratégico de debate político, de formulação de objetivos comuns de luta, de elaboração de princípios e de encaminhamento de ações concretas de impacto político. Defende um princípio orientador da ação: que a unidade do movimento forma-se no que há de consensual no conjunto dos participantes, mas quando não há unidade, a diversidade deve ser respeitada, no sentido de que cada organização trate em seus espaços próprios de luta seus encaminhamentos não consensuais (SCHERER-WARREN, 2014).

¹⁴ A Comissão organizadora do ENA foi composta por diversas entidades, redes e movimentos. Petersen e Almeida (2006) reconhecem a presença do MST entre dezenas de outras organizações.

com os princípios da Agroecologia [...], como a incorporação do debate sobre os transgênicos na agricultura brasileira” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 41).

O grande fator que determinou a mudança desses movimentos em relação à questão tecnológica, incorporando uma crítica mais aprofundada sobre o padrão tecnológico da modernização conservadora, foi o debate sobre os transgênicos. A crítica e oposição desses movimentos aos transgênicos permitiu explicitar “o modelo artificializante da Revolução Verde, as suas contradições no que diz respeito à dependência técnica e econômica dos agricultores, os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde pública e os obstáculos de inserção da agricultura familiar nos mercados” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 41).

Dois encaminhamentos interdependentes principais foram tirados no ENA: a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o fortalecimento das redes regionais e estaduais já existentes. A ideia subjacente a esses encaminhamentos é que a ANA esteja ancorada em redes dinâmicas constituídas por organizações e processos sociais atuantes em diferentes escalas geográficas e áreas temáticas. Tem-se claro que a construção de uma articulação coesa horizontalmente (entre redes locais) e verticalmente (entre o micro e o macro) será uma condição para a sustentabilidade política de um processo nacional fundado no princípio da “unidade na diversidade”. Para tanto, se faz necessário estimular a emergência e/ou a consolidação de canais eficientes de mobilização e expressão das forças sociais envolvidas com a transição agroecológica dispersas pelo país afora. Daí, a importância atribuída ao fortalecimento dos espaços de articulação em escalas intermediárias entre o âmbito local e o nacional (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 44).

A ANA reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da Agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. É uma rede não governamental, sem vinculação partidária e sem fins lucrativos (ANA, 2013).

A atuação da ANA está ancorada em dois objetivos principais: de um lado, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia (ANA, 2013).

A ANA apresenta-se como um espaço de fortalecimento e disseminação do Movimento Agroecológico, ao promover relações e fluxos de informação e a busca de concertação entre uma diversidade de redes e organizações atuantes em vários níveis em prol da Agroecologia. Ao desenvolver uma ação política em nível nacional pela defesa de um projeto de transformação do mundo rural, cujos princípios são compartilhados pelas organizações em rede, favorece a construção de uma identidade comum entre essas organizações e movimentos, com respeito às identidades auto-atribuídas pelos atores locais e regionais (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Em 2003, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, após quatorze anos do último EBAA, quando se definiu a criação de uma sociedade que viesse a fortalecer a Agroecologia no mundo acadêmico e a ser responsável pela coordenação dos Congressos, onde se disseminassem as diferentes experiências e conhecimentos agroecológicos do país. Durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em 2004, oficializou-se a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

A Associação Brasileira de Agroecologia, criada dentro da ANA, “tem caráter técnico-científico e visa incentivar e contribuir para a produção científica em Agroecologia”. Ela promove os Congressos Brasileiros de Agroecologia, em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, ONGs e organizações de trabalhadores, onde são apresentados trabalhos científicos e debates sobre diferentes dimensões da Agroecologia (PADULA *et al*, 2013, p. 55).

Esses Congressos promovem a apresentação de trabalhos científicos e debates conceituais, além da apresentação de experiências, em sintonia com o conceito de Agroecologia defendido pela ABA, como “enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento (PADULA *et al*, 2013, p. 55). Nesse processo, o encontro entre práticas sociais baseadas na Agroecologia e a teoria agroecológica é um elemento essencial na intensificação de forças sociais detentoras de um projeto capaz de transformar a agricultura brasileira. Foi somente após esse processo de fertilização mútua entre teoria e prática da Agroecologia, que o conhecimento científico trazido por especialistas cessou de ser percebido como uma imposição externa ou como uma expressão inquestionável de verdades e foi incorporado nas experiências locais (PETERSEN; MUSSOI; DAL SOGLIO, 2013).

3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A AGROECOLOGIA

Segundo Stedile e Fernandes (2012), a gênese do MST foi determinada por vários fatores. Como principal elemento, citam o processo de “modernização dolorosa”¹⁵ da agricultura brasileira. Em função desse contexto socioeconômico, o MST “nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2014a, p. 2).

Embora tenha nascido nesse processo de enfrentamento contra a política hegemônica de desenvolvimento agropecuário, o MST, durante muitos anos, reconheceu e lutou contra a expropriação e exploração dos camponeses submetidos a esse modelo, mas não apresentou uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos. Portanto, entender que, desde sua gênese, o MST sofreu influência nos modos de vida e nas formas de sociabilidade existentes em suas comunidades por esse modelo hegemônico, é importante para analisar o processo de aproximação do MST da Agroecologia.

Assim, este item procura realizar uma síntese da influência da “modernização dolorosa” na gênese do MST, sem desconsiderar a existência de tantos outros fatores determinantes em sua gênese. Este elemento foi escolhido para análise, pois a Agroecologia representa para o MST, acima de tudo, uma alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura brasileira, como comentado por todas as lideranças do MST entrevistadas.

Durante o governo militar da década de 1970, a “modernização dolorosa” expulsou um grande número de pessoas do campo, em função da mecanização da agricultura que abdicou do uso intensivo de mão de obra, utilizada comumente antes desse período. Diante dessa expulsão, ocorreu um êxodo rural para regiões de colonização de fronteiras agrícolas¹⁶, especialmente, Rondônia, Pará e Mato Grosso e,

¹⁵ José Graziano da Silva, no livro “A modernização Dolorosa” (Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982), denomina modernização dolorosa ao processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira nos anos 1970, que modernizou as tecnologias, porém manteve a concentração da propriedade fundiária e a exclusão social.

¹⁶ O I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-74) estimulou a colonização de áreas da região amazônica, principalmente, por dois motivos. O primeiro é que serviu como investimento em terras por proprietários do sul e do sudeste. O outro motivo é que os militares temiam perder a Amazônia por falta

também, para cidades, em função do acelerado processo de industrialização (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Tanto as regiões de fronteiras agrícolas como as cidades não tinham vocação para a agricultura familiar, nem tampouco esperava-se o desenvolvimento da agricultura familiar nessas regiões, pois o governo procurava promover uma “política de estímulo à pecuária [...] uma transferência de mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira” nas regiões de fronteiras agrícolas. Nas cidades, também, ao final dos anos 1970, surgiram os primeiros sinais de crise da indústria brasileira que se prolongaria pela década de 1980, chamada de “década perdida¹⁷” (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 18).

Segundo Fernandes (2000), a intenção dos militares em impor a colonização foi uma forma de manter o controle sobre a questão agrária sem fazer a reforma agrária. A violência dos militares foi uma das formas de implantar o modelo de desenvolvimento da agricultura que priorizava a agricultura capitalista em detrimento da camponesa, por meio da expropriação, expulsão e despejo de famílias camponesas. Com isso, expandiram-se os conflitos, eclodindo as lutas no campo.

É esse contingente populacional que criou o MST, a partir do enfrentamento e resistência contra o processo de “modernização dolorosa”, caracterizado pela colonização e pelo êxodo rural para as cidades. O MST tinha, originalmente, como bandeira de luta a permanência de seus militantes no campo como agricultores, em suas regiões de origem e, portanto, reivindicava: terra, reforma agrária e democratização do país (STEDILE e FERNANDES, 2012).

O texto de Martins (1988, p. 88) abaixo sinaliza para a mesma interpretação de Stedile e Fernandes (2012) sobre a gênese e as bandeiras de luta do MST.

de colonização. Delfim Neto, ministro da Fazenda, dizia que o solo amazônico era de terra-roxa, tão fértil quanto os do Centro-Sul. Na verdade o solo era composto de laterita, contra-indicado para plantar. No II e III PND, a ênfase foi dada à colonização por cooperativas do sul, que continuariam seus projetos na Amazônia, pois assim, o Governo, cujas contas eram muito deficitárias nessa época, não precisaria investir diretamente, repassando os gastos às cooperativas colonizadoras particulares (SILVA, 2014).

¹⁷ Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Inúmeros indicadores econômicos, como: as taxas de crescimento do PIB, a aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos, registraram um resultado brasileiro medíocre. A desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores (IPEA, 2014).

[...] os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça.

Além da violência dos militares contra os agricultores para implantar o modelo de desenvolvimento da agricultura que priorizava a agricultura capitalista em detrimento da camponesa, esse modelo apresentou impactos negativos nos planos ambiental e social. “A irradiação desse paradigma científico-tecnológico no mundo rural exerceu grande influência nos modos de vida e nas formas de sociabilidade existentes em comunidades de produtores familiares” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

A desqualificação social das formas tradicionais de produção concorreu para que culturas que evoluíram em estreita sintonia com as condições socioambientais locais fossem desorganizadas e mesmo desbaratadas, retirando das comunidades de produtores familiares suas já limitadas capacidades de gestão autônoma de seu próprio desenvolvimento. De par com o progressivo abandono das tecnologias e processos tradicionais de manejo dos ecossistemas, o corpo de conhecimentos desenvolvido localmente para a otimização dos recursos locais no processo produtivo foi aos poucos sendo dilapidado, assim como os próprios recursos locais, sobretudo os da biodiversidade. Resultam dessa ruptura histórico-cultural, como fenômenos que se estimulam mutuamente, grande marginalização social e econômica da produção familiar e níveis sem precedentes de degradação ambiental dos agroecossistemas familiares (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 10).

A difusão do paradigma da Revolução Verde utilizou os sistemas de pesquisa agrícola e extensão rural para romper com os processos endógenos de inovação na agricultura das comunidades rurais. Com isso, essas instituições estabeleceram com essas comunidades uma relação de dependência com seus agentes e com vendedores de insumos e equipamentos, dentre outros, pertencentes à cadeia produtiva da agricultura industrial. Nesse processo, “os produtores familiares passam a ser considerados meros receptores das modernas tecnologias, ficando impedidos de exercer qualquer resistência crítica eficaz às forças de coerção que praticamente lhes impõem um novo sistema técnico” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 11).

Segundo Petersen e Almeida (2006), diversos movimentos e organizações populares e sindicais do campo não identificaram, nesse período, a importância do debate sobre o modelo de desenvolvimento tecnológico da agricultura e não aderiram à agricultura alternativa. Foram, provavelmente, influenciados por interpretações desqualificadoras da agricultura alternativa e pelo mito da modernização da Revolução Verde. Apesar desse ceticismo, o período foi marcado por muitas experimentações que provocaram o amadurecimento dos processos metodológicos e conceituais da agricultura alternativa (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Embora a Agroecologia tenha se tornado diretriz política do MST no seu V Congresso Nacional, em 2007, o próximo item buscará apresentar o processo histórico de aproximação do MST da Agroecologia, ressaltando que essa aproximação começou a acontecer bem antes de 2007.

3.1 A aproximação histórica do MST da Agroecologia

Borges (2007), Correa (2007) e Barcellos (2010) associam o processo de (re) organização produtiva baseado na Agroecologia à crise do cooperativismo no MST. Embora os temas da organização da produção e da Agroecologia não estejam associados desde o surgimento do MST, ressalta-se que a crítica atual ao modelo de agricultura capitalista, baseado no pacote da Revolução Verde e na promoção de injustiças socioambientais, é a questão de fundo que os une ideologicamente.

Stédile e Fernandes (2012) identificam três fases de organização da produção no MST. A primeira fase, que teve início com as primeiras ocupações, em 1979, e se estendeu até 1985, refere-se ao período de surgimento do MST, em vários estados da região Centro-sul do país. Durante essa fase, o MST teve apoio de mediadores religiosos e agentes de pastoral da CPT, inclusive como dirigentes do próprio MST, e de parte da sociedade que lutava pela democratização, contra a ditadura militar (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Durante as primeiras ocupações, entre 1979 e 1985, a conquista da terra era suficiente como resultado da luta e não havia espaço para discussões sobre organização da produção que era vista de forma romântica, pois a memória dos agricultores situava-se antes da modernização da agricultura, quando sua família ainda trabalhava com boi e enxada e fora expulsa pelas máquinas. Assim, a base reagia: “se eu conseguir a terra, depois me viro” (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 97).

Nesse período, o país vivia sob a ditadura militar (1964-1985) e a forma de fomento da agricultura familiar era o crédito subsidiado. Com o fim da ditadura e o estabelecimento da Nova República, em 1985/86, o subsídio aos agricultores foi cortado, o que provocou a primeira luta do MST, em 1986, por uma linha de crédito subsidiado para a produção (STEDILE e FERNANDES, 2012).

A experiência dos lotes individuais com boi e enxada na terra conquistada e a criação do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera) não foram suficientes para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. Assim, durante os anos de 1986 a 1990, o MST, assessorado por técnicos do Procera, iniciou um debate sobre a importância da cooperação agrícola (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Diversas formas de cooperação agrícola, ou seja, de organização da produção por meio da divisão social do trabalho, foram estimuladas pelo MST nos assentamentos nesse período. Resultaram em experiências desde o mutirão, troca de dias, troca de insumos, criação de grupos semicoletivos, condomínios de animais e grupos coletivos, até formas legalizadas, como associações, cooperativas e agroindústrias (MORISSAWA, 2001).

A segunda fase de organização da produção do MST teve início em 1990 e se estendeu até 1993 (STEDILE e FERNANDES, 2012). Foi um período de crise na agricultura que afetou também o MST, marcado pela precariedade das políticas agrícolas. De forma geral, não existiam políticas públicas de infraestrutura, moradia, saúde, educação, energia, estradas, dentre outras. Principalmente, não existia um programa de assistência técnica, o que delegava essa missão aos órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural. Porém, esses órgãos se caracterizavam por uma postura conservadora e indutora do padrão de modernização agrícola da Revolução Verde (CORREA, 2007).

O Procera, embora reduzido ao mínimo, era o principal instrumento de promoção do desenvolvimento dos assentamentos. Estava atrelado ao modelo agrícola da Revolução Verde, pois os projetos de crédito para aplicação dos recursos do Programa não eram vinculados a alternativas produtivas como, por exemplo, às propostas de agricultura alternativa do período. As questões de segurança alimentar e de cultivos apropriados à realidade dos assentamentos estavam subjugados à preocupação com a produção comercial e inserção nos mercados, buscando respostas eminentemente econômicas (CORREA, 2007).

Diante desse contexto de crise do Governo Collor (1990-1992), o MST optou por organizar os assentamentos em centrais de cooperativas gerais, não pulverizadas em pequenas cooperativas municipais, que pudessem “aglutinar as cooperativas de comercialização, as diversas formas de cooperação agrícola, as associações”. Em maio de 1992, foram criadas quatro cooperativas centrais estaduais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo e, nesse mesmo ano, fundou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em Curitiba (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 106).

Mediante um trabalho de organização de base chamado de Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), o MST passou a difundir as centrais para os demais estados, procurando articular todos os assentados, mesmos aqueles que não participavam de organizações cooperadas, a debater a importância da cooperação para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (STEDILE e FERNANDES, 2012).

A forma de organização do SCA partia do estabelecimento de Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) e de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) nos assentamentos, de Cooperativas Centrais Estaduais (CCAs) nos estados e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), integrando e articulando as anteriores em âmbito nacional (MORISSAWA, 2001).

Para o MST, a inserção nos mercados seria facilitada pelo processo de formação de CPAs e CPS. As CPAs eram um “tipo de cooperativa em que os fatores de produção (a terra, o trabalho e o capital) são administrados coletivamente. Sua propriedade e produção são sociais, pois os donos são os trabalhadores e as sobras são repartidas entre si conforme o trabalho aportado de cada um” (MORISSAWA, 2001, p. 233). As CPS eram um desdobramento da associação, agregavam muitos associados e agiam regionalmente no planejamento, organização e comercialização da produção, além da prestação de serviços de assistência técnica, serviços de máquinas, repasse de crédito, fornecimentos de insumos agrícolas, dentre outros serviços (MORISSAWA, 2001).

O principal objetivo das cooperativas era, evidentemente, a eficiência econômica dos assentamentos por meio da especialização de tarefas, da tecnificação da produção, da agroindustrialização e da utilização de insumos químicos, a fim de atingir maior escala de produção, potencializando as forças produtivas e ampliando a capacidade política e econômica (BORGES, 2007).

Segundo Stédile e Fernandes (2012), com a organização das cooperativas, o MST criaria um sistema misto, superior aos modos do camponês típico (trabalho individual familiar) e ao modo capitalista. A divisão do trabalho, assimilada do capitalismo, e a produção e a organização social coletivas foram propostas segundo a forma socialista de organização da produção (STEDILE e FERNANDES, 2012).

A teoria da organização no campo, proposta por Clodomir Santos de Moraes¹⁸, baseada na articulação entre o estabelecimento de modernas relações de produção, como mecanização, divisão do trabalho e produção em larga escala e formação do operariado agrícola, sujeito da transformação social, potencializaria o processo de construção de uma sociedade regida por princípios socialistas (BORGES, 2007). Embora o método de Clodomir de Moraes tenha mostrado para o MST como a organização do trabalho influenciava a formação da consciência do agricultor e como poderia potencializar o desenvolvimento dos assentamentos, não funcionou porque o método era muito ortodoxo, rígido na sua aplicação. Não era um processo, mas era estanque em sua aplicação (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Ainda segundo Stédile e Fernandes (2012), a terceira etapa de organização da produção do MST teve início em 1995. Essa fase foi importante não só pelo amadurecimento da Concrab, que passou a englobar mais estados, como Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul e São Paulo, mas, sobretudo, internamente. “Foi um período de descobrir, de estudar, de compreender quais seriam as linhas de produção a desenvolver, como aproveitar as brechas de mercado para não cair no mercado capitalista tradicional, de compreender que fundamentalmente temos uma missão social. Teríamos de pensar uma produção para o mercado de massas” (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 108).

¹⁸ (1928-____): Brasileiro; Nasceu na Bahia. Formou-se em Direito, em Recife - PE. Ingressou nas Ligas Camponesas, organização que marcou profundamente a história dos movimentos populares de nosso país. Ali, Clodomir Moraes tornou-se assessor e organizador das Ligas que, da década de 50, até serem destruídas pela contra-revolução de 1o de abril de 1964, foi um dos movimentos de massa mais combativos no Brasil. Por 15 anos, Clodomir Moraes, que teve seus direitos políticos cassados, conheceu o exílio. No entanto, durante todo esse período, foi conselheiro regional da ONU para a América Latina em assuntos da reforma agrária e desenvolvimento rural. Também para a ONU, através de algumas de suas agências, dirigiu projetos de capacitação e organização em Honduras, México, Nicarágua e Portugal, outras vezes consultor para missões técnicas na Europa, América Latina, África e Ásia, tendo voltado o seu todo seu trabalho para a questão camponesa. Nas universidades de Rostock, na Alemanha, foi professor residente. Em Berlim, por onde passou quatro anos, atuou como professor conferencista e fez o curso de doutorado em sociologia. Foi Deputado, em Pernambuco, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Autor de mais de 20 livros, que têm como temas centrais a reforma agrária e a geração de emprego e renda (DICIONÁRIO POLÍTICO, 2014).

Segundo Correa (2007), a estratégia de organização de formas de cooperação nos assentamentos conquistados permitiria às famílias passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias. Assim, a criação de cooperativas e assentamentos exemplares, com produção de excedentes mercantis para os trabalhadores das cidades, deveria funcionar como um instrumento de formação da opinião pública favorável à reforma agrária (CORREA, 2007).

Embora o MST tivesse assumido como missão social a produção para o mercado de massas e a produção e a organização social coletivas, “praticamente não existiam debates a respeito de qual sistema e estratégias produtivas deveriam ser preconizadas para alcançar o fortalecimento das famílias assentadas e o processo de resistência na terra” (CORREA, 2007, p. 7).

Segundo Barcellos (2010), Correa (2007) e Borges (2007), esse modelo de coletivização, baseado nas Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs), e a reprodução da matriz tecnológica convencional entraram em crise nos anos 1990. Isso provocou a existência de vários conflitos sociais e dificuldades econômicas na base, levando o MST a buscar um processo de (re) organização produtiva, baseada na Agroecologia, nos assentamentos.

A busca por alta produtividade e acesso ao mercado competitivo interno e externo levou as CPAs a direcionarem a produção para culturas de larga escala, principalmente milho, algodão e soja, utilizando técnicas de produção, máquinas e insumos do pacote da Revolução Verde. Porém, “esse tipo de produção é extremamente dependente de fatores externos, principalmente, os implementos agrícolas da indústria e o preço de venda da produção, regido internacionalmente (*commodities*)” (BORGES, 2007, p. 10).

Segundo Borges (2007), a desagregação do modelo de cooperação agrícola foi influenciada por fatores internos e externos. Internamente, houve fatores relacionados ao modelo de coletivização e à matriz tecnológica de produção e, externamente, ao papel do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como financiador direto de políticas públicas orientadas para a disseminação dos padrões de organização técnica e socioeconômica herdados da Revolução Verde.

O Governo de Fernando Henrique, em seu primeiro mandato (1995-1998), por meio do Proceara, estimulou a agricultura industrial nos assentamentos (contraditória aos arranjos locais), causando a desarticulação do processo de produção e o endividamento das famílias. Em um segundo momento, extinguiu o financiamento específico para a

reforma agrária via Proclera, em 1998, e criou linhas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo o PRONAF “A” destinado às famílias assentadas, em substituição ao Proclera, o que dificultou o acesso ao financiamento (BORGES, 2007).

Com o fim do Proclera e sem uma política de desenvolvimento para os assentamentos, o MST iniciou uma série de avaliações sobre o uso e aplicação de crédito. Ficou evidente que o Proclera não se constituiu como instrumento de fortalecimento dos assentamentos, mas como um instrumento de repasse de recursos para as indústrias e comércios locais. Segundo Correa (2007, p. 12),

[...] cerca de 65 a 80% da aplicação dos recursos do programa tinham sido investidos na aquisição de insumos (principalmente sementes híbridas, adubos, agrotóxicos), máquinas agrícolas, animais de raça melhoradas, com destaque para produção leiteira e ao investimento em materiais para cercar e isolar as parcelas de terras de cada família, induzindo ao trabalho individual e ao sentimento de propriedade privada da terra e dos meios de produção como um todo.

Aliado à tentativa do governo de criminalizar a luta pela terra¹⁹, o que provocou o enfraquecimento das atividades do MST, foram criados assentamentos em áreas distantes dos centros consumidores, em terras degradadas e sem infraestrutura necessária para seu desenvolvimento. Além disso, com a extinção do Proclera, o governo estimulou a criação de agências de comercialização nos assentamentos, a fim de inserir os agricultores no mercado, dentro do paradigma de profissionalização, especialização e intensificação dos sistemas de produção para geração de renda (CORREA, 2007).

O amadurecimento da crítica aos padrões de organização técnica e socioeconômica da Revolução Verde pelas organizações da agricultura familiar tem passado pelo reconhecimento de que o acesso a políticas públicas, especialmente o crédito, orientadas pelos padrões da Revolução Verde não tem contribuído para a reprodução social, econômica e ambiental da agricultura familiar. “Muito pelo contrário, vem submetendo as famílias produtoras à dependência tecnológica, à crescente elevação dos custos de produção e a processos de endividamento, associados à degradação ecológica dos seus agrossistemas e à intoxicação humana por agrotóxicos” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 5).

¹⁹ Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso publicou a Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio, a qual criminalizava as pessoas que ocupassem terra e privilegiava os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação, e por quatro anos, quando houvesse reincidência (FERNANDES, 2014a).

Assim, segundo Borges (2007, p. 18), a contradição contida nas práticas agrícolas, dependentes de recursos externos (insumos químicos, equipamentos e máquinas) e o modelo de cooperativismo adotado nos assentamentos rurais “foram essenciais para que o Movimento reavaliasse a matriz tecnológica de produção e a própria organização coletiva do trabalho, que tinha como premissa combater o saber tradicional e constituir um novo sujeito para a transformação social”.

O modelo de desenvolvimento da produção agropecuária baseado no cooperativismo perdeu forças dentro do MST e abriu espaço para a discussão de novas formas de organizar a produção. Permitiu que o processo de (re) organização produtiva provocasse mudanças na proposta de cooperação agrícola, redefinindo sua matriz tecnológica, com a incorporação de novos princípios orientados fundamentalmente pela Agroecologia (BORGES, 2007), inaugurando uma quarta etapa²⁰ nos processos organizativos e produtivos do MST.

Com a intenção de aproximar o MST dos princípios e práticas da Agroecologia, “foi preciso desconstruir o modelo produtivista e pautar a organização pelas especificidades das localidades. A centralização organizativa, a padronização da produção, o trabalho cooperativo e a desconstrução do saber camponês tradicional tinham que ser revistos em sua totalidade” (BORGES, 2007, p. 109).

Embora o processo de crise do cooperativismo no MST seja apontado como o grande motivador do processo de (re) organização produtiva baseado na Agroecologia (BORGES, 2007; BARCELLOS, 2010), Correa (2007) identifica três fases de aproximação do MST da Agroecologia, sendo a primeira bem anterior ao processo de crise do cooperativismo.

Correa (2007) identifica como primeira fase o período entre 1984 e 1994, quando a Agroecologia ainda não tinha importância dentro do MST. Apesar de Borges (2007) e Barcellos (2010) não identificarem essa fase e nem as ações de aproximação do MST com a Agroecologia, é importante destacar que o MST já estava desenvolvendo ações pontuais em torno das questões ambientais nesse período. Destaca-se a articulação do MST com algumas instituições e ONGs ligadas às questões agroecológicas, bem como sua participação ativa na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

²⁰ Embora nenhum autor reconheça uma quarta etapa nos processos organizativos e produtivos do MST, esta pesquisa sinaliza a inauguração de uma quarta etapa, iniciada no IV Congresso Nacional do MST, em 2000.

Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro, pois junto com a CPT organizou conferências sobre a questão ambiental e participou do fórum paralelo da Rio 92.

A criação do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) pelo MST em 1986, no Rio Grande do Sul, em parceria com outras organizações do campo, e a participação de alguns técnicos e dirigentes do CETAP na constituição da Rede de Sementes Crioulas, organizada em torno da Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (AS-PTA), provocou o início do debate e formação sobre Agroecologia no MST (CORREA, 2007).

Petersen e Almeida (2006) sinalizam que a Rede Sementes foi exemplo de um espaço de intercâmbio que tratou de uma questão central para o desenvolvimento da Agroecologia: o manejo dos recursos da agrobiodiversidade. Os intercâmbios sobre as técnicas e metodologias de manejo das sementes contribuíram, principalmente, para que as entidades e seus parceiros locais assumissem uma expressão pública organizada nos debates relacionados à biodiversidade e para o amadurecimento de uma concepção de trabalho que passou a associar a conservação da biodiversidade com os processos de desenvolvimento local, diferentemente de estratégias preservacionistas que ignoravam a presença humana nos ecossistemas.

A Rede Sementes, uma articulação temática originada na Rede PTA (mas que não se limitava às organizações a ela filiadas), é exemplo de um fecundo espaço de intercâmbio para tratar de uma questão central no desenvolvimento da Agroecologia: o manejo dos recursos da agrobiodiversidade. Inicialmente focalizada no cultivo do milho e envolvendo as entidades das regiões Sul e Sudeste, essa rede, com os anos, foi se expandindo para outras regiões e outras espécies cultivadas. Permitiu também o estabelecimento de relações sistemáticas com instituições oficiais de pesquisa agrícola. Esse exercício prático de confrontação de ideais entre agentes das diferentes dinâmicas locais envolvidas com processos de manejo e conservação da biodiversidade favoreceu o amadurecimento do trabalho das entidades nos planos técnico, metodológico, conceitual e político. Variados temas puderam ser refletidos a partir da análise das experiências conduzidas pelas entidades, entre elas: o enfoque no produto ou o enfoque no sistema; o universalismo ou o contextualismo das técnicas; a identificação das melhores variedades ou a valorização da variabilidade genética do conjunto das variedades; o método científico ou o método empírico de objetivação; critérios acadêmicos ou populares de avaliação das variedades, etc (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 36).

Outra ação importante em interlocução com o MST foi a implantação em assentamentos de experiências de multiplicação de variedades de milho para

subsistência das famílias. A AS-PTA, com a criação da Rede Milho que, posteriormente, passou a chamar-se Rede Sementes, estimulava a criação de bancos de sementes nas comunidades e nos CTAs (CORREA, 2007).

Essa ação da AS-PTA, em torno das sementes de milho da Embrapa ou de variedades locais, permitiu o trabalho com os sistemas de produção como um todo, por meio de técnicas de manejo que conservavam os solos, reduzindo riscos e o uso de recursos externos. Infelizmente, essa ação sofreu um grande retrocesso, no final dos anos 1990, em virtude da publicação de normas legais, como a lei de propriedade intelectual (1996), a lei de cultivares (1997) e as leis de sementes (anos 2000) que restringiram a capacidade dos agricultores em cultivar livremente suas próprias sementes (CORREA, 2007).

Durante essa fase, no início dos anos 1990, o MST começou a perceber a necessidade de mudar o padrão de tecnologia implantado nos assentamentos e associar a luta da terra com a luta por permanência e desenvolvimento dos assentamentos. O exemplo de Cuba que enfrentava o bloqueio econômico, a perda do apoio e subsídios da URSS, em função da desagregação dos regimes socialistas internacionalmente, e que reorganizou o seu padrão tecnológico da agricultura, foi essencial para mobilizar alguns dirigentes do MST (CORREA, 2007).

Em 1992, foi realizado um dos maiores eventos mundiais que tonou-se um marco histórico, pois introduziu na agenda mundial o tema da preservação ambiental como um aspecto do desenvolvimento econômico e, também, abriu espaço para a questão social nas discussões sobre a preservação da vida (CPT, 1993). Em função da ausência da discussão da questão agrária e da sociedade civil nas decisões da ECO 92, além dessa Conferência não ter produzido os resultados esperados, pois “a defesa de interesses de grandes grupos econômicos impedirem que fossem tomadas decisões capazes de viabilizar a construção de sociedades ecológicas e economicamente sustentáveis” (CPT, 1993, p. 52), foi organizada por uma série de movimentos e organizações da sociedade civil a Conferência paralela chamada de “Conferência Internacional; Terra, Ecologia e Direitos Humanos”, na cidade de Vitória no Espírito Santo. Organizada pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap)²¹, pelo

²¹ O CETAP é uma organização da sociedade civil, criada em 1986, cuja missão é contribuir para a afirmação da agricultura familiar e de suas organizações, particularmente, atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos. Parte da percepção da necessidade de mudança da crise sócio-ambiental, causada pelos efeitos da adoção do pacote da Revolução Verde, como, o aumento das desigualdades sociais no campo associada à aceleração da degradação ambiental pelo

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)²², pela CPT, pela CUT e pelo MST, a Conferência reuniu 253 delegados da sociedade civil de 28 países da América Latina, Caribe, Ásia, África e Europa (CPT, 1993).

A Conferência Internacional produziu um documento final intitulado “Declaração de Vitória” que reafirmava que o modelo de desenvolvimento capitalista por ser concentrador de terra, renda e tecnologia era o responsável pela degradação ambiental e sujeição de milhares de trabalhadores a formas de exploração. Citava como exemplos a dramática devastação da Amazônia, a permanência do trabalho escravo e a violação dos direitos humanos dos povos indígenas (CPT, 1993). Como o objetivo principal era debater as questões ambientais associadas às questões de reforma agrária e urbana, o encontro reafirmou a ruptura com o modelo de desenvolvimento hegemônico e manteve o compromisso da unidade de luta dos povos do Continente sul para assegurar a vida, a democracia e a dignidade humana (CPT, 1993).

A segunda fase de aproximação do MST da Agroecologia ocorreu entre 1995 e 2000. No período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o MST começou a perceber a inviabilidade do modelo agrícola industrial para os assentamentos de reforma agrária. Nesse período, o debate em torno da Agroecologia surgiu com maior ênfase, buscando contornar o problema do endividamento, desenvolvendo processos produtivos financeiramente baratos e buscando alternativas para o modelo agroindustrial hegemônico (CORREA, 2007). Além disso, começou a ser incorporado pelo MST a preocupação pelas questões ambientais associadas às questões de reforma agrária e urbana, como reafirmado na “Declaração de Vitória” (CPT, 2013).

Segundo Correa (2007), algumas ações pioneiras de implementação da Agroecologia pelo MST merecem destaque nesse período:

1. a criação de Centros de Formação nos assentamentos que, inicialmente, serviram como espaços de formação política, mas gradativamente se tornaram centros de formação em base agroecológica;
2. a criação da Campanha Plantando Seremos Milhões, que previa a plantação de árvores nos assentamentos em 1999. Os objetivos da Campanha eram a

processo agrícola. É constituída pela participação de sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de agricultores familiares e movimentos sociais do Rio Grande do Sul (CETAP, 2014).

²² O Cimi é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criado em 1972, quando o Estado assumia como única perspectiva a integração dos povos indígenas à sociedade. Assim, o Cimi procurou estimular a relação entre aldeias e povos, a partir da realização de grandes assembleias, pela garantia do direito à diversidade cultural (CIMI, 2014).

- modificação da paisagem; a aproximação das famílias da natureza, bem como a elevação da autoestima da comunidade em memória aos 19 sem terras, assassinados no Massacre do Eldorado dos Carajás em 1996;
3. a criação da Campanha de embelezamento dos assentamentos, que incentivava o cultivo de jardins, pomares, escolas, centro de formação, etc;
 4. a constituição da BioNatur – Sementes Agroecológicas, em 1997, primeira cooperativa de produção de sementes ecológicas do MST, pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL), no Rio Grande do Sul;
 5. a produção pioneira de arroz ecológico em assentamentos do Rio Grande do Sul;
 6. a constituição da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi) no estado do Paraná, em 1993, primeira cooperativa do MST com sistemas agroecológicos de produção, baseado no cultivo da cana de açúcar, produção de hortaliças, mel e leite;
 7. a criação do projeto de corredores ecológicos, sistemas agroflorestais e recomposição de paisagens, no Pontal do Paranapanema em São Paulo.

Segundo Correa (2007), o ano de 1996 marcou o início das primeiras experiências de produção de hortaliças em base agroecológica e a participação em feiras ecológicas, principalmente nos estados do Sul.

Nesse período não se tinha presente um processo de geração própria de tecnologia e de manejo dos recursos naturais e do agroecossistema para reorganizar o conjunto da base dos sistemas produtivos e sim, o que se promovia, era a substituição de algumas técnicas em determinadas culturas [...] De modo geral todas as experiências estavam fortemente baseadas na perspectiva de inserção em algum nicho de mercado orgânico, deixando de usar produtos agroquímicos agressivos ao ambiente, mas utilizando-se produtos adquiridos no comércio dos orgânicos (CORREA, 2007, p. 15).

Algumas questões externas ao MST promoveram a intensificação do debate sobre a Agroecologia nesse período (1995 a 2000). Em primeiro lugar, a divulgação do relatório do Deputado Federal Gilney Viana²³ que acusava os assentamentos de reforma

²³ O Relatório de Gilney Viana, deputado federal pelo PT-MT, relator da Comissão Externa da Câmara Federal, procurava dimensionar a responsabilidade de várias atividades que impactavam negativamente a biodiversidade da Amazônia, em especial a presença de madeiras asiáticas, o que justificou a criação da Comissão, em 1997. O debate que se seguiu à divulgação do Relatório Gilney Viana foi intenso, inclusive pela imprensa. Não pelas denúncias em relação à presença de madeiras asiáticas na

agrária e a agricultura camponesa de serem os maiores responsáveis pela devastação na Amazônia (CORREA, 2007).

Segundo Carvalho e Brussi (2004), preocupados com esse debate, alguns movimentos e secretarias do PT²⁴ reuniram-se em Brasília, em fevereiro de 1998. Nesse encontro foi decidida a realização de um seminário nacional sobre reforma agrária e meio ambiente e foi elaborado o documento *Reforma Agrária e Meio Ambiente*.

A crise, no entanto, seguia sendo alimentada pela mídia. Raul Jungmann, na Folha (24/3/98) e Gilney Viana, no mesmo jornal (9/4/98) trocaram acusações. Na semana seguinte, a Secretaria Agrária Nacional comunicou o adiamento do Seminário Reforma Agrária e Meio Ambiente, marcado para 13-14 de abril. Transferido para 11-12 de maio, o seminário acabou não acontecendo. A Secretaria de Meio Ambiente do PT realizou em Belo Horizonte (MG), em 15-16 de maio, o *Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, anunciando um debate entre Gilney Viana e Plínio de Arruda Sampaio, que também não ocorreu. O deputado Gilney Viana, por motivos partidários regionais, antecipou sua exposição. Sampaio não compareceu por motivos de saúde [...] O Secretário de Agricultura do PT-MG, com um boné do MST na cabeça, [...] apresentou exemplos de preocupação ambiental do MST e destacou a importância do ser humano na questão ambiental. Somente em novembro/1999, promovido pelos fóruns Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo e por ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, aconteceria em Brasília o 1.º Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente (CARVALHO e BRUSSI, 2004, p. 30).

Em segundo lugar, como uma das questões externas ao MST que promoveram a intensificação do debate sobre a Agroecologia, aconteceu a divulgação do manifesto da Via Campesina sobre a importância do papel da biodiversidade e a recusa a todas as formas de apropriação privada sobre os recursos naturais.

Em terceiro lugar, destaca-se a publicação da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio

Amazônia, mas pela crítica ao processo de reforma agrária. O então ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann justificava: "Todo mundo sabe que as grandes fontes de desmatamento da Amazônia são as grandes fazendas de gado, as madeireiras e o garimpo. E acusou Viana de terrorismo ambiental" (*Folha de S. Paulo*, 22/12/1997). A mais polêmica afirmação do documento referia-se a 30 milhões de hectares de floresta amazônica que teriam sido ocupados pelo processo de reforma agrária. Embasado nisso, o relator concluiu que a reforma agrária havia sido historicamente uma forma de aliviar tensões sociais no Sul, no Sudeste e no Nordeste ao transferir os empobrecidos para a Amazônia (CARVALHO e BRUSSI, 2004).

²⁴ Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Central Única dos Trabalhadores, o Conselho Nacional dos Seringueiros, a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT e a Secretaria Agrária Nacional do PT.

Ambiente (MMA, 2014), que passou a exigir licenciamento ambiental para atividades agropecuárias em assentamentos de reforma agrária.

Em quarto lugar, em 1998, surgiu o debate para liberação da soja transgênica no Brasil, em virtude da vinda de sementes da Argentina e cultivadas no Rio Grande do Sul (CORREA, 2007). Isso motivou um grupo de organizações da sociedade civil a criar a Campanha “Por um Brasil livre de Transgênicos”, da qual o MST participou ativamente e que o levou a planejar/propor alternativas de produção, como a Agroecologia. A luta contra a liberação (de cultivo/produção comercial) dos transgênicos foi um marco (político e ideológico) importante no MST. Segundo Fernandes (2014b), o manifesto “Por um Brasil Livre de transgênicos” foi lançado por um grupo de 25 ONGs. Durante o I Fórum Mundial, militantes do MST e da Confederación Paysanne arrancaram plantas de soja modificada na estação experimental de uma multinacional dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, como um ato simbólico de resistência aos transgênicos.

A Campanha Por um Brasil livre de Transgênicos compartilhava entre seus integrantes a ideia de que as sementes modificadas representam a continuidade do modelo da Revolução Verde, o qual aprofunda a insustentabilidade ambiental e a dependência de insumos industriais, inclusive, de sementes protegidas por patentes. Assim, as organizações integrantes da Campanha defendiam a Agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar como proposta de desenvolvimento rural (FERNANDES, 2014b).

O debate em torno da nova lei de biossegurança e da liberação dos transgênicos foi realizado no ambiente político de chegada do PT ao Governo Federal. Logo no primeiro ano do Governo Lula, em 2003, a Campanha organizou um Seminário Nacional que envolveu a participação de 85 organizações que debateram o problema da contaminação da soja gaúcha. A Via Campesina, liderada pelo MST, organizou, nesse período, um acampamento em frente ao Congresso Nacional para promoção de debates e formação com militantes do MST, na tentativa de influenciar a tramitação da lei de biossegurança no Congresso. Apesar da mobilização de diversas organizações, a Lei de biossegurança foi aprovada, com apoio do Governo. Foram incorporadas à lei as principais demandas do agronegócio²⁵, como, tornar facultativa a realização de estudos

²⁵ No contexto brasileiro, agronegócio é a “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2013, p. 64). Para Leite e Medeiros (2012, p. 84), o agronegócio, atualmente, possui, por um lado, uma “tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, a concentração de empresas com controle

prévios de impactos ambientais para liberação comercial dos transgênicos e o elevado poder de decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança na liberação dos transgênicos (FERNANDES, 2014b).

Após 2005, com a aprovação e regulamentação da lei, o MST e o Greenpeace realizaram manifestações dentro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) contra a aprovação do milho modificado geneticamente. Embora todo esse esforço, Fernandes (2014b) ressalta que ainda é grande a adoção de sementes transgênicas, principalmente de soja e milho, por produtores familiares, inclusive, pela base de movimentos sociais do campo que apoiam politicamente a Agroecologia e são contrários aos transgênicos, como a Via Campesina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Contag.

Petersen e Almeida (2006) compartilham da visão e afirmam que um dos fatores determinantes para o MST ter manifestado a crítica explícita ao modelo tecnológico da Revolução Verde foi a incorporação do debate sobre os transgênicos na agricultura brasileira.

Marca o fim da segunda fase de aproximação do MST da Agroecologia (1995 a 2000) a realização do IV Congresso Nacional do MST, em 2000. Nesse Congresso, o MST assumiu publicamente o debate em torno da temática ambiental e afirmou a importância da construção de um novo modelo tecnológico, sustentável do ponto de vista ambiental, que garantisse a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social (CORREA, 2007).

Ainda segundo Correa (2007), o último período de aproximação do MST com a Agroecologia começou em 2001 e se estende até os dias atuais. Ainda nesse ano, a Direção Nacional identificou a necessidade de se debater a concepção e construir estratégias sobre a disseminação da Agroecologia. Em um primeiro momento, o MST decidiu inseri-la de forma transversal nos setores já existentes e delegou ao Setor de Produção a mobilização em torno do tema (CORREA, 2007).

Com essa responsabilidade, o Setor de Produção passou a chamar-se Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Sua principal diretriz era a reformulação da

internacional”. Ainda segundo Leite e Medeiros (2012, p. 84), esse processo de concentração é marcado pela verticalização, ou seja, pelo “controle da produção de insumos, armazenamento, o beneficiamento e a venda”, com o objetivo de inserção nos mercados internacionais. No início dos anos 2000, percebe-se entre os militantes do MST e da Via Campesina um deslocamento do combate aos latifúndios para o agronegócio. Esse deslocamento provoca a emergência de novas críticas. Aliada à crítica da concentração fundiária, acrescenta-se a crítica à essência do agronegócio, sua matriz tecnológica. Com isso surge a Agroecologia, contraponto ao modelo do agronegócio (LEITE e MEDEIROS, 2012).

organização dos assentamentos, no sentido de superar a crise da organização por cooperativas. Essa proposta de reformulação foi pautada, principalmente, por uma reconfiguração da forma tradicional de distribuição espacial das famílias (CORREA, 2007).

Essa proposta previa a criação de núcleos de moradias, com o objetivo de formação de pequenos grupos de cooperação agrícola, a partir da gestão comunitária dos recursos naturais e do território. Foi defendida a titulação coletiva de direito ao uso da terra. Embora alguns estados conseguissem desenvolver experiências pontuais, a realidade de organização com “base de parcelamento individual das áreas, baixo nível de cooperação e elevado sentimento de propriedade privada da terra” prevalecia (CORREA, 2007, p. 19).

Embora o Programa Ambiental do MST, que previa desde o redesenho dos assentamentos até a organização da produção em cadeias de agroindústrias, tenha sido formulado, mas não lançado, permeou dois Congressos Nacionais o de 2000 e o de 2007 e algumas de suas iniciativas foram deflagradas pelo coletivo nacional e implementadas pelo MST (ZARREF, 30 de junho de 2013). Foram ações que qualificaram o debate e a experimentação em relação à Agroecologia durante o período de 2000 até 2008. Foram elas: os Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), a Rede de Pesquisa em Agroecologia e o Programa de Formação do MST (CORREA, 2007). Além disso, a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Assentamento Contestado, no município da Lapa, no Paraná, é uma referência para educação em Agroecologia no MST. Criada em 27 de agosto de 2005, é uma parceria entre a Via Campesina, o governo estadual do Paraná, o Instituto Federal do Paraná e o governo da Venezuela.

Essas três primeiras iniciativas tiveram muita importância, nesse período, e então acabaram perdendo força dentro do MST. Desde o final da década de 1990 até a primeira década dos anos 2000, o MST fomentou a implantação dos seus Centros de Formação, presentes em todas as regiões do país. Esses Centros foram criados nas casas dos latifúndios desapropriados e se tornaram área coletiva/social dos assentamentos. Funcionavam como escolas para crianças e centros de formação para famílias assentadas. Boa parte dos cursos técnicos de Agroecologia até 2005/2006 foram realizados nesses Centros (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Os Centros incorporaram a Agroecologia em suas práticas. Como não existia uma política de Estado para a Agroecologia, o MST decidiu criar nos Centros campos

de experimentação de manejo agroecológico e promoção de técnicas agroecológicas, em condições bem parecidas às vivenciadas pelas famílias assentadas, pois a assistência técnica utilizava seus espaços para ensaios que, depois, eram irradiados para as unidades produtivas (ZARREF, 30 de junho de 2013). Com isso, os Centros passaram a ser chamados de Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), promovendo a “irradiação das experiências e a maior participação das famílias como protagonistas do processo” (CORREA, 2007, p. 24).

Embora o Ministério do Meio Ambiente (MMA) não apoie mais financeiramente os CIMAS, experiências parecidas são desenvolvidas em alguns estados atualmente. Por exemplo, o MST no Paraná procura revitalizar os Centros com outro desenho, já que este sofre muita influência da instituição financiadora. No Paraná, uma cooperativa passou a ser o novo embrião articulador, estimulador da dinâmica de recuperação de variedades crioulas de sementes no Estado, pois possui uma capacidade de beneficiamento e empacotamento de sementes, orientada para o mercado (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

A Rede de Pesquisa possuiu uma perspectiva um pouco parecida com o movimento *Campesino a Campesino*²⁶. Nas unidades produtivas alguns agricultores-chaves, experimentadores/pesquisadores de Agroecologia realizavam reuniões e oficinas em suas propriedades com outros agricultores, com o objetivo de replicar práticas agroecológicas (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Outra iniciativa foi a formação de seus próprios técnicos. Embora alguns cursos de nível médio já abordassem a temática ambiental, foi a partir de 2004 que o MST priorizou e ampliou a organização de diversos cursos formais, como técnicos, superiores e de pós-graduação com enfoque agroecológico, além de cursos informais (CORREA, 2007).

Essas iniciativas foram a síntese dos princípios e linhas de ação para divulgação da Agroecologia nos assentamentos, durante os anos de 2000 a 2008. Constituíram práticas educativas e ambientais no manejo dos ecossistemas com o objetivo de provocar a mudança do modelo produtivo e tecnológico dos assentamentos. Elas apontaram para a “necessidade de se promover o estímulo ao manejo ecológico da

²⁶ A metodologia *campesino a campesino* é uma metodologia de extensão participativa baseada na Comunidade. Implica a assistência direta aos camponeses por outros camponeses. Eles aprendem uns com os outros e trocam conhecimentos sobre técnicas e práticas de produção e organização entre eles. As primeiras aplicações da metodologia aconteceram nos anos 1920 na China. Nas últimas três décadas, a metodologia foi aplicada sobretudo na América Central e do Sul, com o movimento mais forte de “*campesino a campesino*” na América Central (PROMECC, 2014).

agrobiodiversidade, a diversificação da produção, o planejamento territorial dos assentamentos e a educação e a saúde ambiental” (CORREA, 2007, p. 23).

Atualmente, o MST redefiniu sua estratégia de desenvolvimento da Agroecologia. A ideia dos CIMAS e da Rede de Pesquisa perderam força, mas busca-se a massificação/universalização da Agroecologia nas próprias unidades produtivas dos assentamentos, sejam individuais ou coletivas, com a oferta de assistência técnica, de cursos de formação em Agroecologia e com a criação de agroindústrias (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Segundo Zarref (30 de junho de 2013) e Tardin (4 de agosto de 2013), atualmente, cada Estado organiza estratégias próprias de desenvolvimento da Agroecologia em assentamentos, pois não existe uma estratégia nacional do MST. Assim, eles se encontram em estágios diferentes de amadurecimento agroecológico. Os estados do sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são os que apresentam melhor estágio de desenvolvimento da Agroecologia (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

A partir de uma perspectiva nacional, observa-se que o MST tem fomentado a especialização de algumas tecnologias e linhas específicas de produção. O arroz agroecológico no Rio Grande do Sul, o leite nos estados do sul e a cana de açúcar são exemplos de alguns sistemas produtivos específicos que sobressaem nacionalmente (ZARREF, 30 de junho 2013; TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Embora a especialização de algumas tecnologias e linhas específicas de produção não seja reconhecida com estratégia nacional de desenvolvimento da Agroecologia pelo MST, ela vai de encontro às iniciativas dos CIMAS e da Rede de Pesquisa, que eram mais diversificadas. Porém, essa especialização permite maior massificação da produção (ZARREF, 30 de junho de 2013).

3.2 As concepções de Agroecologia do MST

A concepção de Agroecologia para o MST ainda está em construção (TARDIN, 4 de agosto de 2013; DAL CHIAVON, 24 de junho de 2013). Existem percepções fragmentadas entre os militantes porque o MST ainda não consegue proporcionar ambiente político para o consenso de uma concepção unificada (TARDIN, 4 de agosto de 2013). Mesmo no âmbito acadêmico, entre aqueles que se dedicam a sistematizar o conceito de Agroecologia, não está estabelecida uma unidade teórica, metodológica nem

conceitual em torno dessa área do conhecimento, que é a Agroecologia (TARDIN, 4 de agosto de 2013). Assim, também, os militantes do MST entrevistados discorreram sobre diferentes concepções e princípios de Agroecologia apresentados a seguir.

A Agroecologia se tornou diretriz política do Movimento a partir do V Congresso Nacional realizado em 2007. É uma decisão macro política muito recente, de modo que ainda não existe no MST uma compreensão unificada sobre o conceito de Agroecologia (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

A Via Campesina Latino-americana vem realizando vários encontros regionais e continentais onde vem aprofundando o debate sobre o modelo de produção camponesa agroecológico em distintos espaços de reflexão e discussão. Em agosto de 2009, foi realizado o I Encontro de Formação de Formadores (as) em Agroecologia no Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Paulo Freire em Barinas (Venezuela); em maio de 2010, foi realizado o Encontro Asiático de Agroecologia, em Colombo (Sri Lanka); em junho de 2011, foi realizado o Encontro de Formadores e Formadoras em Agroecologia da Região Africana, em Masvingo (Zimbabwe) e, por último, em agosto de 2011 foi realizado o II Encontro Continental de Formadores e Formadoras em Agroecologia, em Chimaltenango (Guatemala). Assim, a Via Campesina tem desenvolvido um processo de aproximação ao conceito de Agroecologia, o que possibilita fortalecer as bases que orientam a construção do modelo de produção camponesa agroecológico.

Alguns princípios da Agroecologia para o MST norteiam as discussões sobre suas concepções de Agroecologia. Tardin (4 de agosto de 2013) relatou que o coletivo de militantes do MST do estado do Paraná estuda a Agroecologia a partir de um conjunto de dimensões que orientam a construção de seus princípios. Opta-se nesta pesquisa pela apresentação dos princípios identificados nas entrevistas com todos os militantes, apesar das seis dimensões apresentadas por Tardin (4 de agosto de 2013).

3.2.1 Respeito ao meio ambiente

A Agroecologia permite a criação e o resgate de princípios e valores que orientam atitudes de respeito ao meio ambiente e dos seres humanos entre si (DAL CHIAVON, 24 de junho de 2013; TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Aprofunda-se a importância da discussão sobre a dimensão ecológica da vida, a partir da reflexão sobre a relação do ser humano que transforma a natureza em função

de seus interesses e necessidades agrícolas. A Agroecologia permite a construção de conhecimentos, o resgate de tradições e expressões de um modo de se relacionar com a natureza dos povos do campo. Ela interfere no constructo cultural, na forma de orientação das relações sociais com a natureza, a partir da revitalização, potencialização e, até, correção dos conhecimentos históricos da comunidade camponesa, naquilo que a modernidade contemporânea exige (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Assim, também, a Agroecologia orienta valores e princípios que interferem nas relações dos seres humanos entre si. Pensar um ser humano que vai estabelecer uma relação de mutualismo, de cooperação, de uma nova síntese relacional com a natureza, deve ser capaz de, especialmente, estabelecer relações sociais de novo tipo (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Fica evidente a impossibilidade de estabelecer a Agroecologia em uma sociedade capitalista, onde as relações sociais são fundamentadas em várias formas de violência. Assim, a dimensão social deve ser reconstruída sobre a influência da emancipação humana, das implicações ecológicas e de uma ressignificação sobre a qualidade de vida, pois ela não pode ser mais aquela medida pelos interesses do capital, em que o desenvolvimento social é compreendido como capacidade de consumo de bens materiais da indústria (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

3.2.2 Cooperação

Com a Agroecologia como diretriz política do MST, a cooperação agrícola ganha uma nova dimensão. Passa a ser compreendida no exercício pleno de uma nova ordem de relações sociais no trabalho, sob a superação da propriedade privada do lote e dos meios de produção. Essa nova concepção de cooperação agrícola, portadora de princípios de uma nova sociedade, torna-se fundamental para provocar a capacidade de mudança dos sistemas de produção na maioria ou totalidade dos assentamentos (TARDIN, 4 de agosto de 2013; DAL CHIAVON, 24 de junho de 2013).

A Agroecologia não só confere uma nova dimensão à cooperação agrícola, como confere uma nova dimensão ao aspecto econômico da produção, pois amplia possibilidades, como por exemplo, economia de energia, de recursos naturais e financeiros. Promove um ganho econômico significativo na medida que amplia-se a autonomia do agricultor, seja para acessar bens da natureza e reutilizá-los na produção,

seja para ampliar a base de soberania alimentar, como para transferir menos riqueza produzida nos assentamentos para o capital (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Assim, pensar a Agroecologia como potencializadora da dimensão econômica implica em qualificar a capacidade do Sem Terra para a cooperação no trabalho. Não só de reconstruir as formas de cooperação simples (troca de serviço, troca de dias, mutirão) como saltar qualitativamente para níveis de cooperação no trabalho mais complexos, como cooperativas e associações (TARDIN, 4 de agosto de 2013; ZARREF, 30 de junho de 2013).

O MST estimula a criação de assentamentos agroecológicos, onde todas as famílias trabalhem cooperadamente, pois a Agroecologia é uma construção coletiva. Assim, é importante que a propriedade não seja privada, mas coletiva e que a experiência agroecológica possa ser irradiada para vizinhos que ainda desenvolvem produção convencional ou, até mesmo, para outras localidades que cercam o assentamento (DAL CHIAVON, 24 de junho de 2013).

3.2.3 Relação entre ruptura e transição agroecológica

Segundo Rascunho (9 de julho de 2013), ainda existem posições divergentes dentro do MST, pois existem militantes que defendem a ruptura com o sistema convencional, enquanto outros defendem uma transição agroecológica gradativa. Para Tardin (4 de agosto de 2013), a concepção de transição agroecológica é conscientemente assumida pelo MST, embora existam alguns autores que postulam que a transição agroecológica ou a conversão agroecológica são termos alienantes, que limitam a passagem da tomada de decisão para a prática. Porém, no MST não se comunga dessa ideia porque a Agroecologia no estágio em que se apresenta, sob a influência que o capital exerce sobre o campesinato (agricultores familiares ou comunidades e povos tradicionais) não permite às famílias radicalizarem uma posição de transformação imediata dos seus sistemas de produção (TARDIN, 4 de agosto de 2013). Ele cita alguns aspectos da impossibilidade da ruptura. O primeiro, é que muitos conhecimentos já foram deteriorados ou perdidos do ponto de vista da tradição histórica, do conhecimento empírico do campesinato. E, no caso dos assentamentos, isso é mais grave ainda porque o MST atrai um público que passou parte de sua trajetória fora do mundo rural. Outro aspecto é que as condições de trabalho de um assentado são muito precárias. A política de Reforma Agrária não está orientada para

viabilizar o esforço coletivo de ruptura com o sistema convencional da família Sem Terra. Assim, a família não está respaldada por um conjunto de políticas que lhe permita exercer a Agroecologia plenamente em seu agroecossistema. Zarref (30 de junho de 2013) comunga com essa ideia, ao reforçar que a ruptura com a ideologia do agronegócio (monocultivo, transgênicos, agrotóxicos) e a transição agroecológica caminham juntas, pois a ruptura radical implica em perda financeira que os camponeses não têm como sustentar, o que exigiria um amplo Programa Federal de transição agroecológica. Por isso, a concepção de transição agroecológica é conscientemente assumida dentro do MST de forma generalizada, apesar de muitos intelectuais, que se relacionam com o MST, questionarem profundamente essa orientação (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

3.2.4 Soberania alimentar

Segundo Stedile e Carvalho (2012), o conceito de soberania alimentar foi proposto pela Via Campesina Internacional, durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), realizada em Roma pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1996. O debate oficial durante a Cúpula girava em torno do conceito de segurança alimentar, que enfatizava “o direito de toda pessoa de ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental a não passar fome”. Porém, as organizações camponesas, presentes no fórum paralelo à CMA, procuraram contrapor o conceito de soberania alimentar à discussão oficial, pois entendiam que o direito à alimentação, proposto pelos governos e pela Organização Mundial do Comércio (OMC), estava vinculado à liberalização do comércio de alimentos, favorecendo economicamente as grandes empresas transnacionais, as indústrias químicas e de fast-food. Essa crítica permitiu a elaboração do conceito de soberania alimentar, aliando o direito à alimentação das populações de cada país ao direito de produzir seus próprios alimentos, rompendo com a lógica dos mercados agrícolas impostos pelas empresas transnacionais e pelos governos neoliberais, no âmbito da OMC e da FAO.

Durante o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Mali, em 2007, a concepção de soberania alimentar foi afirmada da seguinte forma na Declaração de Nyéléni:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (Declaração de Nyéléni/Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007) (NYÉLÉNI, 2014).

Segundo Zarref (30 de junho de 2013), o MST tem buscado a diversificação da produção a partir do conceito de soberania alimentar como proposto pela Via Campesina. Isso tem implicado em garantir a soberania nas unidades produtivas, exercendo a decisão sobre o que vai se produzir e não seguindo a decisão do mercado. Portanto, o MST parte da autonomia na produção (decisão de qual alimento ingerir); da diversificação da produção (fuga da produção hegemônica de trigo, milho, soja e arroz e busca pela produção diversificada); do fornecimento de alimentos para a classe trabalhadora e não só para um nicho de mercado para a classe média. Com isso, inevitavelmente, busca o aumento de escala na produção diversificada de alimentos baratos e saudáveis para a população.

As concepções de Agroecologia enunciadas pelos entrevistados têm como fundo os princípios apresentados acima. O MST e a Via Campesina avaliam que a Agroecologia é uma **área do conhecimento** que associa o conhecimento histórico das populações do campo aos conhecimentos científicos/acadêmicos e proporciona uma orientação capaz de conduzir uma determinada família, comunidade, sociedade a reconstruir as bases ecológicas da vida (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (PERIOTO e TONA, 2012 p. 62)

A permanência na terra, a reprodução social dos camponeses e a própria natureza encontram-se gravemente ameaçadas pelo modelo tecnológico dominante, que é a base do agronegócio. A forma de exploração da natureza e a expropriação dos camponeses são reflexos das estratégias de poder pela apropriação da natureza e da cultura do agronegócio. Dessa forma, as agressões ambientais e a reprodução social do

campesinato impõem uma mudança na forma de se fazer agricultura, diferente daquela imersa no paradigma capitalista (COSTA e CARVALHO, 2012).

A racionalidade científica e econômica do modelo de desenvolvimento dominante estabelece formas específicas de compreensão e de relacionamento sobre/com a terra e a natureza, condicionadas por um conhecimento universal e disciplinar que implantou o regime de dominação da natureza por meio da ciência, que pretende situar-se acima dos saberes e identidades culturais (LEFF, 2000).

Guzmán (2011) e Leff (2000) associam a Agroecologia a uma resposta contra a lógica neoliberal e de globalização econômica, a qual se “manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do meio ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado” (LEFF, 2000, p. 19).

Assim, também, Tardin (4 de agosto de 2013) e Periotto e Tona (2012) apresentam duas características da Agroecologia que a situam como ciência emergente que promove a construção de uma nova racionalidade baseada na interdisciplinaridade ambiental, a qual transcende o campo científico, acadêmico e disciplinar do conhecimento formal e estabelece um diálogo de saberes, marcando um propósito de “retotalização sistêmica do conhecimento, a um saber marcado pela diversidade de saberes e pela diferenciação dos sentidos do ser” (LEFF, 2000, p. 45).

Em resposta a essa racionalidade científica e econômica do modelo de desenvolvimento dominante, Leff (2000) defende a construção de uma nova racionalidade ambiental, mobilizada por um saber ambiental que se inscreve em relações de poder pela apropriação social da natureza e da cultura, que questione a racionalidade tecnológica do modelo de desenvolvimento dominante e que mobilize a ação para um novo modelo de desenvolvimento fundado no “potencial ambiental que produz a sinergia dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais”, a partir de princípios de justiça social, considerando o dinamismo dos atores sociais na construção democrática.

Como o que está em jogo na crise civilizatória é a racionalidade que a produz e como os conflitos ambientais “implicam visões e interesses diferenciados, nos quais se inscrevem diferentes formas de saber e estratégias de poder no saber”, Leff (2000, p.37) defende a construção de uma nova racionalidade, que envolva o saber ambiental, questione as formas de conhecimento da ciência moderna e implique em uma abertura para outras formas de compreensão das relações ser humano e natureza não científicas.

O saber ambiental transborda o campo estabelecido por um regime de logos modernizador que legitima a racionalidade unificante e a ordem disciplinar do conhecimento objetivo. Assim sendo, implica um rompimento com o conhecimento universal e disciplinar que implanta o regime de dominação da natureza através da ciência e que se situa acima dos saberes e identidades culturais. Mas o saber ambiental não suplanta o regime de socialização disciplinar do conhecimento pela individuação do saber “pessoal”. O saber ambiental é um saber identificável, conformado por e arraigado em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas (LEFF, 2000, p. 46).

Assim como Leff (2000) reconhece que a construção do saber ambiental se funda em uma constelação da diversidade cultural e indentitária, Guzmán e Molina (2005) identificam nas populações do campo duas características genéricas, que permaneceram ao longo da história, que são: sua forma de se relacionar com a natureza e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais.

Com essa visão, Guzmán e Molina (2005) estabelecem as bases para se conceituar a Agroecologia como “**prática social ligada ao campesinato**”, concepção defendida por Zarref (30 de junho de 2013). Guzmán e Molina (2005) explicitam a tese de que o campesinato é uma forma de se relacionar com a natureza, considerando-se parte dela em um processo de coevolução. Essa forma configurou um modo de manejo dos recursos naturais de natureza socioambiental, vinculado aos agroecossistemas locais, utilizando-se um conhecimento condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade”.

Norgaard e Sikor (1999) explicitam muito bem a ideia de coevolução dos sistemas sociais e ambientais do agroecossistema que é a base de estudo da Agroecologia. Eles enfatizam que os sistemas agrícolas são integrados e não estáticos, por tanto, dinâmicos e estão evoluindo há milênios. Com essa perspectiva, a manutenção e a continuação da transformação ambiental foram sustentadas por complexas organizações sociais e selecionadas novas tecnologias, novos valores e novas formas de conhecimento, ao longo do tempo.

Uma importante característica da perspectiva coevolucionista é a que legitima o conhecimento cultural e experimental dos agricultores e que coloca as pessoas e suas formas de pensar dentro do processo coevolutivo. Suas racionalidades podem não traduzir-se como racionalidade científica, mas provaram, ao longo dos milênios, que são aptas e podem ser usadas para entender seus sistemas agrícolas (NORGAARD e

SIKOR, 1999).

Com uma perspectiva coevolucionista em mente, os agroecologistas podem superar o vago doutrinamento que receberam como estudantes sobre a superioridade da ciência convencional, podem sentir verdadeiro respeito pela sabedoria dos agricultores, combinando seus conhecimentos com novas formas de conhecimento e trabalhar juntos eficazmente. A perspectiva produz uma forte base filosófica para as investigações participativas e para a incorporação de agricultores no processo de investigação, técnica que os agroecologistas utilizam cada vez mais (NORGAARD e SIKOR, 1999, p. 35, tradução nossa).

Alguns autores como Altieri (1999) tem reconhecido que a Agroecologia é uma **disciplina** que busca restabelecer uma racionalidade mais ecológica da produção agrícola, a partir do conhecimento profundo da natureza do agroecossistema e dos princípios que regulam seu funcionamento. Com isso, ela busca estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam, ao mesmo tempo, produtivos e conservadores de recurso natural, e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Para Altieri (1999, p. 47, tradução nossa), “o agroecossistema é a unidade ecológica principal. Contém componentes abióticos e bióticos que são interdependentes e interativos, e por intermédio dos quais se processam os nutrientes e o fluxo de energia”. Cada região tem uma configuração única de agroecossistemas que são o resultado das variações locais do clima, do solo, das relações econômicas, da estrutura social e da história.

Segundo Casado et al (2000, p. 86), um agroecossistema “é uma construção social produto da coevolução entre as sociedades humanas e a natureza”. Como o agroecossistema é uma unidade de análise da Agroecologia Altieri (1999), o seu estudo “permite estabelecer um enfoque comum às várias disciplinas científicas” (PERIOTO e TONA, 2012 p. 62).

Mesmo que se parta da análise do agroecossistema como unidade ecológica principal, tanto os estudos de Altieri (1999) e de Guzmán e Molina (2005) procuram compreender as formas de dependência dos agricultores frente ao atual modelo de desenvolvimento político e econômico. Segundo Perioto e Tona (2012), o conceito de Agroecologia de Guzmán e Molina (2005) amplia bastante o significado de Agroecologia, ao incorporar na produção ecológica “ações sociais coletivas que superem o modelo produtivo agroindustrial hegemônico” (PERIOTO e TONA, 2012 p.

63).

Segundo Guzmán e Molina (2005), a Agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva que apresentem alternativas para a atual crise civilizatória. Ela apresenta-se como uma resposta à lógica do neoliberalismo e à globalização econômica cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia participativa e de caráter político, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que combatam a deterioração (erosão) ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao integrar a propriedade rural, a organização comunitária e todos os marcos de relação das comunidades rurais em torno da dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento (local, camponês e/ou indígena) portadores do potencial endógeno que permitem potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural. A partir de tal diversidade, que é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, constrói-se o desenho participativo de métodos endógenos de melhora socioeconômica, para o estabelecimento de dinâmicas de transformação para sociedades sustentáveis.

Compartilhando do conceito de Guzmán e Molina (2005), a Agroecologia para o MST se apresenta como uma orientação para qualificar o embate da luta de classes contra o capital e repensar um **novo projeto societário** que inclua a dimensão ecológica da vida (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Ela não sinaliza apenas a relação entre a ruptura com o sistema e a ideologia do agronegócio e o processo de transição agroecológica Rascunho (9 de julho de 2013), Zarref (30 de junho de 2013), Dal Chiavon (24 de junho de 2013), mas orienta o posicionamento político, a construção ideológica para a criação de um novo projeto de sociedade (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

Para o MST, a Agroecologia é um dos elementos de um novo projeto societário, pós-capitalista, centrado no humanismo e na ecologia como um campo do conhecimento que deve orientar as relações dos seres humanos entre si e com a natureza (ZARREF, 30 de junho de 2013; TARDIN, 4 de agosto de 2013). Ela rompe com a alienação ser humano/natureza, ao retomar a relação orgânica do ser humano com a natureza (relação de coevolução) (ZARREF, 30 de junho de 2013)

Fora desse horizonte utópico, seria optar pela Agroecologia nos moldes em que muitos grupos se apropriam, como nichos de mercado, relações diferenciadas com a natureza, mas subordinadas a uma ordem capitalista. De forma que se coloca em

questão um projeto de classe que propõe transformações radicais na sociedade e a construção de uma nova ordem social (TARDIN, 4 de agosto de 2013).

O MST não tem a ilusão de que a Agroecologia possa ecologizar o capital, pois ele se move pela busca permanente de sua reprodução ampliada. Da mesma forma que é impossível pensar a humanização do capital (TARDIN, 4 de agosto de 2013). Existe um equívoco que os teóricos (Sevilla Guzmán, Molina Guzmán) da Universidade de Córdoba na Espanha cometem, que é substituir a proposta de transformação do mundo capitalista pela Agroecologia. Assim, ela passa a ser responsável por resolver todas as contradições do capitalismo. Para o MST, a Agroecologia não é o paradigma de uma nova sociedade, pois o paradigma ainda é o socialismo. (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Uma outra concepção de Agroecologia para o MST, além de entendê-la como área do conhecimento, como elemento de um novo projeto societário ou como prática social ligada ao campesinato é entendê-la como matriz tecnológica. Tanto o Programa Agrário do MST (2013) define a Agroecologia como uma nova matriz tecnológica no jeito de produzir na agricultura como Zarref (30 de junho de 2013), Tardin (4 de agosto de 2013) e Rascunho (9 de julho de 2013) discorrem brevemente sobre essa concepção de Agroecologia. Embora explicitada pelos militantes e pelo documento, a análise dessa concepção não é desenvolvida, criando uma lacuna no entendimento do que é a Agroecologia como matriz tecnológica. Tardin (4 de agosto de 2013) sinaliza que a Agroecologia como matriz parece pertinente na medida que a palavra matriz significa um ponto de partida, de onde se pode produzir algo. Assim, pode-se adjetivar a Agroecologia como uma matriz tecnológica porque ela vai introduzir na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico a dimensão ecológica da vida. Embora essa concepção seja apenas uma faceta da Agroecologia. Já Zarref (30 de junho de 2013), em sua conceituação aponta para a importância da inter-relação entre a matriz tecnológica defendida pelo MST, representada pela Agroecologia, e a matriz produtiva defendida pelo MST, baseada na cooperação e na agroindustrialização. Por fim, Rascunho (9 de julho de 2013) relata que o MST usa o termo matriz porque envolve diversas facetas ou ações que precisam ser realizadas de forma conjugada para gerar resultados com a Agroecologia. Ele cita, como exemplo, algumas ações que estão envolvidas com a matriz adotada pelo MST: a ação de recuperação ambiental; o processo de transição ou ruptura agroecológica; o crédito direcionado.

3.2.5 A Agroecologia como diretriz política do MST

A Agroecologia aparece explicitamente como diretriz política no V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007. Quando é assumido como compromisso “defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2014b).

Nesse Congresso diversas linhas políticas estabeleceram uma interface com a defesa do meio ambiente. A defesa pela preservação de alguns recursos naturais é destacada, como: a defesa de todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce; a luta contra a transposição do Rio São Francisco; a preservação de matas e a promoção do plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais; a luta contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio.

Algumas bandeiras de luta também são destacadas: o combate ao uso dos agrotóxicos e da monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc; o combate às empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro; a busca pela soberania energética de cada região e a luta contra o aquecimento global (MST, 2014b).

Embora a apresentação das linhas políticas seja realizada por itens, a leitura integrada de todas é essencial para uma análise dos compromissos assumidos nesse Congresso.

É importante sinalizar que, desde o V Congresso, são apresentadas alternativas práticas para a disseminação da Agroecologia. Nesse primeiro momento, associadas à defesa das sementes nativas e crioulas em detrimento às sementes transgênicas e a produção de alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno pelos assentamentos e comunidades rurais.

Desde o IV Congresso Nacional, realizado em 2000, as linhas políticas já afirmavam a perspectiva de construção de um novo modelo tecnológico, sustentável do ponto de vista ambiental, que garantisse a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.

Associada a essa construção, algumas linhas também ressaltavam bandeiras de luta relacionadas às questões ambientais, como: a preservação da biodiversidade, da

água doce, a defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia, o combate ao consumo de alimentos transgênicos e a ideia de desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos os assentamentos (MST, 2014a).

A preparação do VI Congresso Nacional do MST foi iniciada, em 2011, com um processo de debates e discussões em seminários nacionais, regionais e estaduais, em cursos de formação e nos diferentes setores do Movimento. Em decorrência desse processo, foi publicado o Programa Agrário do MST, texto em construção para ser discutido e aprovado durante o VI Congresso, o qual apresenta uma Proposta de Reforma Agrária Popular (MST, 2013).

A proposta de Reforma Agrária Popular sintetiza as principais ideias sobre o modelo de agricultura defendida pelo Movimento. Ela reúne nove medidas estratégicas de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe o fortalecimento do Movimento e a qualificação das lutas para uma mudança estrutural da sociedade capitalista (MST, 2013).

É importante assinalar como a Agroecologia é inserida nessa Proposta. Primeiramente, ela é uma das nove medidas estratégicas, sinalizada como nova matriz tecnológica de produção na agricultura. Segundo, são apresentados, apenas, os desafios do Estado para sua difusão e não os desafios internos do Movimento.

Essa caracterização limita a concepção de Agroecologia da Proposta de Reforma Agrária Popular e a sua relação com experiências práticas, pois não aprofunda a discussão sobre o conceito de matriz tecnológica, nem tampouco apresenta os desafios e avanços da difusão da Agroecologia no Movimento.

Apesar dessa limitação, percebe-se no texto que a Agroecologia é apresentada como uma das estratégias da Proposta de Reforma Agrária Popular, portanto, ela não se apresenta sozinha como um novo modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Em síntese, a proposta de Reforma Agrária Popular apresenta a Agroecologia como uma diretriz política do MST, reconhecida formalmente como uma nova matriz tecnológica e uma das medidas estratégicas dessa Proposta. Assim, caberia ao debate durante o VI Congresso Nacional aprofundar a discussão sobre a concepção de Agroecologia e de matriz tecnológica e definir os desafios e avanços da difusão da Agroecologia no Movimento.

4 O ASSENTAMENTO CUNHA

No Assentamento Cunha, a formação territorial envolveu disputas entre organizações mediadoras camponesas e o Estado (SILVA, 2013); assim como desencontros das famílias camponesas com as lideranças do MST e dissidências entre líderes, o que provocou a territorialização²⁷ de outras agências mediadoras no assentamento (SILVA, 2013). A origem do desencontro entre as famílias assentadas e os dirigentes do MST estava na proposta de produção do assentamento no modelo coletivo (SILVA, 2013).

Esse uso da terra deu lugar a uma reocupação do espaço com a produção de base agroecológica, uma reterritorialização camponesa, que só foi possível devido à luta contra a concentração fundiária e resistência à expropriação. Os camponeses organizados pelo MST tiveram que ocupar, acampar e resistir na terra, em um processo de reterritorialização, que estabeleceu diversos conflitos. Assim, a análise da experiência de territorialização agroecológica no Assentamento Cunha parte da exposição dos diversos conflitos territoriais, provocados pelo processo de reterritorialização, realizado pelo principal ator de resistência do assentamento, o Grupo Eldorado Carajás.

4.1 A conquista da Fazenda Cunha e a formação do assentamento

Fernandes (2005) compreende a ocupação como uma forma de resistência camponesa, dentro do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo. A história de ocupação da área da Fazenda Cunha e de formação do assentamento revelou a estratégia de resistência do processo de territorialização da Agroecologia, marcada, inicialmente, por um conflito territorial de luta do campesinato pela apropriação/domínio do território do agronegócio.

Percebe-se o início dessa disputa pela fala de um dos assentados que plantava

²⁷ “Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 30).

soja nessa área desde 1987. “Lá era lavoura de soja. Uma empresa era dona. Eu era gerente geral do grupo todo que plantava soja. 31.000 hectares de soja eram plantados no entorno de Brasília pela empresa. De Cristalina a Barreiras na Bahia” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011, p. 90), “[...] a região do PA Cunha, por muitos anos, havia sido utilizada como área de produção intensiva de soja, com a utilização de maquinários pesados, como colheitadeiras, plantadeiras, tratores de esteiras [...]”.

A ocupação da Fazenda Cunha teve início em 1997, com a mobilização do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Luziânia, em função do repasse dessa área pelo Banco do Brasil para o STR articular a formação de assentamentos, pois os proprietários da Fazenda Cunha tinham dívidas com o Banco do Brasil (SILVA, 2013, p. 49). O mesmo assentado que plantava soja no Cunha, desde 1997, era Vice-presidente desse sindicato na época e relata que “o sindicato passou a área para eu arrumar 40 famílias para fazer um assentamento no Cunha. Na época, o MST tinha um acampamento na região e o sindicato não ocupava área; ficava só enrolando e não ia. Conversei com um dirigente do MST e passei a área para eles” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Segundo o PRA (2011), a fazenda Cunha foi confiscada pelo Banco do Brasil, em 1994, mas permaneceu durante cinco anos no aguardo da regularização pelo Incra. A ocupação da área aconteceu, em 03 de novembro de 1997, por cerca de 300 trabalhadores, com grande incidência de nordestinos, goianos e gaúchos. Cerca de 90% desses 300 trabalhadores viviam em cidades, embora com origem no meio rural (PRA, 2011).

A ocupação não só provocou conflito com os latifundiários, proprietários nominais da terra à época, os senhores Antoninho Melo e Danilo Melo, mas também com o Estado. Os donos da terra, em função de apoio político da família Roriz, conseguiram contestar judicialmente a ocupação, resultando em medidas judiciais de desocupação da área. “A ação do Estado a favor da oligarquia agrária, no entanto, não aconteceu somente por meio do poder normativo, mas também do repressivo” (SILVA, 2013, p. 46). Silva (2013) relata que os militantes do MST ocuparam a Fazenda no dia 3 de novembro de 1997, a uma hora da madrugada. Todos estavam apreensivos, pois os “os latifundiários podiam reagir a qualquer momento. Mas eles não se deram ao trabalho de utilizar jagunços particulares. O aparelho repressivo do Estado assumiu a função de intimidar os camponeses acampados e de atribuir-lhes crimes até mesmo fora

da área ocupada” (SILVA, 2013, p. 46). No dia da chegada, armaram barracas e, no outro dia, a Polícia já estava lá, com olheiros nos morros, tentando evitar a entrada e saída dos militantes da área. Um dos assentados, na época, ficou retido pela polícia durante dez horas porque trazia alimentos para o acampamento e porque alegaram que era do movimento (SILVA, 2013).

Integrar movimentos sociais contrários ao modelo do agronegócio no Brasil já é motivo para ser considerado criminoso, não importam as razões da luta, o princípio da propriedade privada tem caráter absoluto. Para protegê-la o Estado restringe o acesso do camponês ao alimento, tanto deixando a terra permanecer improdutiva, quanto com a proibição do direito a sua circulação em momentos de luta. No entanto, as ameaças não fizeram os camponeses acampados recuarem, os grilhões já estavam rompidos. Além disso, a retomada do território, entendido não somente como campo de forças, mas como domínio/apropriação da materialidade se tornou fundamental para garantir a sobrevivência das famílias camponesas (SILVA, 2013, p. 46).

Enquanto na ocupação da Fazenda Cunha houve disputas territoriais entre o MST, os latifundiários e o Estado, com a formalização do assentamento, em 2000, as disputas territoriais aconteceram entre famílias assentadas e algumas lideranças do MST e entre o MST e um movimento sindical pelo controle da base. Essas disputas provocaram a territorialização de outra agência mediadora no assentamento, como a Contag (SILVA, 2013). A origem do desencontro entre as famílias assentadas e alguns dirigentes do MST estava na proposta de produção do assentamento no modelo coletivo, na perspectiva de agrovila (SILVA, 2013).

Desde 1998, durante o acampamento, um grupo dentre os militantes do MST já estava fortalecido, pois era um grupo, praticamente, de gaúchos que já se conheciam. Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), esse grupo queria fazer dentro do DF um assentamento modelo nos moldes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O projeto original do assentamento era colocar pivôs e plantar soja. Grande parte das terras seria destinada à produção. Tudo que não fosse ocupado com agricultura seria com gado de corte. A agrovila do assentamento seria lá na entrada: uma linha de casa de um lado e outra linha de casa do outro lado. O resto seria agricultura e gado de corte [...]. Nós tínhamos uma empresa que derrubava mata. Tínhamos dezoito máquinas de desmatamento. Desmatamos muito em Goiás (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Barfknecht (11 de dezembro de 2013) relata que, na época da formação do assentamento Cunha, em 1998, havia dentro do MST nacional e estadual uma discussão de se fazer “uma agricultura diferente”. Embora essa discussão não ocorresse de forma geral dentro do MST, pois era marcada por disputas internas relacionadas a que bandeira defender no confronto com o modelo da Revolução Verde.

Impulsionados por essa discussão e pelo fato de que vários agricultores conhecidos que reproduziam o modelo da Revolução Verde em assentamentos tinham fracassado, o “Grupo dos gaúchos”, ainda acampados, abandonou o projeto inicial nos moldes do pacote da Revolução Verde e encampou a “ideia do MST de fazer a Transição Agroecológica no Assentamento Cunha” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). Como citado por Tardin (4 de agosto de 2013), a Agroecologia, no estágio em que se apresenta, sob a influência que o capital exerce sobre o campesinato não permite às famílias radicalizarem uma posição de transformação imediata dos seu sistema de produção. Machado (15 de maio de 2014) e Helena Barfknecht (26 de dezembro de 2013) relataram que muitos conhecimentos já tinham sido deteriorados ou perdidos, do ponto de vista da tradição histórica do conhecimento do campesinato.

Segundo o PRA (2011, p. 91), a discussão fomentada pelo MST era de que o Assentamento Cunha pudesse se constituir em um assentamento de referência, “onde todas as famílias estivessem organizadas coletivamente, diferenciando-se principalmente da organização em lotes individualizados, muito comum nos projetos de assentamento da região”.

Originalmente, como relata Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o assentamento Cunha estava previsto para 40 famílias, mas por questões políticas entre o Incra e alguns dirigentes do MST, o número de assentados subiu para 52 e, finalmente, para 62 famílias. Com a intenção de aumentar o número de famílias assentadas, houve outra disputa territorial entre a base e alguns dirigentes do MST expulsos que foram negociar, à parte, com o Incra (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). A base se mobilizou e, inclusive, procurou a Polícia Federal e, assim, a área do assentamento foi demarcada para 62 famílias (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Segundo o PRA (2011), a configuração original do Assentamento Cunha estava composta por 62 lotes, uma área comunitária para instalação da sede comunitária, templos religiosos, área de lazer, escolas, seis áreas de exploração coletivas – AEC destinadas a empreendimentos coletivos e a Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP).

Nessa época de formalização do assentamento, em 2000, após três anos, treze meses e quinze dias em que as famílias ficaram esperando para ter acesso definitivo à terra (SILVA, 2013), o “Grupo dos gaúchos” mobilizava 40 famílias que buscavam desenvolver um projeto territorial agroecológico no assentamento. Para tanto, o Grupo assumiu organizar-se em uma das áreas coletivas, embora as parcelas do assentamento fossem individuais. O Grupo não respeitava o parcelamento, pois a terra para eles era coletiva (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). O PRA (2011) confirma que a maioria das famílias optou pelo parcelamento individual da terra e apenas algumas famílias mantiveram a gestão coletiva da terra.

Mas apesar dos ganhos com modelos coletivos, por si só eles não resolvem a questão das disputas dos assentados. Mesmo unidos em uma propriedade coletiva, vão entrar em conflito com outros atores, para produzir e comercializar de forma menos subordinada ao agronegócio amparado pelo Estado. Se o camponês tem o solo mas não tem controle dos meios de produção, do capital, que permite explorá-lo e do mercado que possibilita comercializar a produção obtida, não conseguirá mais autonomia. Esses elementos não têm sido controlados por ele. O agronegócio permitiu as multinacionais o controle dos meios de produção, do capital e da comercialização da produção, com operações recentes de manipulação da própria vida (SILVA, 2013, p. 41).

Segundo um dos assentados do “Grupo dos gaúchos”, Batista (26 de dezembro de 2013), “depois que todos foram assentados tudo mudou. Depois que virou assentamento ninguém quis trabalhar junto [...] Eu enfrentei polícia, passei fome e tive que enfrentar problemas com a direção do MST”. Segundo esse assentado, o projeto inicial previa a gestão coletiva da terra para todas as famílias, mas apenas o “Grupo dos gaúchos” buscou desenvolver um projeto territorial coletivo.

Com a oficialização do assentamento, em 2000, houve um racha entre assentados e dirigentes do MST que atuavam no assentamento²⁸ (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). Com isso, o “Grupo dos gaúchos” ficou com o apoio de 23 famílias. Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o Grupo vem diminuindo e, hoje, conta com seis (6) integrantes.

Segundo Silva (2013), três dirigentes foram expulsos do MST, mas conseguiram trabalhar com alguns assentados contra o MST. Além disso, aliaram-se à Contag e um deles foi eleito presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito

²⁸ Esses dirigentes foram expulsos por causa da venda de parcelas, entre outras questões, e levaram um grupo com eles (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Federal e Entorno (FETADFE).

Os dirigentes expulsos tinham uma atuação centralizadora, estabeleciam relações de poder dissimétricas com as famílias acampadas. Muitos entrevistados, no entanto disseram que vieram para o assentamento graças ao convite desses dirigentes. Nesse sentido, como o camponês sustenta suas ações no princípio da reciprocidade, do dar e receber entende-se que muitos assentados acreditavam ter uma dívida moral com os dirigentes expulsos. Sendo assim, não se levantaram contra eles, ao contrário foram cooptados para integrar a FETADFE. Esse processo foi facilitado pelo MST, com a desconsideração do *habitus* de classe do campesinato (SILVA, 2013, p. 56).

Segundo Silva (2013), alguns assentados relataram que houve cooptação desses três dirigentes do MST pela oligarquia agrária local. Eram “procurados pelos latifundiários a fim de determinar as propriedades que tinham interesse em negociar com o Estado e aquelas que não deveriam ser ocupadas. Isso explicaria o número elevado de ocupações realizadas por essas lideranças” (SILVA, 2013, p. 56). Além disso, alguns assentados relataram que, aproximadamente, quatorze famílias permaneceram como integrantes do MST e as demais se vincularam à Contag, que apoiou a proposta do Incra de parcelamento individual da terra. Assim, a disputa pela produção territorial do Assentamento Cunha também apresentou um processo de cooptação de camponeses por agências mediadoras com projetos políticos vinculados aos interesses do Estado (SILVA, 2013).

Portanto, a dificuldade para a territorialização do modelo coletivo esbarrou na proposta de reforma agrária do Estado brasileiro, que contou com o apoio político da CONTAG, na correlação de forças o MST perdeu espaço. No PR do Assentamento Cunha (2011, p. 91), fica evidente esse processo “[...] a maioria das famílias em acordo com o Incra optou pelo parcelamento individual da terra, inviabilizando a aplicação da proposta em todo o assentamento [...]”. Ou seja, havia uma proposição de produção territorial do órgão estatal, que foi apoiada pelas famílias cooptadas pela CONTAG. Mas, a superintendência regional do Incra do Distrito Federal e Entorno decidiu pelo projeto semicoletivo, e não individual (SILVA, 2013, p. 56).

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), além das dificuldades criadas pelo Incra, outro empecilho surgiu durante o acesso do Grupo Eldorado Carajás ao

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)²⁹A. O Banco do Brasil não aceitou o projeto coletivo. Percebe-se isso pelo seguinte relato:

Quando formamos o Carajás tinha 23 famílias. Como o Banco não concordava com o projeto, o Incra não concordava com o projeto [...] O Incra foi o maior atrapalhador dos projetos dentro do assentamento. O Incra que atrapalha. Em vez de ajudar, atrapalha. Ele não aceitava, não reconhecia o grupo coletivo. O Banco não reconhece os grupos formados [...] Na época do Pronaf, vocês são tantas famílias que querem o projeto coletivo, só que a cédula é individual. No momento que você botou a cédula individual, todo mundo saiu. Se é pra mim ser individual, então vou ser individual. Daí nois fiquemo em nove com as cédulas individuais, mas fazendo projeto coletivo (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

O Grupo Eldorado Carajás surgiu na época em que as famílias assentadas buscavam acessar o Pronaf A, em 2002, incentivado pelo MST (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). Esse Grupo, na realidade, era a dissidência do “Grupo dos Gaúchos” após as disputas territoriais internas no assentamento. Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o nome do Grupo surgiu por sugestão de um dos integrantes em homenagem ao aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, que resultou na morte de 19 Sem Terra, no município de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em decorrência de ação da polícia militar do estado. Além de nomearem o grupo, plantaram 17 árvores com o nome de todo o pessoal morto num gesto simbólico.

O grupo coletivo se diferenciou dos demais assentados do PA optando pela gestão conjunta dos créditos, com aquisição de equipamentos e maquinários (trator), agrupamento das áreas residenciais e das áreas produtivas, diversificação das culturas (fruteiras, hortas, apicultura e grãos) e o fortalecimento da cooperação interna, com destaque maior para a gestão da água, com a recuperação da mata ciliar que protege o córrego cunha (ALMEIDA et al, 2013, p. 10).

²⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Podem ser beneficiários do Pronaf A: assentados da reforma agrária ou beneficiados pelo crédito fundiário que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf (BANCO DO BRASIL, 2014).

Silva (2013, p. 58) informa que o Assentamento Cunha foi criado no modelo semicoletivo, “resultado do desencontro entre lideranças do MST e camponeses assentados e a disputa entre MST, Estado/Contag”. Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), na demarcação original há um número total de 62 parcelas, cada uma tendo seis hectares. Essa informação foi confirmada por Barfknecht (11 de dezembro de 2013) “a organização ficou semi-coletiva. Deu seis hectares para cada um e o resto ficou coletivo. Era para todos os assentados. Depois, como o grupo dos dissidentes era maior, eles determinavam o que tinha quer ser feito. De semi-coletivo passou para individual. Daí ficou onze hectares para cada família”.

O Grupo Coletivo Carajás optou pela Área de exploração coletiva (AEC V) (PRA, 2011). O PRA (2011) apresenta um quadro de referência com a indicação da demarcação original das áreas de Exploração Coletiva (AEC) e sua extensão em hectares. O PRA (2011) informa que, em 2002, algumas famílias assentadas solicitaram ao Incra o parcelamento individual de algumas AEC. Os principais motivos levantados à época foram: dificuldades em desenvolver projetos coletivos no assentamento; abandono das áreas de exploração coletiva e consequente processo de degradação pela pastagem de animais e queimadas; falta de crédito para investimento coletivo. Com isso, parte das AEC foi parcelada em 46 novos lotes, totalizando 108 lotes no assentamento.

Tabela 1 – Áreas de Exploração Coletivas (AEC) do Assentamento Cunha

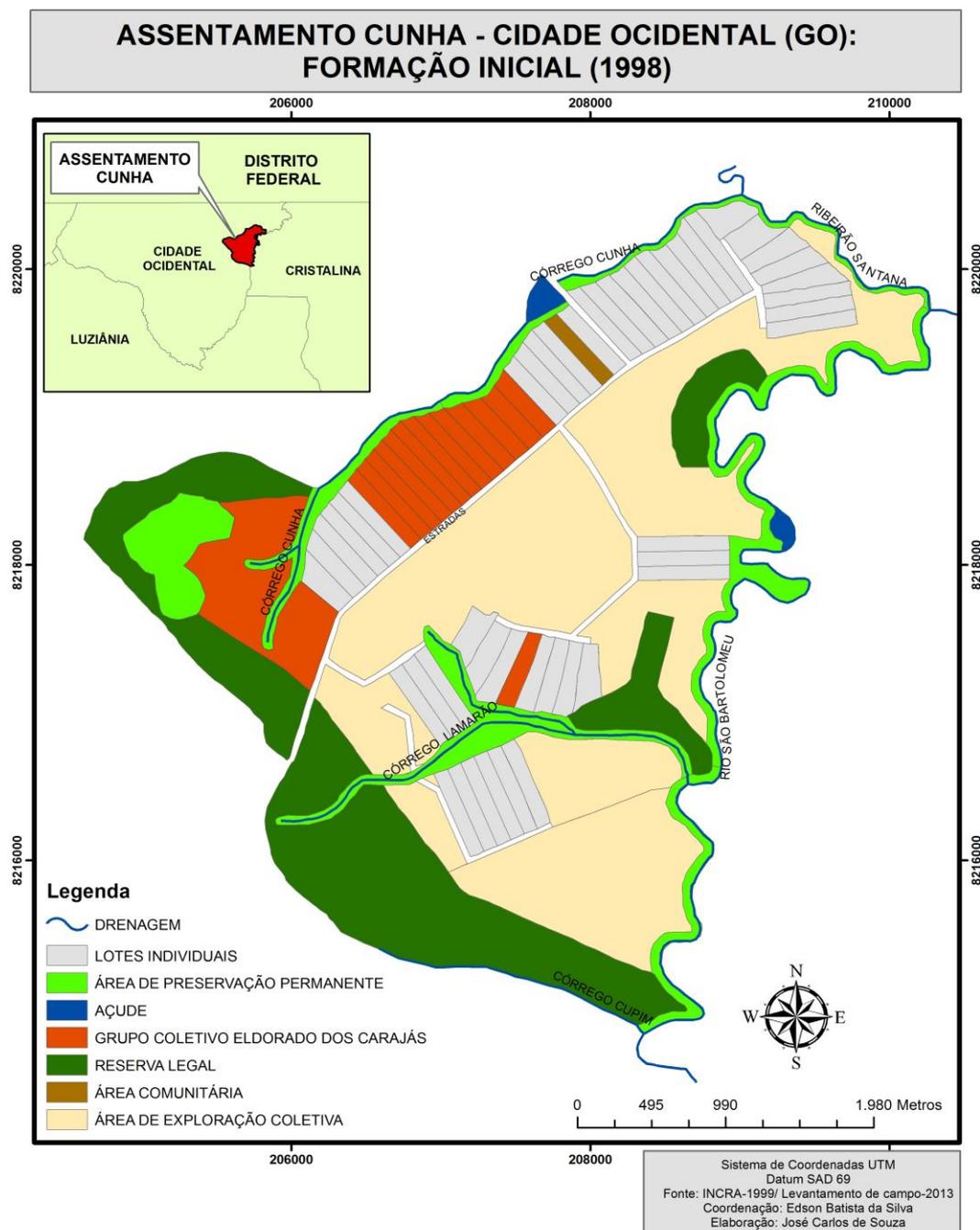
AEC	Área (hectare)	
	Demarcação original	Demarcação proposta
I	8,4761	0,0000
II	58,4109	1,2566
III	28,9233	0,0000
IV	9,0000	0,0000
V	69,8074	52,1482
VI	161,2428	57,6016
Total	335,8605	111,0064

Fonte: PRA (2011).

Segundo o PRA (2011), a área total e registrada do Assentamento Cunha é de 995,0000 ha. A área de Reserva Legal é de 204,2789 ha e a Área de Preservação Permanente é de 113,7569 ha. Além da AEC V, Barfknecht (11 de dezembro de 2013) relata que o Grupo Eldorado Carajás, após negociação com o Incra, ficou com a área de preservação permanente. Relata ainda que parte dela é de reserva nativa e que a outra parte é destinada à pastagem cercada, inclusive, todas as nascentes de água que abastecem o assentamento nascem ali.

Na Figura 5, percebe-se o resultado da disputa dos atores na disposição da organização territorial do Assentamento. Segundo Silva (2013), a proposta de territorialização do MST foi derrotada na correlação de forças com outros atores e ficou circunscrita ao Grupo Eldorado Carajás. Porém, o próprio Grupo Eldorado Carajás nasceu fragmentado, já que a área coletiva dos assentados foi dividida em áreas separadas no Cunha (SILVA, 2013), como apresentado na Figura 5. Inclusive, uma consequência dessa fragmentação é que aumentaram as dificuldades das famílias em ter o controle coletivo dos meios de produção (SILVA, 2013).

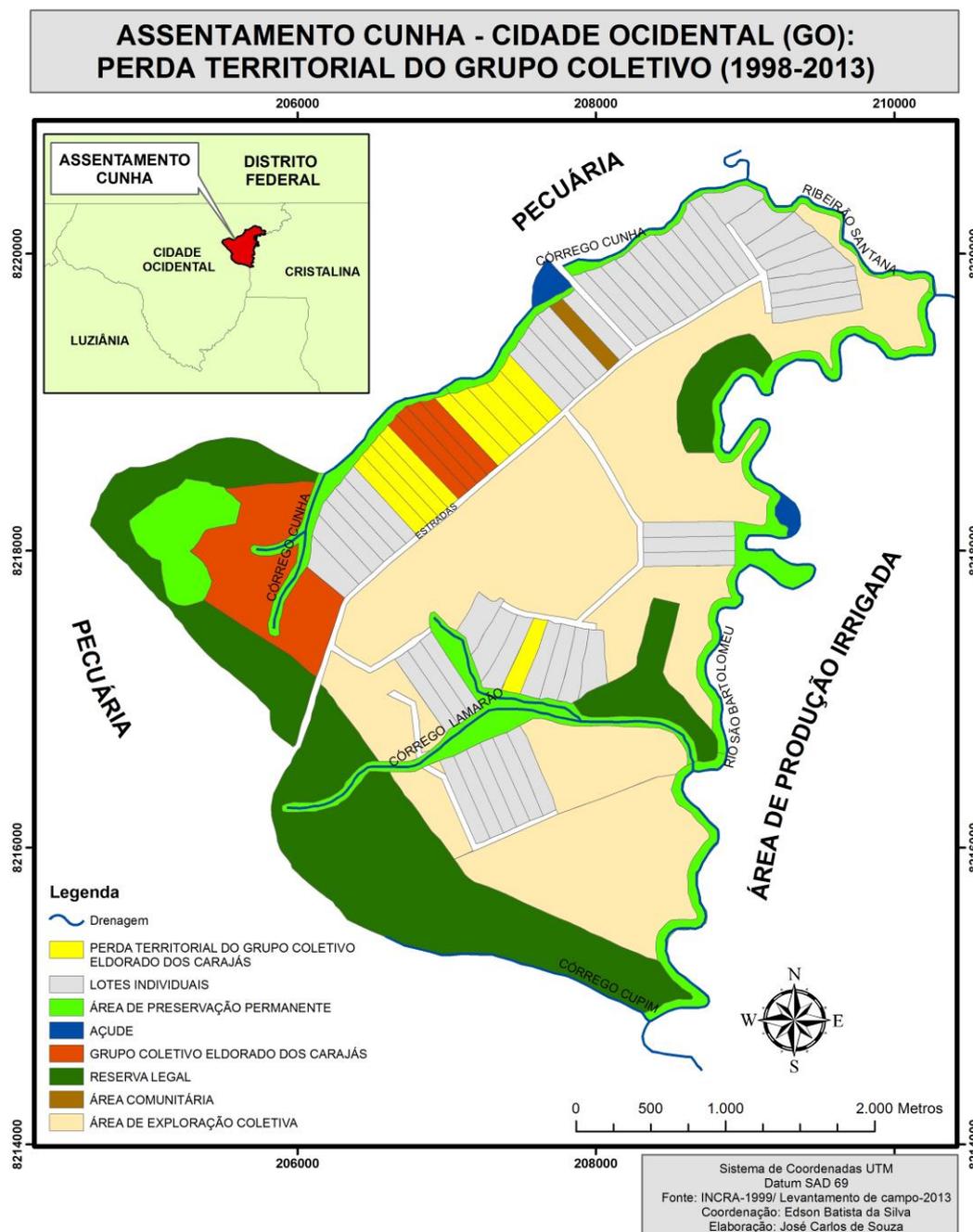
Figura 1 – Mapa do Assentamento Cunha durante a formação inicial (1998)



Fonte: Silva (2013).

Na Figura 6, percebe-se a diminuição do número de lotes coletivos, retratando o relato dos assentados sobre a diminuição dos integrantes do Grupo Eldorado Carajás. Segundo Silva (2013), ainda hoje, as áreas de exploração coletiva são utilizadas apenas pelas famílias que têm criações de animais, deixando de utilizá-las para a integração lavoura/pecuária, fundamental para a produção agroecológica.

Figura 2 – Perda territorial do Grupo Eldorado Carajás



Fonte: Silva (2013).

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013) e o PRA (2011), foram nove famílias que resistiram às imposições do Incra e se organizaram em grupo coletivo. Para Silva (2013) foram quatorze famílias e para Almeida *et al.* (2013) foram onze. Como o Grupo foi diminuindo em decorrência, em grande parte, dos conflitos territoriais, ficou muito difícil precisar o número de famílias envolvidas em cada momento.

A partir de observação durante a visita de campo, confirmada pelo relato dos assentados entrevistados, percebe-se que os lotes coletivos estão divididos em três áreas separadas dentro do Assentamento. Os lotes do Sr. Ivo Brafknecht, Sr. Joaquim Justino, Nivaldo Barfknecht e Alice Maria não têm cerca e são coletivos. Separados, em outra área, estão os lotes coletivos de Genoaldo da Silva e Teobaldo. O lote do João Batista fica em uma área isolada, onde se encontra, também, a área de pastagem coletiva. Essa área de pastagem coletiva, segundo Silva (26 de dezembro de 2013) pertence a oito famílias, pois a Auseni saiu do Assentamento e processou judicialmente o Grupo Eldorado Carajás. Com isso, ela perdeu o direito à parte dela na terra coletiva.

O intuito do MST, com a formação do assentamento no modelo coletivo, era viabilizar a produção agroecológica. Segundo Silva (2013), esse modelo permitiria maior controle dos insumos e dos canais de comercialização. Isso facilitaria a construção da experiência agroecológica, já que viabilizaria decisões coletivas na produção, atrairia projetos de ONGs internacionais e permitiria a integração das atividades produtivas.

Porém, além dos conflitos territoriais ocorridos no Assentamento Cunha, que impactaram negativamente a experiência de territorialização agroecológica, os relatos de integrantes do Grupo Eldorado Carajás e de Machado (15 de maio de 2014) são importantes para explicitar outros conflitos que impactaram a territorialização da Agroecologia, e, principalmente, a organização do Grupo Eldorado Carajás. O próximo item, a formação em Agroecologia no Assentamento Cunha, buscou retratar esses outros conflitos.

4.2 A Formação em Agroecologia no Assentamento Cunha

A territorialização da Agroecologia no assentamento Cunha teve início com a discussão da organização coletiva proposta pelo MST-DF. Segundo Almeida *et al.* (2013, p. 10), “entre os anos 1997 e 2001 foram promovidos diversos encontros e debates sobre o modelo de organização do assentamento. Nesse período foram

selecionadas as famílias que desejavam ficar na área, observando os critérios de moradia, matriz tecnológica a ser adotada [...]”. Em 2001, após a oficialização do Projeto de Assentamento, e com a definição das famílias a serem efetivamente assentadas, foram sorteadas as áreas para distribuição dos lotes (ALMEIDA et al, 2008).

Tardin (4 de agosto de 2013), Dal Chiavon (24 de junho de 2013), Zarref (30 de junho de 2013) e Rascunho (9 de julho de 2013) relataram que os debates sobre a organização dos assentamentos começam nos acampamentos do MST, pois é uma dinâmica do MST oportunizar esse debate com os acampados, incorporando a discussão de forma mais teórica sobre Agroecologia, pois os acampamentos, em geral, não têm área produtiva.

Tardin (4 de agosto de 2013) informou que é o Setor de Produção do MST o responsável por iniciar a formação em Agroecologia, pois é esse setor que realiza a mobilização de base, conduzida por técnicos do MST.

Zarref (30 de junho de 2013) e Rascunho (9 de julho de 2013) informaram que o MST promove uma formação voltada para a experiência concreta nos novos assentamentos, tendo como diretriz a Agroecologia. Segundo Zarref (30 de junho de 2013), o MST realiza algumas ações para que os agricultores adotem a Agroecologia, desde o acampamento. Primeiro, desenvolvem uma ação de conscientização sobre os danos ambientais e à saúde que o modelo do agronegócio provoca. Tanto por intoxicação, assoreamento de solos, contaminação dos rios, restrição de alimentos (pois o agricultor passa a produzir produtos que nem ele vai se alimentar ou que supre pouco sua alimentação). Portanto, desde o acampamento, discute-se o que será produzido na perspectiva da soberania alimentar. Por exemplo, o milho é um alimento muito estimulado pelo MST para ser produzido, pois é um dos motores da unidade produtiva, com múltiplas funções. Após o trabalho de conscientização, passa-se para o trabalho de experimentação, quando as famílias, ainda no acampamento realizam experimentações, principalmente, com hortas e com algumas lavouras de práticas agroecológicas. Discute-se tanto o desenho de como se produzirá como o manejo de insetos e plantas indesejadas. Em outro momento, discute-se com as famílias o planejamento do assentamento: quais serão as lavouras, cultivos e como eles poderão dialogar com a Agroecologia.

Todos os assentados entrevistados relataram que a formação em Agroecologia realizada pelo MST no Assentamento Cunha teve início ainda no acampamento. Como relatou Barfknecht H. (26 de dezembro de 2013), “no acampamento que se formaram os

grupos: setor de saúde, de educação, de produção”. Segundo Zarref (30 de junho de 2013), além do MST possuir uma estratégia de formação em Agroecologia para assentamentos em formação, possui também uma estratégia para assentamentos já consolidados.

Em assentamentos já estabelecidos, a estratégia de formação em Agroecologia do MST é a experimentação em um ou dois sistemas produtivos, mais rentáveis financeiramente para os assentados. Essa estratégia de experimentações em pequena escala é estimulada para que as famílias adquiram confiança na perspectiva agroecológica. Embora essas sejam as estratégias mais consolidadas para assentamentos em formação e para assentamentos consolidados, existem assentamentos que, desde sua origem, possuem um Regimento interno que proíbe o uso de agrotóxicos. Todo assentamento tem uma coordenação que discute o uso de agrotóxicos (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Em todos os assentamentos, mesmo naqueles que usam agrotóxicos sem restrição, há certo constrangimento porque o MST realiza um trabalho, desde o acampamento, de denunciar os impactos dos agrotóxicos (ZARREF, 30 de junho de 2013). Naqueles estados, onde não há assistência técnica, é mais comum o uso de agrotóxicos do que naqueles onde há assistência técnica. Nos assentamentos do MST, onde há assistência técnica, trabalha-se com viés agroecológico (ZARREF, 30 de junho de 2013).

Com a criação do Assentamento Cunha, a assistência técnica era realizada pela Associação Regional de Cooperação Agrícola – ARCA, entidade vinculada ao MST que adotava metodologias participativas de planejamento e estimulava o processo de organização da produção de base agroecológica. A equipe era formada por um agrônomo e um técnico agrícola, além de lideranças locais e regionais (ALMEIDA et al, 2013). O Vicente Eduardo Soares de Almeida foi o primeiro técnico do MST contratado e o único grupo do MST que assumiu a ideia da Agroecologia no DF foi o “Grupo dos gaúchos” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). O grupo tentou levar a ideia para todo o Assentamento, mas em função do racha que houve, não conseguiu.

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), no início, o Assentamento Cunha era utilizado como espaço para realização de formação e encontros do MST. Após a formação de assentamentos, a responsabilidade pela assistência técnica fica atribuída ao Estado, por meio do Incra. No Assentamento Cunha, como em muitos outros espalhados pelo país, o MST continuou prestando assistência técnica por meio de empresas contratadas pelo Incra para esse fim. Essa mudança de perspectiva do MST acarretou

uma desmobilização no Cunha, como se percebe pela fala de um assentado.

O papel do MST é dar formação para os assentados até a consolidação do assentamento. Depois da formação do assentamento, o MST não tem mais responsabilidade de atuar lá. A obrigação fica com o Estado. Quando vira assentamento não se mobiliza mais ninguém. Com a formação do Assentamento, a assistência técnica não é permanente. Daí com a falta de acompanhamento da produção e da comercialização perde-se a linha. A mobilização diminui e assim o grupo diminui (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Segundo Machado (15 de maio de 2014), a assistência técnica prestada pelo MST, a partir do contrato do Incra, praticamente, não acontecia no Assentamento Cunha. Inclusive, segundo ele, os assentamentos do MST do DF ficaram muito abandonados. Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), hoje tampouco existe assistência técnica no Assentamento Cunha. Apesar do Incra até contratar instituições, a assistência não acontece. “Hoje, os técnicos da Rede Terra, que acompanham a maioria dos assentamentos do DF e Entorno, são os técnicos que trabalhavam no MST. Eles dizem que só têm dinheiro para fazer duas visitas por ano em cada assentamento. Agora, nós queremos a Emater que abriu para os assentamentos da região” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

O Grupo Coletivo Eldorado Carajás pode ser considerado o principal ator de resistência do processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha. Esse processo, inicialmente, foi marcado por um conflito territorial de luta do campesinato pela apropriação/domínio do território do agronegócio e, em seguida, por uma disputa territorial entre a base e alguns dirigentes do MST expulsos que foram negociar, à parte, com o Incra e por disputas entre o MST e a Contag pelo controle da base (SILVA, 2013). Embora esses conflitos territoriais e a falta de assistência técnica tenham implicado, inclusive, na diminuição da dimensão do Grupo Eldorado Carajás e na sua desmobilização, percebe-se que o processo de territorialização da Agroecologia ocorreu, em grande parte, pelo trabalho conjunto de algumas instituições em destaque: MST, Incra e Embrapa e pelo desenvolvimento de diversos projetos, que a seguir serão relatados.

Em 2002, com o avanço da organização do grupo coletivo, denominado “Grupo Coletivo Eldorado dos Carajás”, ou simplesmente, “Grupo Coletivo Carajás”, foi implantado o primeiro projeto direcionado inteiramente ao processo de organização da produção de base agroecológica, denominado posteriormente de “Centro de Vivência ambiental”, apoiado pelo Programa de Pequenos Projetos – PPP, coordenado no Brasil pelo Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN. O projeto era destinado a uma diversidade de ações, tais como: produção de plantas medicinais, produção agroecológica de hortaliças, cursos de capacitação em gestão ambiental, manejo do solo e dos recursos naturais e a promoção das relações de gênero. Este projeto é considerado com o primeiro impulso efetivo a caminho da implantação no manejo dos recursos naturais da área. O Centro de Vivência Ambiental - CVA, foi adotado como estratégia de irradiação da experiência agroecológica através de visitas de famílias de outras comunidades do Entorno do Distrito Federal e do próprio assentamento, que puderam vivenciar as práticas utilizadas nos sistemas de produção. (ALMEIDA et al, 2013, p. 11)

O que deu um impulso para a transição agroecológica no Assentamento Cunha, apesar da participação contraditória do MST, foi a Embrapa e o Incra. A participação da Universidade de Brasília foi pontual, apenas no início, levando os alunos para conhecerem o Assentamento. A Embrapa iniciou os trabalhos de pesquisa no assentamento em 1999/2000 com a participação dos pesquisadores Altair Toledo Machado e Cynthia Torres de Toledo Machado. A Embrapa, na época, não dava assistência técnica, mas usava a área do Assentamento Cunha para fazer pesquisa de sementes. “Começaram com sementes de milho” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Em 2004, a Embrapa iniciou uma “pesquisa participativa destinada à avaliação de variedades de milho adaptadas ao manejo agroecológico (com uso de insumos biológicos), para produção inicial de sementes. O mesmo tipo de avaliação foi feito também com a cultura da mandioca” (ALMEIDA et al, 2013, p. 11). Outra pesquisa realizada foi sobre o emprego de adubos verdes, com o objetivo de melhorar as características do solo, incrementando a fertilidade e reduzindo a necessidade de uso de insumos para produção (ALMEIDA et al, 2013).

Segundo Machado (15 de maio de 2014),

[...] a agrobiodiversidade é a base genética do sistema de produção de base agroecológica e, portanto, a questão da semente é crucial, pois a autonomia e a soberania alimentar das comunidades passam, necessariamente, pela autonomia das sementes. A estratégia inicial no Cunha foi trabalhar com milho, feijão e mandioca, principalmente, por uma questão pedagógica. São os três modos de reprodução que existem: 1) cruzamento ao acaso; 2) autofecundação e 3) propagação vegetativa. Depois começamos a inserir o pessoal no mercado. Eles estavam completamente fora do mercado.

É importante mencionar, como expressam Norgaard e Sikor (1999), que a Agroecologia se preocupa tanto com o sistema agroecológico como com o social, em que trabalham os agricultores. Põe ênfase relativamente baixa nas investigações realizadas em centros experimentais e em laboratórios e enfatiza fortemente os experimentos de campo, permitindo assim uma maior participação dos agricultores no processo de investigação.

Ainda em 2004, teve início a construção de uma agroindústria para beneficiamento de alimentos oriundos de plantas nativas do Bioma Cerrado e dos sistemas locais de produção de base agroecológica, financiada com recursos do Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE), coordenado pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. Segundo Almeida et al (2013), o ano de 2004 foi marcado, também, pelo início da Assessoria Técnica Social e Ambiental (Ates/Incra), executada pela Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno (Cootradfe). Entidade jurídica, coordenada pelos assentados do MST-DF, que passou a substituir, gradativamente, a ARCA nos trabalhos de assistência técnica, ficando a cargo desta última a execução de trabalhos de promoção social e de saúde nos assentamentos.

Figura 3 – Agroindústria Agrocarajás

Fonte: elaborada pela autora

Com a construção da agroindústria, o Grupo Carajás começou a desenvolver o projeto das ervas medicinais, cujos objetivos principais eram “a união, a força e o envolvimento de crianças e jovens para que permanecessem na comunidade, pois as crianças participavam das oficinas e das discussões no Cunha” (BARFKNECHT, H., 26 de dezembro de 2013). Para tanto, o Grupo utilizou as duas salas da agroindústria para criação de um laboratório de ervas medicinais, onde eram fabricados remédios e mel, que também fazia parte do projeto, pois a rapadura servia como xarope (BARFKNECHT, H., 26 de dezembro de 2013). Helena Matte Barfknecht, esposa de Ivo Barfknecht, era integrante do Setor de Saúde do MST e coordenava esse trabalho. Segundo ela,

Nós tinha uma horta e preparava os remédios: pomada, tintura, pasta de dente, xarope, etc. A horta era do setor de saúde. Assentados de outras localidades vinham e ajudavam no plantio e na colheita. Nós trocava serviço e o Cunha era o polo. Do Cunha que tirava as mudas para outras comunidades [...] A Embrapa fornecia as mudas da pesquisa. Daí o coletivo (3 pessoas), mais outros assentados vinham ajudar o plantio. Vinham para ver como era o processo e depois criar hortas em suas comunidades [...] Na época da chuva tinha que ter o produto colhido. Um professor dava acompanhamento na elaboração dos remédios [...] Minha função como coordenadora era reunir pessoas no assentamento para participar. Tinha que preparar duas pessoas para ajudar. Caso não pudesse ir a alguma reunião, teria outra pessoa para ir (BARFKNECHT, H., 26 de dezembro de 2013).

Helena Barfknecht (26 de dezembro de 2013) relatou que foi só com o MST que começou a trabalhar com ervas medicinais. A coordenação estadual do MST era responsável pela coordenação do trabalho. O MST desenvolvia oficinas de formação com pessoas vinculadas ao Setor de Saúde e com outros assentados. Reuniam-se em Ceilândia (DF) e, também, no Assentamento Cunha que possuía um centro de formação. As oficinas duravam 15 dias. Em um dia específico médicos participavam da formação. Nesses dias de formação, todos os assentados do Assentamento Cunha eram convidados a participar, além dos convidados de outras comunidades (BARFKNECHT, H., 26 de dezembro de 2013).

Pelo relato de Helena Barfknecht (26 de dezembro de 2013) percebem-se os impactos positivos do projeto na vida dos assentados do Assentamento Cunha e de outros assentamentos:

Aprendi com a Agroecologia a comer mais natural, a usar remédios naturais. Eu levava medicamentos para as pessoas, receitas, remédios naturais. Dava instrução sobre alimentação. Eu rodava: se a pessoa não tinha condições de vir ao Cunha, eu ia ao encontro das pessoas [...] Na cabeça das pessoas, o remédio natural não funciona porque ele é mais lento. Ele não tem a química dos remédios manipulados, que têm o efeito mais rápido (...) As pessoas diminuíram a ida ao posto de saúde (BARFKNECHT, H., 26 de dezembro de 2013).

Embora Helena Barfknecht (26 de dezembro de 2013) tenha relatado impactos positivos do projeto das ervas medicinais, também relatou as maiores dificuldades com sua execução. A produção e a comercialização eram muito pequenas, portanto, não havia retorno financeiro. Além disso, o projeto não previa ajuda de custo para deslocamento. Com isso, as visitas aos cursos de formação e às pessoas que necessitavam do apoio de remédios e ensinamentos eram feitas com recursos próprios. Atualmente, não existe recurso financeiro de apoio ao projeto, embora houvesse na época uma verba de manutenção que Helena Barfknecht (26 de dezembro de 2013) relatou que desconhecia a proveniência. A partir desse relato, percebe-se que o projeto não se transformou em autossustentável, pois com a paralização do envio de recursos financeiros, todas as atividades do projeto encerraram-se.

Em 2005, as ações de pesquisa se intensificaram entre os pesquisadores da Embrapa, o MST-DF e o Grupo Coletivo Eldorado Carajás e um novo projeto teve início no Assentamento Cunha (ALMEIDA et al, 2013). O projeto intitulado *Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade dos Biomas Cerrado e Caatinga* foi desenvolvido,

entre 2005 e 2009, em Goiás, Distrito Federal, Norte de Minas, Ceará e Sergipe. Seu objetivo principal foi “realizar ações de pesquisa e desenvolvimento na conservação, valorização e uso dos recursos genéticos locais, procurando-se amenizar o nível de pobreza das comunidades e garantir sua segurança alimentar” (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011, p. 21). Para a realização dessa experiência foram realizadas parcerias com organizações de agricultores familiares, como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás (Aepago) e o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011).

Esse projeto era uma das ações do Programa Biodiversidade Brasil-Itália (PPBI), uma iniciativa de cooperação bilateral “materializada por ações de conservação e valorização dos recursos fitogenéticos das espécies de interesse agroalimentar e industrial para o Brasil” (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011, p. 21). O termo de cooperação do Programa envolveu órgãos como: Instituto Agrônomo per l'Oltremare (IAO), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011).

O projeto de pesquisa buscou o desenvolvimento territorial sustentável a partir de duas estratégias: o manejo da agrobiodiversidade e o manejo ecológico dos agroecossistemas, com a promoção de processos de pesquisas participativas, descentralizadas, considerando critérios de sustentabilidade ambiental. Sendo assim, o projeto procurou trabalhar de forma participativa o manejo da diversidade genética do milho, feijão, mandioca, hortaliças, plantas nativas e medicinais e de plantas de cobertura utilizadas como adubos verdes com enfoque na Agroecologia e na agrobiodiversidade, a fim de desenvolver variedades adaptadas aos agroecossistemas dos assentamentos pesquisados e desenvolvimento dos agricultores. Esses assentamentos estavam localizados na Cidade Ocidental/GO (Assentamento Cunha), Itapipoca/CE (Assentamento Mulungu), Poço Redondo/SE (Assentamento Cajueiro), de responsabilidade da Concrab, e em Montes Claros/MG (área experimental do CAA). Além, das ações de pesquisa e desenvolvimento, o projeto desenvolveu ações de capacitação de agricultores, técnicos, pesquisadores, professores e estudantes em metodologias participativas nos temas de desenvolvimento sustentável, agrobiodiversidade, Agroecologia, promoção de melhoramento participativo, inserção em mercados locais (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011).

Nos assentamentos pesquisados então foram estabelecidos polos de irradiação da agrobiodiversidade. Esses polos funcionavam como espaços coletivos onde as ações de pesquisa, capacitação e desenvolvimento eram realizados. Para tanto, foram construídas unidades multifuncionais, onde foram realizados cursos de formação e capacitação, processamento de hortaliças, criação de artesanatos, entre outras atividades e bancos comunitários de sementes (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011). Segundo Machado (15 de maio de 2014), o aspecto mais exitoso das ações desenvolvidas pela Embrapa no Assentamento Cunha foi a irradiação das ações para diferentes regiões, como por exemplo, para o norte de Minas, com apoio do CAA e em diferentes regiões de Goiás, com apoio da Aepago e do Movimento dos Camponeses Populares (MCP). Outra iniciativa, inicialmente exitosa, foi a articulação do MST junto ao Ministério do Meio Ambiente para divulgação da experiência dos polos de irradiação da agrobiodiversidade que culminou com a formulação da política pública de fomento aos CIMAs, que hoje não existe mais (MACHADO, 15 de maio de 2014).

Figura 4 – Centro de Formação (Sala de aula e Dormitório)



Fonte: elaborado pela autora

Figura 5 – Centro de Formação (Galpão e Cozinha)



Fonte: elaborado pela autora

Para Machado (15 de maio de 2014),

A história do Projeto Brasil-Itália foi com o Ivo Barfknecht. Tinha uma agroindústria lá, um sistema de irrigação completo, toda área coletiva produzia muito e era tudo vendido, gerava renda e a renda ficava com o Ivo. O polo irradiador e suas benfeitorias foram feitas no lote do Sr. Ivo. Quem indicou o Assentamento Cunha para ser polo irradiador foi o MST. Caberia ao MST articular com todas as famílias do Cunha para estarem juntas nesse trabalho. Isso não foi feito. O pessoal que era convidado a trabalhar na área coletiva não ia. No início eles estavam lá. Cabia ao grupo se organizar e não ao Projeto Brasil-Itália fazer. Cadê o MST organizando a comunidade? A culpa do MST foi a falta de organização local e a falta de assistência técnica. Deixou vulnerável o assentamento e provocou o rompimento do Ivo com o MST. Algumas famílias ficaram independentes e foram saindo uma por uma. Assim, ficou muito endógeno no Cunha, era a família do Ivo praticamente [...].

Em geral, com exceção da família de Ivo Barfknecht, os relatos dos assentados do Grupo Eldorado Carajás foram extremamente negativos em relação à organização da produção agroecológica coletiva no Assentamento Cunha. A falta de acesso às benfeitorias foi um dos pontos críticos levantados, pois inviabiliza o acesso aos meios coletivos de produção. Como as benfeitorias do Projeto Brasil-Itália estão no lote de Ivo Barfknecht, percebe-se a insatisfação com essa estratégia. Segundo Batista (26 de dezembro de 2013),

A Agroecologia não foi boa porque dividiu o lote de 12 hectares em parcela coletiva de 6 hectares, mais 6 hectares de parcelas individuais pra poder fazer o trabalho junto [...] A área coletiva de 6 hectares era pasto e não tem nada hoje. Tem um problema sério com a produção coletiva porque hoje em dia, com a separação do Grupo, eu não tenho acesso às benfeitorias, nem aos equipamentos nem à produção que estão no lote do Ivo. No meu lote era para ser chiqueiro e galinheiro. Não foi feito nada. Não tem nenhuma benfeitoria. O galinheiro ficou no Nivaldo. Quando vi que tudo ficava lá com o Ivo, separei do Grupo.

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o objetivo do Grupo Eldorado Carajás era fazer uma “agricultura diferente”, porém esbarravam na questão da comercialização. “Não tinha nada no projeto sobre hortaliça. A gente plantava hortaliça só para auto-consumo. Ninguém quer hortaliça hoje porque não tem valor. Hoje, a gente trabalha com hortaliça porque a gente vende na AGE aqui em Brasília” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Para Machado (15 de maio de 2014), quando se inseriram no mercado com a produção de hortaliças, em 2007, filiados à AGE, passaram a ter recursos financeiros. Isso foi um risco, pois tiveram que aprender a manejar recursos financeiros, pensar em escala na produção. Também não tinham carro para o transporte, mas acabaram ganhando do Incra.

Antes de se inserirem no mercado, o Grupo Eldorado Carajás buscou implementar a criação de gado, porém Barfknecht (11 de dezembro de 2013) relatou que

Com hortaliça era muito pouco no início. O mais forte era a questão do gado. O projeto nosso era voltado para o gado. Nós compramos 40 vaca, fizemo curral. Esse Grupo coletivo comprou 40 vaca [...] Tinha as vaca de produção, os bezerro nós ia trabalhar com confinamento pra gente ter adubo e fazê as plantaçon de hortaliça. Nós queria criar o gado mais rústico nesse sistema de pasto. Compramo todo o equipamento pra fazê confinamento. O projeto das vaca parou, não deu certo. Ia até bem até uma altura. Quando alguém precisava de algum dinheiro de gado como ia fazê? Aí começou a ter discussão. O que que nós fizemo com as vaca era tudo numerada, fizemo um sorteio. Quem tava na frente é que bancava tudo [...] Vai lá compra remédio que depois nós paga. Não funcionou. Então vamo sortear o gado. Cada um ficou com 5 vaca. Foi o mior jeito que funcionou. A pastagem toda junto. Tinha uma pessoa responsável por oiar, o João Batista. Cada um era responsável por tuas vacas. E aí você faz o que quiser com tuas vacas. Foi o mior jeito que funcionou.

Os relatos de alguns assentados do Grupo Eldorado Carajás informaram que o Grupo nunca conseguiu comercializar uma produção coletiva. Cruzando com as informações de Machado (15 de maio de 2014) de que o projeto Brasil-Itália era tocado pela família de Ivo Barfknecht e pela confirmação de que as benfeitorias do projeto estavam situadas no lote dele, percebe-se que os outros assentados do Grupo Eldorado Carajás, como seus relatos confirmaram, nunca realizaram nenhum projeto coletivo que considerassem positivo. Como Justino (26 de dezembro de 2013) relatou,

Não plantamos nada. Criamos gado, mas não deu certo. Não tínhamos pasto para o gado. Não fizemos nada coletivo. Nunca comercializamos nada pelo Grupo. Eu era coordenador do Grupo. Todo mundo perdeu dinheiro. Com o dinheiro do fomento do Pronaf compramos gado, maquinários velhos e um trator. Todo mundo botou dinheiro nisso. O trator está com o Ivo. Vendemos alguns maquinários, outros quebraram e as vaca vendemos porque não tinham o que comer. Perdi R\$ 2.500,00 na época do fomento do Pronaf. O dinheiro dos alojamentos e da comida (as diárias) não era dividido com ninguém. As pessoas foram vendo a esperteza e foram saindo.

Figura 6 - Trator



Fonte: elaborado pela autora

Silva (26 de dezembro de 2013) relatou que

A gente fez uma agroindústria que nunca funcionou [...] Eu fiquei responsável por cuidar de um pasto de gado [...] A maior dificuldade do Grupo foi a falta de união. A Auseni saiu desgostosa. As pessoas não estavam recebendo a parte delas nos projetos. Não teve nada de coletivo no Grupo. Não comercializamos nenhum produto. O que a gente beneficiou foi só no espaço do Ivo [...] Com o Grupo eu não gerei renda. De 8 a 9 anos eu saí do Grupo [...] O Grupo é conhecido lá fora, mas o Grupo não existe. Existe a revolta de quem pertenceu ao Grupo e não recebeu nada.

Os relatos dos assentados do Grupo Eldorado Carajás sobre a produção coletiva e sobre a comercialização também são importantes, pois percebe-se a dessimetria do poder de decisão entre os integrantes. Segundo Silva (26 de dezembro de 2013), “[...] forçaram a gente a comprar o gado sem o pasto. Uma vaca minha morreu. Eu e o João Batista compramos o gado. Cada pessoa no Grupo tinha uma função. A minha era cuidar do gado, mexer com a cerca, tirar o leite”.

Ainda em 2005, o Assentamento Cunha participou da I Feira e Encontro da Agrobiodiversidade e Reforma Agrária do DF e Entorno, realizada em Buritis – MG, promovida pelo MST-DF, onde foram distribuídas mais de meia tonelada de sementes do milho “Sol da Manhã” produzidas no próprio assentamento, destinadas às famílias assentadas do Noroeste Mineiro, Nordeste Goiano e do DF (ALMEIDA et al, 2013).

A energia elétrica foi instalada no assentamento, apenas no final de 2006, apesar da proximidade de Brasília (apenas 48 km). Nesse momento, teve o início da construção de estruturas funcionais, como o refeitório, alojamentos e plenária, para beneficiamento de sementes, apoio à realização de cursos e oficinas, fortalecendo a proposta inicial dos polos de irradiação da agrobiodiversidade (ALMEIDA et al, 2013).

Em 2007, a diversidade vegetal da pesquisa foi ampliada com a introdução da abóbora, bucha e melancia. “O Incra, estimulado pelo número de projetos no local e pela quantidade de produtos que estavam sendo cultivados, doou, em regime de comodato, um veículo para apoio ao escoamento da produção do assentamento” (ALMEIDA et al, 2013, p. 12).

As parcerias para comercialização aconteceram com a Prefeitura de Cidade Ocidental/GO e com a Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal (AGE), em 2007.

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013),

com o Projeto da Itália abriu-se uma vaga para comercializar em Brasília. A Embrapa tinha uma parceria com a AGE e com o MST nas feiras. As feiras da AGE já existem há 25 anos. Daí chamaram nois, o Jorge Artur, para vender na AGE. Porque é difícil entrar. Só entra quem é de muita confiança. O Grupo é fechado. Hoje, são 15 produtores na AGE.

No início, os assentados assumiram um ponto de comercialização na feira do município de Cidade Ocidental/GO e outro na superquadra 402 em Brasília - DF (ALMEIDA et al, 2013). Tanto Almeida et al (2013) como Barfknecht (11 de dezembro de 2013) reconheceram a importância da experiência de comercialização na vida dos assentados. Para Almeida et al (2013), essa experiência permitiu a elevação na renda das famílias do Grupo Coletivo Carajás e de outras famílias do assentamento que se integraram à proposta em cooperação com as atividades do Projeto Brasil/Itália. Para Barfknecht (11 de dezembro de 2013),

Dentro do Projeto Brasil/Itália tinha a fase de formação e depois a fase de comercialização. A pesquisa era feita com mandioca, banana, etc. O excedente tinha que ser comercializado, além de distribuídas sementes para outros assentamentos de forma gratuita. Tinha que gerar uma renda do excedente [...] O pequeno produtor na região de Goiás não tem como vender uma produção um pouco maior [...] Não existe cooperativa nesta região. Antes de entrar para a AGE, nosso Grupo vendia para criadores de gado. Com a entrada na AGE conseguimos comercializar nossos produtos. Isso porque 99% dos assentamentos são quebrados. Não têm apoio do Incra; não têm cooperativas. Daí dificulta a comercialização O que leva você é o comércio. Se você tem produção e não tem comercialização, você vai colocar onde o produto orgânico? Por exemplo, em Luziânia não se consegue colocar. Não tem produção orgânica. O orgânico só vende aqui dentro de Brasília. O pessoal da periferia só vai mais no mais barato (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Fica clara a observação de Barfknecht (11 de dezembro de 2013) sobre a dificuldade de comercialização de produtos agroecológicos; sobre a situação geral de assentamentos da reforma agrária; sobre a falta de apoio do Incra e sobre a dificuldade em criar e manter cooperativas na região de Goiás. Apesar dele não citar a importância de programas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA,) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo Brasil Agroecológico), que incorporam a Agroecologia em seus desenhos, Dal Chiavon (24 de junho de 2013) ressalta que o MST, a partir de suas

reivindicações, conseguiram que o Governo Federal implementasse um valor diferenciado da produção agroecológica/orgânica dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de formular e implementar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo Brasil Agroecológico). Embora Dal Chiavon (24 de junho de 2013), Zarref (30 de junho de 2013) e Rascunho (9 de julho de 2013) reconheçam a importância desses programas governamentais, Zarref (30 de junho de 2013) ressalta que essas políticas são pontuais e limitadas, portanto, não geram uma mudança no padrão produtivo brasileiro. Com isso, destaca que o MST pauta uma ação consistente e mais ampla do Estado, no sentido de provocar essa mudança, como houve para a consolidação da modernização conservadora da agricultura.

O relato de Barfknecht (11 de dezembro de 2013) toca numa questão comentada por Zarref (30 de junho de 2013) que é a intenção do MST, com a Agroecologia, em massificar a produção para possibilitar o acesso da classe trabalhadora a alimentos saudáveis e, com isso, atender aos princípios de segurança e soberania alimentar. A partir disso, percebe-se que, apesar do Projeto Brasil/Itália buscar também a “segurança alimentar das comunidades de pequenos agricultores, bem como, em médio prazo, poder levar a conquista da soberania alimentar” (MACHADO; NASS; CORREA; DAURELL, 2011, p. 26) e do MST buscar, em suas ações de territorialização da Agroecologia, difundir os princípios de segurança e soberania alimentar, fica clara a limitação da Agroecologia, ainda estabelecida em nichos de mercado.

Apesar de Rascunho (9 de julho de 2013) reconhecer que a Agroecologia ainda se estabelece em um nicho de mercado o que prejudica o acesso da população aos produtos agroecológicos, o MST procura territorializar a Agroecologia como uma alternativa ao modelo produtivo que o Brasil desenvolve, no sentido de mostrar para o Governo e para a sociedade que se pode produzir de forma limpa e saudável e possibilitar o acesso da população a esses alimentos (RASCUNHO, 9 de julho de 2013).

Segundo Rascunho (9 de julho de 2013) e Zarref (30 de junho de 2013), a Agroecologia, hoje, tem que dar um salto. “Tem que se quebrar a lógica de pensar a Agroecologia como pequena, que serve para atender o povinho da região ou o nicho de mercado como é feito em Brasília” (RASCUNHO, 9 de julho de 2013). Machado e Filho (2014), ao mesmo tempo que procuram mostrar a insustentabilidade ambiental, técnica, social, política ecossistêmica e ética do agronegócio, com sua agricultura industrial e paradigma tecnológico, procuram defender a Agroecologia como um

contraponto da agricultura industrial e destacar sua capacidade de “produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos (MACHADO e FILHO, 2014, p. 37). Nesse sentido, esses autores defendem a incorporação na agricultura dos avanços da ciência, da tecnologia, da cultura porque ela tem que ”produzir para a humanidade, isto é, em uma nova e gigantesca escala” (MACHADO e FILHO, 2014, p. 32).

Embora o MST compartilhe do pensamento de Almeida e Filho (2014) sobre a importância de aumentar a escala da produção agroecológica, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis para a humanidade, defendem que a mudança tecnológica deve vir acompanhada de outra cultura e de uma reforma agrária que proponha outro sistema de produção baseado em outros princípios e não no princípio do capital (DAL CHIAVON, 24 de junho de 2013).

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), atualmente, o Grupo Eldorado Carajás é formado pela família do assentado Ivo Ricardo Barfknecht. Sr. Ivo e seu filho adotivo realizam o trabalho do apiário e da plantação. O outro filho, Nivaldo Barfknecht, que possui um lote ao lado do pai, trabalha com o trator preparando a terra para o plantio nos lotes coletivos da família e ajuda a família na plantação e na limpeza dos lotes.

Não existe mais nenhuma atividade coletiva do Grupo Eldorado Carajás, segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), Silva (26 de dezembro de 2013), Batista e Justino (26 de dezembro de 2013). Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), os últimos membros do Grupo estão envolvidos em trabalhos individuais e assalariados. Segundo as entrevistas com os assentados, Teobaldo trabalha fora do Assentamento³⁰; Genoaldo da Silva cuida do viveiro do Condomínio Alphaville, localizado no Assentamento Cunha; Joaquim Justino trabalha de caseiro em um lote dentro do Assentamento Cunha; e João Batista vende em feira, nas quartas-feiras e sábados. Entrega em casa: queijo, leite, requeijão e produtos da horta. Sua esposa e o filho de 17 anos o ajudam, pois está com problemas no coração. Pretende, em breve, morar na cidade, pois quer ficar mais perto do hospital por precaução.

Para Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o Grupo Eldorado Carajás não funcionou, principalmente, por alguns motivos. O primeiro é que considera a cultura da região de Goiás não propícia ao trabalho coletivo, diferentemente da região sul, sua

³⁰ Durante as duas visitas realizadas ao Assentamento Cunha, não foi possível encontrar Teobaldo em casa, nem circulando pelo Assentamento porque trabalha fora do Assentamento Cunha.

origem. Segundo suas palavras,

Os assentamentos da região do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina funcionam bem de produção, mas não têm dinheiro para movimentar muita coisa. É o contrário da região de Goiás e da Bahia. Porque na nossa região existe uma mistura muito grande de culturas que não dá certo. Coletivamente não funciona. As pessoas do nordeste não têm cultura do coletivo. É muito de eu, do meu. O pessoal do sul tem mais facilidade de trabalhar coletivamente. Nosso Grupo resistiu porque eram quatro gaúchos (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Machado (15 de maio de 2014) compartilha do pensamento de Barfknecht (11 de dezembro de 2013) e relata que “a questão cultural é muito fragilizada nos assentamentos. São pessoas que migraram de outras regiões. Isso não proporciona uma cultura do local, de uma ação mais territorial, mais regional”.

Para Barfknecht (11 de dezembro de 2013), o segundo motivo está relacionado à carência de mão de obra para trabalhar na agricultura familiar. “Se não tiver tecnologia ninguém mais quer trabalhar. O cara vai para a agricultura familiar trabalhar braçal para não ganhar nada. 90% dos proprietários dos lotes no assentamento são aposentados. Só estão os velhos. Os novos estão na cidade. Não existe projeto para a juventude. Quem vai ficar na roça?” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), apenas um filho dos cinco que possui o ajuda em sua produção. Dois filhos vivem em Luziânia e trabalham em uma empresa da própria família de construção civil. O outro filho, Nivaldo Barfknecht, trabalha para a Prefeitura de Cidade Ocidental, dirigindo o trator. A filha trabalha em um cartório. O filho adotivo é o único que o ajuda no apiário e na roça (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Um terceiro motivo está relacionado à falta de apoio da Prefeitura de Cidade Ocidental e do Incra. “Como a produção não têm valor e a comercialização é pequena, o pessoal vai para a cidade vender mão de obra [...] Se produzia não tinha comércio. O pequeno nessa região não tem comércio” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Machado (15 de maio de 2014) compartilha dessa visão. “Houve muito conflito de ideias no Assentamento Cunha porque ele tinha uma vulnerabilidade bem particular: o avanço da cidade para o Cunha. Com a proximidade da cidade, do Condomínio Alphaville, muitos saem da agricultura familiar para serem pedreiros, trabalhar na construção civil, por questões de dinheiro”.

Segundo Barfknecht (11 de dezembro de 2013), ele se mantém na Agroecologia

por causa da comercialização. Atualmente, ele executa um projeto de criação de abelhas e produção de mel, com apoio da Fundação Banco do Brasil e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) Brasília. Inicialmente, o projeto previa a criação de 200 colmeias e a participação de 40 pessoas. “Porque ninguém quis saber. Hoje só estamos em dois: eu e um outro assentado chamado Pantaleão em parceria com o Professor Guaraci do Senar Brasília. Tudo é produção individual” (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013). A parceria com o Senar Brasília começou em agosto de 2013. A partir de 2014, esse grupo quer trabalhar com 12 a 20 toneladas de mel por ano, mas, atualmente, tiram 1/1,5 tonelada por ano. Em 2014, pretendem trabalhar com 300 colmeias e, em 2015, com 500 colmeias. Na propriedade de Ivo Barfknecht existe uma fábrica de caixas de abelhas e ele possui um apiário no Piauí, em Luziânia e outro em Arinos, que não fazem parte do Projeto da Fundação Banco do Brasil. Estão montando outro apiário em Minas Gerais para trabalhar com eucalipto (BARFKNECHT, 11 de dezembro de 2013).

Figura 7 – Caixas de abelhas no Centro de Formação, presentes no lote coletivo da família Barfknecht



Fonte: elaborado pela autora

Atualmente, o Projeto Brasil/Itália não é mais desenvolvido no Assentamento, assim como não são desenvolvidas ações de formação em Agroecologia por nenhuma das instituições que participaram do processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha, como Embrapa, Inbra e MST. Machado (15 de maio de 2014) deixou claro, em seu depoimento, a saída da Embrapa do Assentamento, há quatro anos, em virtude da desmobilização do Grupo Eldorado Carajás que, atualmente, é formado,

apenas, pela família do assentado Ivo Barfknecht. “Para a Embrapa, os processos de pesquisa são participativos. Para eles serem eficientes têm que ser descentralizados e ter um tempo de saída. Não podem ser definitivos, nem eternos nesses locais. Se não, você não leva nem autonomia, nem soberania alimentar” (MACHADO, 15 de maio de 2014).

A execução de um projeto de pesquisa dessa natureza, com o estabelecimento de parcerias com organizações do campo, órgãos governamentais nacionais e estrangeiros possui finalidades, muitas vezes, não explícitas para os beneficiários dos projetos ou, talvez, não compreendidas em sua totalidade. O início e a execução dos projetos são comemorados e valorizados enquanto as equipes de pesquisadores, técnicos dos Movimentos do campo, professores e estudantes atuam, in loco, no projeto. Após o término do projeto, com a saída dessa equipe do assentamento, inclusive, de forma consciente, pois, segundo Machado (15 de maio de 2014), os projetos são executados para gerar autonomia do agricultor, percebe-se o estabelecimento de lacunas, como retrata a fala de um dos assentados.

O Projeto Brasil/Itália era por bioma. O projeto do cerrado era no Cunha. Em cada local que era a sede tinha o benefício da infraestrutura. Até hoje, nem o pessoal da Embrapa sabe qual o objetivo do Projeto. O trabalho desenvolvido era de pesquisa, mas ninguém sabe para quem serviam as informações levantadas. Pesquisa de milho, arroz, feijão, abóbora, melancia, banana, maracujá, etc. As informações iam para um projeto transversal que ninguém sabia qual a finalidade daquilo (IVO, 2013).

Embora Barfknecht (11 de dezembro de 2013) tenha informado que pediu afastamento da direção do MST para acompanhar a execução do Projeto Brasil/Itália e que a inserção na comercialização ocorreu em função do Projeto, percebe-se, a partir de seu relato, a quebra na execução do projeto e o não retorno às famílias beneficiárias dos seus resultados.

Uma breve análise para fechar este item sobre a formação em Agroecologia no Assentamento Cunha é que, durante a pesquisa in loco, pode ser observado que o MST, a partir da reavaliação da matriz tecnológica de produção e consequente definição da Agroecologia como matriz tecnológica para o desenvolvimento dos assentamentos, buscou, desde a ocupação, promover o processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha. Para tanto, procurou organizar sua base para desenvolver um modelo de organização coletiva do trabalho, baseado na propriedade coletiva da terra, em contraponto à centralização organizativa; buscou desvincular-se da padronização da

produção e, ao contrário, estimulou a agrobiodiversidade com o objetivo de potencializar a autonomia dos assentados e a soberania alimentar; buscou desconstruir o modelo produtivista do assentamento e, para isso, começou a pautar a organização pelas especificidades locais, valorizando os saberes tradicionais em articulação com os saberes científicos trabalhados pela Embrapa e Incra.

Embora o MST, apesar de suas contradições no Assentamento Cunha, em articulação com outra instituição, como a Embrapa, tenham atuado para favorecer o processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Cunha, observa-se uma não continuidade de suas ações junto às famílias do Grupo Eldorado Carajás. Todos os conflitos territoriais ocorridos no Assentamento Cunha e relatados nesta pesquisa, que provocaram a desmobilização do Grupo Eldorado Carajás e impactaram negativamente no processo de territorialização da Agroecologia, nos fazem afirmar o recuo do processo de territorialização da Agroecologia e a retomada do projeto territorial de desenvolvimento da agricultura capitalista. Aliado a isso, o Assentamento Cunha enfrenta um grande avanço do projeto de especulação imobiliária, em função da proximidade do Condomínio Alphaville, que, inclusive, já possui um viveiro dentro do assentamento e tem cooptado assentados para o trabalho assalariado. Barfknecht, N. (26 de dezembro de 2013) relatou que representantes desse Condomínio têm feitos visitas a assentados sugerindo a compra de suas propriedades e visitas aéreas, para reconhecimento da área do Assentamento Cunha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de Agroecologia para o MST ainda está em construção. As lideranças do MST entrevistadas apresentaram percepções diferenciadas sobre essa concepção porque o MST ainda não conseguiu construir um consenso e uma concepção unificada, embora a Agroecologia tenha se tornado diretriz política a partir do V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007. A Agroecologia foi conceituada pelos militantes como área do conhecimento, prática social ligada ao campesinato, elemento de um novo projeto societário e matriz tecnológica.

A pesquisa para esta dissertação pôde identificar, a partir da análise de autores que vêm pesquisando as origens e a evolução histórica do pensamento agroecológico, uma similaridade entre as concepções de Agroecologia das lideranças do MST e a análise desses autores, que destacaram os diferentes conceitos de Agroecologia ao longo da história. Assim, segundo Wezel *et al* (2009), até a década de 1960, o termo referia-se somente a uma disciplina científica. A Agroecologia surgiu como um movimento social e político, na década de 1960, até nos anos 1990, promover a criação do Movimento Agroecológico. Emergiu como uma prática social, nos anos 1980 e, hoje, o termo Agroecologia significa tanto uma disciplina científica, como um movimento social e político, assim como uma prática social.

Assim também, essa pesquisa encontrou similaridade com o conceito de Agroecologia adotado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Ele é também plural, no sentido que reconhece a Agroecologia simultaneamente como ciência, movimento político e social e prática social.

Apesar de não ser objetivo dessa pesquisa, esse traçado histórico sobre as origens e a evolução histórica do pensamento agroecológico permitiu identificar muito mais semelhanças do que diferenças entre as concepções de Agroecologia do MST, teóricos e pesquisadores da Agroecologia e instituições, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), que é uma referência na pesquisa agroecológica.

Borges (2007), Correa (2007) e Barcellos (2010) associaram o processo de (re)organização produtiva baseada na Agroecologia à crise do cooperativismo no MST, que começou nos anos 1990. Durante essa década, embora o MST tivesse assumido como missão social a produção e organização coletivas para o mercado de massas, praticamente, não havia debate sobre qual o sistema e estratégias produtivas deveriam ser estimuladas para fortalecer as famílias assentadas e o processo de resistência na

terra. Com a crise do cooperativismo, o MST passou a reavaliar a matriz tecnológica de produção, o modelo de organização coletiva do trabalho, a centralização organizativa, a padronização da produção e a desconsideração pelo saber do camponês tradicional, em função de constituir um novo sujeito para a transformação social. O MST buscou desconstruir o modelo produtivista dos assentamentos e, para isso, começou a pautar a organização pelas especificidades locais.

Embora Borges (2007), Correa (2007) e Barcellos (2010) tenham associado o processo de (re)organização produtiva baseada na Agroecologia à crise do cooperativismo no MST, essa pesquisa identificou a aproximação do MST com as questões ambientais a partir do período entre 1984 e 1994. A transição gradativa para a Agroecologia culminou com sua adoção como diretriz política a partir do V Congresso Nacional, realizado em 2007. No período de 1984 a 1994, destaca-se a articulação do MST com algumas instituições e ONGs ligadas às questões agroecológicas e sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92).

O início do debate e formação sobre Agroecologia no MST começou com a participação de alguns técnicos e dirigentes do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), criado em 1986, na constituição da Rede de Sementes Crioulas, organizada em torno da Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (AS-PTA).

Durante o início dos anos 1990, o MST começou a perceber a necessidade de mudar o padrão de tecnologia implantado nos assentamentos e associar a luta da terra com a luta por permanência e desenvolvimento dos assentamentos. O exemplo de Cuba que enfrentava o bloqueio econômico, a perda do apoio e subsídios da URSS, em função da desagregação dos regimes socialistas internacionalmente, e que reorganizou o seu padrão tecnológico da agricultura, foi essencial para mobilizar alguns dirigentes do MST.

Outra ação importante foi a implantação em assentamentos do MST de experiências de multiplicação de variedades de milho para subsistência das famílias. A AS-PTA estimulava a criação de bancos de sementes nas comunidades e nos CTAs. O ano de 1996 marcou o início das primeiras experiências de produção de hortaliças em base agroecológica e a participação do MST em feiras ecológicas, principalmente nos estados do Sul.

Algumas questões externas ao MST promoveram a intensificação do debate sobre a Agroecologia no período de 1995 a 2000. Em primeiro lugar, a divulgação do

relatório do Deputado Federal Gilney Viana, em 1997, que acusava os assentamentos de reforma agrária e a agricultura camponesa de serem os maiores responsáveis pela devastação na Amazônia.

Em segundo lugar, a divulgação do manifesto da Via Campesina sobre a importância do papel da biodiversidade e a recusa a todas as formas de apropriação privada sobre os recursos naturais.

Em terceiro lugar, destaca-se a publicação da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997 (MMA, 1997), que passou a exigir licenciamento ambiental para atividades agropecuárias em assentamentos de reforma agrária.

Em quarto lugar, em 1998, surgiu o debate para liberação da soja transgênica no Brasil, em virtude da vinda de sementes da Argentina e cultivadas no Rio Grande do Sul. Isso motivou um grupo de organizações da sociedade civil a criar a Campanha “Por um Brasil livre de Transgênicos”, da qual o MST participou ativamente e que o levou a planejar/propor alternativas de produção, como a Agroecologia.

Em 2001, a Direção Nacional do MST identificou a necessidade de se debater a concepção e construir estratégias sobre a disseminação da Agroecologia. Em um primeiro momento, o MST decidiu inseri-la de forma transversal nos setores já existentes e delegou ao Setor de Produção a mobilização em torno do tema. Com essa responsabilidade, esse passou a chamar-se Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Sua principal diretriz era a reformulação da organização dos assentamentos, no sentido de superar a crise da organização por cooperativas. Essa proposta de reformulação foi pautada, principalmente, por uma reconfiguração da forma tradicional de distribuição espacial das famílias.

O Programa Ambiental do MST, embora não lançado, previa desde o redesenho dos assentamentos até a organização da produção em cadeias de agroindústrias. Permeou dois Congressos Nacionais, o de 2000 e o de 2007, e algumas de suas iniciativas foram deflagradas pelo coletivo nacional e implementadas pelo MST. Constituíram práticas educativas e ambientais no manejo dos ecossistemas com o objetivo de provocar a mudança do modelo produtivo e tecnológico dos assentamentos. Elas apontaram para a necessidade de se promover o estímulo ao manejo ecológico da agrobiodiversidade, a diversificação da produção, o planejamento territorial dos assentamentos e a educação e a saúde ambiental.

Foram ações que qualificaram o debate e a experimentação em relação à Agroecologia, durante o período de 2000 até 2008, e tiveram muita importância no

processo de fomento à Agroecologia. Foram elas: os Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), que promoviam irradiação das experiências e a maior participação das famílias como protagonistas do processo agroecológico; a Rede de Pesquisa em Agroecologia, que buscou replicar práticas agroecológicas nas unidades produtivas, a partir de alguns agricultores-chaves, experimentadores/pesquisadores de Agroecologia; e o Programa de Formação do MST, que buscou a formação de seus próprios técnicos, inclusive na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). Embora alguns cursos de nível médio já abordassem a temática ambiental, foi a partir de 2004 que o MST priorizou e ampliou a organização de diversos cursos formais, como técnicos, superiores e de pós-graduação com enfoque agroecológico, além de cursos informais.

O MST redefiniu sua estratégia de desenvolvimento da Agroecologia. A ideia dos CIMAS e da Rede de Pesquisa perderam força, mas busca-se a massificação (e/ou universalização) da Agroecologia nas próprias unidades produtivas dos assentamentos, sejam individuais ou coletivas, com a oferta de assistência técnica, de cursos de formação e com a criação de agroindústrias. Atualmente, cada Estado organiza estratégias próprias de desenvolvimento da Agroecologia em assentamentos, pois não existe uma estratégia nacional do MST. Assim, eles se encontram em estágios diferentes de amadurecimento agroecológico. Os estados do sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são os que apresentam melhor estágio de desenvolvimento da Agroecologia.

A partir de uma perspectiva nacional, observa-se que o MST tem fomentado a especialização de algumas tecnologias e linhas específicas de produção, embora não seja reconhecida com estratégia nacional de desenvolvimento da Agroecologia pelo MST. O arroz agroecológico no Rio Grande do Sul, o leite nos estados do sul e a cana de açúcar são exemplos de alguns sistemas produtivos específicos que sobressaem nacionalmente.

A pesquisa também identificou que os princípios e as práticas de fomento à Agroecologia adotadas pelo MST, ao longo do tempo, têm seguido os debates internacionais da Via Campesina e os debates da ANA, ABA e as concepções de Agroecologia de reconhecidos teóricos agroecológicos, como citado anteriormente. As práticas também estão pautadas nas concepções teóricas e buscam uma concretização dos seguintes princípios: respeito ao meio ambiente; cooperação; relação entre ruptura e transição agroecológica e soberania alimentar.

No caso do Assentamento Cunha, os estágios pelos quais passou experiência de territorialização da Agroecologia foram identificados por essa pesquisa a partir da categoria conflito territorial. Identificamos dois períodos onde se estabeleceram conflitos territoriais que marcaram profundamente o processo de territorialização da Agroecologia no assentamento. O primeiro conflito territorial ocorreu durante a ocupação da Fazenda Cunha, com a luta do campesinato pela apropriação/território do agronegócio. A participação do MST se deu com a organização da base para ocupar a Fazenda em meio a diversos conflitos apontados durante a pesquisa e com a discussão pioneira naquela região. Ainda no acampamento, discussões sobre uma forma alternativa de fazer agricultura, que marcou o início da experiência agroecológica, posteriormente desenvolvida no Assentamento Cunha.

O segundo conflito territorial ocorreu durante o início da oficialização do Assentamento Cunha, com dois desdobramentos. O primeiro desdobramento foi o conflito gerado entre famílias assentadas e o modelo coletivo proposto pelo MST, pois apenas um grupo de assentados conhecido como Grupo Eldorado Carajás, que representava o ator de resistência do processo de territorialização da Agroecologia no assentamento, adotou o modelo coletivo. O resto dos assentados optou pelo modelo individual proposto pelo Incra, encampado pela Contag, o que provocou a cooptação de outras agências mediadoras. Outro desdobramento aconteceu entre o MST e as famílias assentadas, em relação à quantidade de lotes do assentamento. Além desses conflitos territoriais, foi identificado um conflito com o Banco do Brasil, em relação ao acesso ao Pronaf A.

Como apontado por assentados e por Machado (2014), apesar de a experiência ter apresentado diversos problemas como relatado, apresentou aspectos positivos, em especial, sua capacidade de irradiação. Com isso, a pesquisa identificou que o processo formativo em Agroecologia no Assentamento, realizado pelo MST e pela Embrapa, principalmente durante a realização do Projeto Brasil-Itália, foi o aspecto mais positivo de toda a experiência.

Tanto Barfknecht (11 de dezembro de 2013) como Machado (15 de maio de 2014) apontaram fragilidades que contribuíram negativamente na experiência de territorialização da Agroecologia: a questão cultural em Goiás que não é propícia ao trabalho coletivo como no sul do país; a proximidade com a cidade que provoca a saída de muitos assentados para trabalharem fora com salários; conflitos no Grupo Eldorado Carajás; dificuldades em comercializar produtos agroecológicos; situação precária de

assentamentos rurais; falta de apoio do Incra e do MST em diversas situações; dificuldades em criar e manter cooperativas em Goiás; carência de mão de obra para trabalhar na agricultura familiar e falta de apoio da Prefeitura de Cidade Ocidental.

Aliado a isso, observou-se uma descontinuidade das ações do MST e Embrapa junto às famílias do Grupo Eldorado Carajás, as principais responsáveis pelo processo de formação em Agroecologia. Todos esses conflitos territoriais ocorridos no Assentamento Cunha e relatados nesta pesquisa, que provocaram a desmobilização do Grupo Eldorado Carajás e impactaram negativamente no processo de territorialização da Agroecologia, nos fazem afirmar o recuo do processo de territorialização da Agroecologia e a retomada do projeto territorial de desenvolvimento da agricultura capitalista, junto com o avanço da especulação imobiliária, representada pelo Condomínio Alphaville.

Mesmo com todos esses conflitos territoriais apresentados durante a experiência agroecológica no Assentamento Cunha, é importante sinalizar que o processo de reterritorialização agroecológica do Grupo Eldorado Carajás, continua sendo o desafio para os Sem Terra e para os milhares de agricultores familiares que vivenciam processos de expulsão, exclusão e expropriação em sua convivência com o projeto territorial da agricultura capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; TAVARES, Marcela Souto de Oliveira Cabral; FRANÇA, Rodrigo Machado de. **Manejo dos recursos naturais com ênfase na agrobiodiversidade**: o caso do Assentamento Cunha. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-883-1022-20080510211808.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ALPHAVILLE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://www.alphaville.com.br/portal/alphavilleresidencial/projeto>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecología**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

_____. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Review Agriculture, Ecosystems and Environment**, Berkeley, USA, n. 93, p. 1-24, May 2000.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/sobre-a-ana/sobre-a-ana/73-historico1ANA>>. Acesso em: 20 set. 2013.

BANCO DO BRASIL. **Agronegócio**: Pronaf A. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,500557,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=18577&codigoMenu=18682>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do discurso da Agroecologia no MST**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

BERTOLINI, Valéria Andrade. **Ocupando o Cerrado**: avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. 2005. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2005.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Brasiliense, 1981. 34 p.

BORGES, Juliano Luis. **A Transição do MST para a Agroecologia**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Londrina, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 11-28, julho/dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n 237, de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural no Rio Grande do Sul**: da tradição “Made in USA” ao paradigma agroecológico. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/agroeco030701.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

CARVALHO, Henrique José Antão de; BRUSSI, Antônio José Escobar. Entre as pedras e as flores da terra. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 63, p. 67-102, 2004.

CASADO, Glória Guzman; GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES. **Quem somos**. Disponível em: <http://cetap.org.br/?page_id=282>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CLADES: Latin American Consortium on Agroecology and Sustainable Development: Chile. Disponível em: <<http://nature.berkeley.edu/~miguel-alt/clades.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 1992**: luta e sonho na terra. Goiânia: Edições Loyola, 1993.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5685&action=read>. Acesso em: 27 jun. 2014.

CORREA, Ciro. **O MST em marcha para a Agroecologia**: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST. 2007. 61 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Internacional da Andalucía e Universidade de Córdoba, Master em Agroecología: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica, 2007.

COSTA, Francisco de Assis et al. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salette et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DECLARAÇÃO de Nyéléni: Foro Mundial pela Soberania Alimentar. Nyélini, Mali: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em: 10 abr. de 2014.

DUARTE, Laura; WEHRMANN, Magda. **Socioeconomia do desenvolvimento e ambiente**. Brasília: Curso MBA/DRS/BB/UnB, 2008.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FÁVERO, Claudenir; PACHECO, Maria Emília Lisboa. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 231-245. (Coleção Transição Agroecológica, v.1).

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. BOMS. Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas. **Relatório de Posição na CoP 12/CoP/MoP 2: negociações em Nairobi**. Brasília, 2006. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/posicionamento_fboms_port.pdf. Acesso em: 11 fev. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST (1979 – 1999)**. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pós-graduação em Geografia, São Paulo, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, jan./jun. de 2005.

_____. **Formação, espacialização e territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/272.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

FERNANDES, Gabriel B. **Breve histórico da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos**. 2010. Disponível em: [file:///D:/Users/fernandaalmeida/Downloads/Breve%20historico%20campanha%20\(2\).pdf](file:///D:/Users/fernandaalmeida/Downloads/Breve%20historico%20campanha%20(2).pdf). Acesso em: 21 maio. 2014.

FRANCIS C. et al. Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, n. 22, p. 99-118, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GLIESSMAN S.R. **Agroecology**: the ecology of sustainable food systems. 2.ed. New York, CRC Press, Taylor & Francis, 2007.

_____. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Mendoza: Facultad de Ciencias Agrarias, 2009. Disponível em <http://campus.fca.uncu.edu.ar:8010/pluginfile.php/5813/mod_resource/content/0/LA_AGROECOLOGIA_COMO ESTRATEGIA METODOLOGICA DE TRANSFORMACION SOCIAL.pdf>. Acesso em: 02 maio. de 2013.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel, G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre las orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: Plural Editores, 2011.

HECHT, B. Susanna. La Evolución del Pensamiento Agroecológico. In: ALTIERI, A. Miguel. **Agroecología**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. p. 15-30.

IPEA. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento**. ano 9, n.72, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 03 abr. 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo et al (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. p. 19-51.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salette et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira; SAUER, Sérgio. Expansión de agronegocios, mercado de tierras y extranjerización de la propiedad rural en Brasil. In: **Revista Mundo Siglo XXI**, v. 8, n. 26, p. 43-63, 2011.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, Altair Toledo et al. Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga. In: MACHADO, Altair Toledo; NASS, Luciano Lourenço; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo (Ed.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. p.19-27.

MANGGINI, Tiago Roberto Tenroller. **Campesinato**: a experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Brasília, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAIS, Clodomir dos Santos. In: **Dicionário Político**: Maxists Internet Archive. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/morais_clodomir.htm. Acesso em: 13 mai. 2014.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agriculturas e Ruralidades**, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST: 2000**. 2009a. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/7692>>. Acesso em 25 fev. de 2014

MST. **Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST: 2007**. 2009b. Disponível em: <<http://mst.org.br/node/7701>>. Acesso em 25 fev. de 2014.

MST. **Programa Agrário do MST**: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

NETO, Canrobert Costa. Reforma Agrária Agroecológica em Assentamentos Rurais Sustentáveis: uma visão comparativa. CARVALHO, José Juliano de (Editor). Luta pela Terra e Desenvolvimento Sustentável. **Reforma Agrária**, v. 30, n. 1, 2 e 3, jan./dez. 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- NORGAARD, Richard B.; SIKOR, Thomas O. Metodología y práctica de la agroecología. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Uruguay: Nordan-Comunidad, 1999. p. 31-46.
- PADULA, Juliana et al. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, v. 1, 2013. p. 37-72.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PERIOTO, Dominique Michèle. TONA, Guhur Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA**. [S.l. : s.n.], 2006. Versão provisória, mimeo.
- PETERSEN, Paulo. Prefácio. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, v. 1, 2013a.
- PETERSEN, Paulo; MUSSOI, Eros Marion; DAL SOGLIO, Fabio. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges. **Journal of Sustainable Agriculture**, v.37, n.1, p.103-14, 2013.
- PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013b. p.69-103.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.
- PRA CUNHA. **Plano de Recuperação do Assentamento Cunha**: PRA Cunha: Cidade Ocidental, GO. Cristalina: Rede Terra, 2011.
- PROMOÇÃO ECONÔMICA DE CAMPONESES. **Metodologia Camponês-a-camponês: Manual para técnicos**. Beira: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.entwicklung.at/uploads/media/3_Manual_of_Farmer_to_Farmer_Method_e_fuer_technisches_Personal_Trainer.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária**. [S. l.: s.n.], 1999. (Série Experiências CUT/CONTAG, n. 10).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais de luta pela terra**: nota técnica para CGEE-GSI. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/MOVSOCIAISCGEE-GSI.pdf>>.

Acesso em: 21 abr. 2014.

SILVA, Edson Batista da. **Disputas territoriais camponesas**: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO. 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, 2013.

SILVA, Larissa Kashina Rebello da. **A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal: 1970-1985**. Disponível em:

<<http://www.klepsidra.net/klepsidra24/agro-rs2.htm>>. Acesso em: 21 abr 2014.

SOUZA, Romier da Paixão; MARTINS, Sergio Roberto. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Ed.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. (Coleção Transição Agroecológica, v. 1). p.73-107.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. **Dilma está cega e sendo enganada por puxa-sacos**.

Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/stedile-dilma-esta-cega-e-sendo-enganada-por-puxa-sacos.html>>. Acesso em 07 mar. 2014.

VERAS, Melissa Michelotti. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul**: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p.23-56.

WEID, Jean Marc von der. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ANEXO I
ENTREVISTA ESTRUTURADA COM LIDERANÇAS DO MST

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

Nome entrevistado:

Data e local:

Função no MST:

1. Qual a importância da Agroecologia para o desenvolvimento rural brasileiro?

1.1 A Agroecologia é o modelo que o MST adota para o desenvolvimento dos assentamentos?

2. Qual é a concepção de Agroecologia para o MST?

2.1 Cite alguns teóricos que embasam a concepção de Agroecologia do MST.

2.2 Cite alguns princípios.

2.3 O MST trabalha com a ideia de transição agroecológica?

3. Quais ações o MST realiza para que os agricultores do Movimento adotem a Agroecologia?

3.1 Existe uma estratégia de implantação da Agroecologia nos assentamentos do MST?

3.2 É fácil para os agricultores implantar a Agroecologia nos assentamentos?

Por quê?

3.3 Liste as principais dificuldades de implantação.

3.4 Qual sua percepção a respeito da motivação dos agricultores do Movimento.

Eles acreditam no modelo agroecológico?

3.5 Como o MST trabalha as diferenças regionais na implantação da Agroecologia?

4. Como tem se dado a formação agroecológica dos agricultores do MST?

4.1 A formação começa nos acampamentos ou só nos assentamentos?

4.2 Cite alguns aspectos positivos da formação.

4.3 Liste as principais dificuldades da formação.

4.4 Qual a importância do Programa Ambiental para a formação agroecológica?

4.5 Qual o impacto e a importância de três iniciativas deflagradas pelo coletivo nacional para qualificação do debate e para a implantação da agroecologia: CIMAS (Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade), Rede de Pesquisa em Agroecologia e Programa de Formação do MST?

5. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente é responsável por trabalhar com os agricultores do Movimento a implementação da Agroecologia. Isso não limita o conceito apenas a um viés econômico, desconsiderando as dimensões social, cultural, ambiental, educacional etc?

ANEXO II
ENTREVISTA ESTRUTURADA COM INTEGRANTES DO GRUPO
ELDORADO CARAJÁS

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

Nome completo do(a) produtor(a):

Parcela n°:

Estado civil:

Idade:

Integrante do MST: Sim () Não ()

Função no MST:

Onde nasceu:

Há quantos anos no Assentamento Cunha:

Era produtor rural antes do Assentamento?

Data:

Local:

1 O Senhor(a) recebeu formação em agroecologia no acampamento? De qual instituição? Como?

2 Quais são as instituições envolvidas no processo de formação agroecológica no assentamento? Quais foram os momentos desse processo?

3 Qual a contribuição do MST na formação agroecológica desde a fase de formação do assentamento até hoje?

4 O que o levou a virar produtor(a) agroecológico(a)?

5 Por que e como surgiu o Grupo Carajás e qual foi o papel do MST na criação?

6 Quantas pessoas participavam do Grupo Carajás no início e qual a constituição hoje em dia? (Quem são elas e contatos).

- 7 Quais são os objetivos do Grupo Carajás?
- 8 Como se dá a divisão do trabalho no Grupo Carajás?
- 9 O que o(a) Senhor(a) aprendeu com a Agroecologia?
- 10 Já ouviu falar em transição agroecológica? Se sim, sabe o que é? E como aconteceu no Assentamento?
- 11 Quais práticas agroecológicas o(a) Senhor(a) o Grupo utiliza? Quais práticas o(a) Senhor(a) já sabia e manteve?
- 12 Quais são os produtos produzidos e comercializados pelo Grupo Carajás? Por que?
- 13 Com o Grupo Carajás a sua situação econômica mudou?
- 14 Quais são as maiores dificuldades para o desenvolvimento da produção agroecológica?
- 15 Aumentou a variedade vegetal ou animal no Assentamento em relação ao início do Projeto Carajás?
- 16 Que mudanças o(a) Senhor(a) percebeu com a criação do Projeto Carajás? (tópicos pra mim: solo, água, alimentação, produção, meio ambiente)
- 17 Com a produção de base ecológica foi possível reduzir ou mesmo eliminar o uso de insumos externos mantendo bons níveis de produtividade?
- 18 O projeto agroecológico atende aos seus objetivos e necessidades de sobrevivência hoje?
- 19 O (A) Senhora(a) poderia contar resumidamente a história da experiência agroecológica, dividindo em anos.

ANEXO III
ENTREVISTA ESTRUTURADA COM LIDERANÇA DO GRUPO ELDORADO
CARAJÁS

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

Entrevista de uma liderança

Nome do(a) produtor(a):

Data:

Local:

1 Diagnóstico do Assentamento Cunha

1.1 Nome do Assentamento:

1.2 Localização (UF e Município):

1.3 Dimensão (ha):

1.4 Ano de criação pelo INCRA:

1.5 Ano de início do acampamento/ocupação:

1.6 Quantos anos durou o acampamento/ocupação:

1.7 Número de famílias do acampamento:

1.8 Número de famílias assentadas no início:

1.9 Número de famílias assentadas atualmente:

1.10 Lotes individuais: número de lotes, famílias e ha:

1.11 Lotes coletivos: número de lotes, famílias e ha:

1.12 Lote Grupo Carajás (ha) (proprietário):

1.13 Reserva legal (%):

1.14 Mudanças no projeto original:

1.15 Benefeitorias do Assentamento:

1.16 Benefeitorias do Projeto Carajás:

- Galpão
- Agroindústria
- Galinheiro
- Chiqueiro
- Curral
- Apiário

1.17 Projetos do Assentamento (passado):

1.18 Projetos do Assentamento (presente):

ANEXO IV
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PESQUISADOR DA EMBRAPA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como foi sua aproximação com o Assentamento Cunha?
2. Qual foi seu trabalho no Assentamento Cunha?
3. Como você avalia a participação do MST na experiência agroecológica do Assentamento Cunha?
4. Como foi a experiência do Grupo Eldorado Carajás?
5. Como foi o Projeto Brasil/Itália?
6. Como você avalia, hoje, a experiência agroecológica no Assentamento Cunha?